

# Griphus Consultoria Ltda

## Instituto Homem Brasileiro

### RELATÓRIO FINAL

#### PROJETO DE RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E CULTURAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DA PCH TAMBORIL MUNICÍPIOS DE ARENÓPOLIS E PALESTINA DE GOIÁS - GO.

**Coordenador  
Márcio Antônio Telles**

Processo IPHAN nº 01516.001923/2011-01  
Permissão de Pesquisa: Portaria nº 11, DE 4 DE MARÇO DE 2013 (Anexo I nº 24)  
Publicado no Diário Oficial da União nº 43 de 05/03/2013

Goiânia, 2014

## **INFORMAÇÕES GERAIS**

### **Executora do Projeto**

Griphus Consultoria em Recursos Culturais Ltda.  
Endereço: Rua 802 nº. 89 - St. Leste Vila Nova  
CEP: 74.633-110 - Goiânia/GO  
Fone: (62) 3261-8906  
E-mail: [griphus@griphus.com.br](mailto:griphus@griphus.com.br)

### **Responsável pelo Empreendimento**

Triton Energia Ltda.  
Endereço: SDN Q 2 Bl-D, Salas 321/323  
Brasília /DF  
Fone/Fax: (061) 3327-0124  
Email: [triton.energia@terra.com.br](mailto:triton.energia@terra.com.br)  
Diretor: Sevan Naves

### **Identificação da Instituição de Apoio**

Instituto Homem Brasileiro  
Endereço: Rua dos Coqueiros, 19 – Jardim das Palmeiras  
CEP: 78080-160 - Cuiabá/MT  
Cuiabá - MT  
Fone: (65) 3664-2407  
E-mail: [ihbrasileiro@terra.com.br](mailto:ihbrasileiro@terra.com.br)

## **EQUIPE TÉCNICA**

### ***Coordenação Geral***

Márcio Antônio Telles - Historiador /arqueólogo

### ***Pesquisadores de Campo***

Jonas Israel de Sousa Melo (Coord.) - Arqueólogo

Júlio Cesar Alves de Castro – Arqueólogo

Udson Jhony da Silva - Aux.

Filipe Manoel da Silva - Aux.

Gustavo de Brito Cabral - Aux.

Walmir Xavier do Nascimento - Aux.

Santana Paulo da Silva– Motorista

Wagnovam Oliveira da Silva – Motorista

### ***Pesquisadores de Laboratório***

Ludimília Justino de Melo Vaz (Coord.) – Arqueóloga

Juliana Betarello Ramalho - Arqueóloga

Luiz Mauro Pereira de Souza– Arqueóloga

Natália Betarello Ramalho – Arqueóloga

Salen Rodrigues Martins Filho - Historiador

Weylla Bento de Oliveira - Acadêmica de Arqueologia

### ***Pesquisadora do contexto histórico cultural***

Kátia Lucia da Silva – historiadora

### ***Educação Patrimonial***

João Luiz de Oliveira Lopes – Gestor em Educação Ambiental

Mario Pereira Mamede - Historiador

Tatiane Pereira Canuto – Socióloga

### ***Cartografia***

Alfredo Coelho Mendonça

### ***Lista de fotos***

Foto 1: Marcação do alinhamento das sondagens.....	75
Foto 2: Delimitação da sondagem para escavação.....	75
Foto 3: Escavação de sondagem.....	75
Foto 4: Vestígio cerâmico evidenciado em escavação.....	75
Foto 5: Registro e acondicionamento de material arqueológico em campo.....	75
Foto 6: Registro fotográfico de perfil estratigráfico da escavação .....	75
Foto 7: Caracterização do relevo da área .....	78
Foto 8: Formações rochosas, caracterização regional.....	78
Foto 9: Aspecto da área em decorrência da ocupação atual.....	78
Foto 10: Rochas expostas na margem do rio Bonito.....	78
Foto 11: Formações rochosas .....	78
Foto 12: Rio Bonito com baixo volume de água em período de seca.....	78
Foto 13: Vista de pista de pouso que corta o sítio Tamboril.....	80
Foto 14: Declividade suave em direção ao rio Bonito.....	81
Foto 15: Área do sítio Tamboril alterada por pastagem.....	81
Foto 16: Vereda em área úmida, entorno do Sítio Tamboril.....	81
Foto 17: Vereda no entorno do Sítio Tamboril.....	81
Foto 18: Cerca implantada na área do sítio arqueológico Tamboril.....	81
Foto 19: Córrego localizado a Oeste do sítio Tamboril.....	81
Foto 20: Medição de uma sondagem de 50 cm x 50 cm, Sítio Tamboril .....	82
Foto 21: Escavação e peneiramento do sedimento de sondagem do Sítio Tamboril .....	82
Foto 22: Verificação da profundidade da sondagem TB 34, Sítio Tamboril .....	82
Foto 23 : Sondagem TB 41, Sítio Tamboril .....	82
Foto 24: Delimitação da área de escavação, Sítio Tamboril, dimensão de 2m <sup>2</sup> .....	88
Foto 25: Decapagem da área de escavação, Sítio Tamboril.....	88
Foto 26: Área de escavação com decapagem do nível 1.....	88
Foto 27: Área de escavação com profundidade de 70 cm. Sítio Tamboril.....	88
Foto 28: Pacote sedimentar homogêneo, sítio Tamboril .....	88
Foto 29: Vista da área do sítio Vaca Morta .....	90
Foto 30: Área do sítio Vaca Morta, encosta suave na baixa e média vertente .....	92

Foto 31: Pastagem na área do sítio Vaca Morta .....	92
Foto 32: Rio Bonito no entorno do sítio Vaca Morta.....	92
Foto 33: Vista do rio Bonito na direção Sul do sítio Vaca Morta.....	92
Foto 34: Corredeira do rio Bonito, direção Oeste do sítio Vaca Morta.....	92
Foto 35: Serras que marcam o horizonte em torno do Sítio Vaca Morta, vista Norte .....	92
Foto 36: Alinhamento das sondagens.....	94
Foto 37: Escavação das sondagens .....	94
Foto 38: Marcação da sondagem de 50 cm x 50 cm, sítio Vaca Morta .....	94
Foto 39: Peneiramento de sedimento de uma sondagem do sítio Vaca Morta.....	94
Foto 40: Verificação da profundidade de uma sondagem do sítio Vaca Morta.....	94
Foto 41: Abertura de sondagens de a cada 25 m de distância.....	94
Foto 42: Vista de sondagens de 50x50 centímetros sendo abertas no sítio Vaca Morta..	95
Foto 43: Delimitação da área de escavação do sítio Vaca Morta.....	100
Foto 44: Primeiro nível de decapagem, sítio Vaca Morta .....	100
Foto 45: Material cerâmico evidenciado na área de escavação, sítio Vaca Morta.....	100
Foto 46: Final da escavação a 60 cm de profundidade .....	100
Foto 47: Latossolo vermelho homogêneo no perfil estratigráfico do sítio Vaca Morta .....	100
Foto 48: Peça 115, borda reconstituída .....	110
Foto 49: Elaboração de etiqueta de identificação do material arqueológico .....	134
Foto 50: Embalagem de peças líticas .....	134
Foto 51: Afixação de etiqueta de identificação da caixa arquivo .....	134
Foto 52: Acondicionamento do material em caixa arquivo .....	134
Foto 53: Organização em espaço provisório das caixas arquivo.....	134
Foto 54: Caixas arquivo com etiqueta de identificação do conteúdo, PCH Tamboril.....	134

## ***Sumário***

1. Apresentação .....	7
2. Legislação .....	13
3. Objetivos patrimoniais e científicos .....	15
4. Contexto de ambientação.....	17
5. Síntese histórica da ocupação do Sudoeste Goiano .....	20
5.1. Município de Arenópolis .....	25
5.2. Município de Palestina de Goiás .....	266
5.3. Algumas referências culturais nos municípios do empreendimento .....	28
6. Contexto etnográfico.....	35
7. Contexto arqueológico .....	677
8. Metodologia de pesquisa.....	73
9. Contexto da ADA.....	77
10. Resgate de campo.....	79
11. Análise do material arqueológico .....	103
12. Educação Patrimonial .....	135
13. Guarda do material.....	146
14. Considerações Finais.....	147
Referência bibliográfica .....	149
Anexos	

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente documento, constituído no Relatório Final de Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta da PCH Tamboril, Municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás, é o resultado das pesquisas arqueológicas de licenciamento solicitadas pela DBO Engenharia. A PCH Tamboril vem sendo implantada no rio Bonito, afluente do Caiapó, que constitui um limite natural entre os municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás, no estado de Goiás (Mapa – Localização do Empreendimento). As ações de resgate arqueológico decorrem do risco de impacto ao patrimônio anteriormente identificado em etapa de Levantamento na área do referido empreendimento. O projeto de levantamento, aprovado pelo IPHAN, teve como objetivo a identificação de vestígios arqueológicos tanto na ADA como na AII e AID afetada pela construção da Pequena Central Hidroelétrica.

Os resultados do Levantamento Arqueológico apontaram a existência de seis sítios arqueológicos e uma ocorrência.

Quadro 1: Sítios arqueológicos identificados no primeiro layout da PCH Tamboril

Sítio Arqueológico	Coordenadas UTM 22k		Tipo	Município
	E	N		
Canto de Galo	450384	8172720	Lítico	Arenópolis
Vaca Morta	447694	8171362	Lito-cerâmico	Arenópolis
Tamboril	446608	8171928	Lito-cerâmico	Arenópolis
Tamboril 2	444905	8170583	Lito-cerâmico	Arenópolis
Rio Bonito	444819	8166803	Lito-cerâmico	Palestina
Córrego Rico	444155	8163921	Lito-cerâmico	Palestina
Candor	445575	8164490	Lito-cerâmico	Palestina

No entanto, o layout da PCH Tamboril foi alterado, de modo que inicialmente os sítios identificados na etapa de Levantamento encontravam-se dentro da área de impacto direto da PCH Tamboril (Mapa – Primeiro reservatório da PCH Tamboril), mas com a mudança da linha de cota, apenas dois sítios seriam impactados, sendo eles, Tamboril e Vaca Morta.

Portanto, na etapa de Resgate foram abarcados os sítios que se encontravam na Área Diretamente Afetada pelo novo traçado do reservatório (Mapa – Reservatório definitivo da PCH Tamboril). Esta nova configuração da área e direcionamento da pesquisa arqueológica foi comunicada ao IPHAN através do Ofício nº 567/2011 de 15 de Junho de 2011. Os sítios Canto de Galo, Rio Bonito e Córrego Rico, que não serão impactados pelo empreendimento, foram devidamente sinalizados por meio de placas de identificação dentro do modelo adotado pelo IPHAN. Ao mesmo tempo, estes sítios poderão ser alvo de atividades de monitoramento durante a fase de instalação da PCH Tamboril, a fim de garantir a salvaguarda do patrimônio.

O resgate dos sítios Vaca Mota e Tamboril seguiu as diretrizes de preservação do patrimônio por meio da pesquisa, para tanto se baseou em métodos sistemáticos que garantiram uma amostragem do sítio arqueológico, tanto da cultura material como da dispersão espacial dos vestígios.

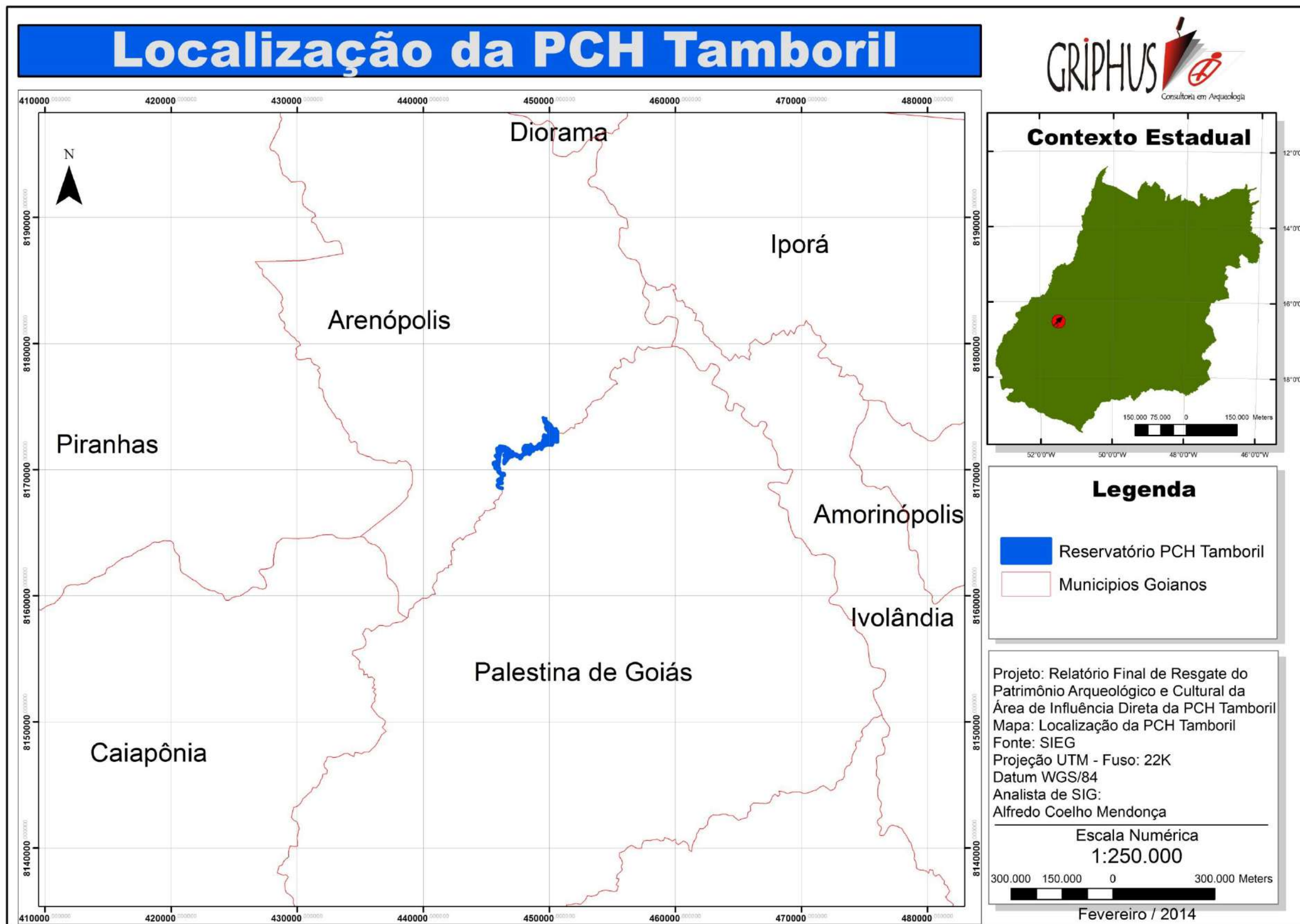
Foram realizados levantamentos histórico-culturais a fim de inserir os achados arqueológicos dentro de seu contexto regional. A temporalidade bastante recuada dos achados corresponde ao período pré-histórico, refere-se aos primeiros povoados de sociedades ceramistas. O material arqueológico foi analisado de modo a caracterizar as produções líticas e cerâmicas realizadas nas áreas dos sítios.

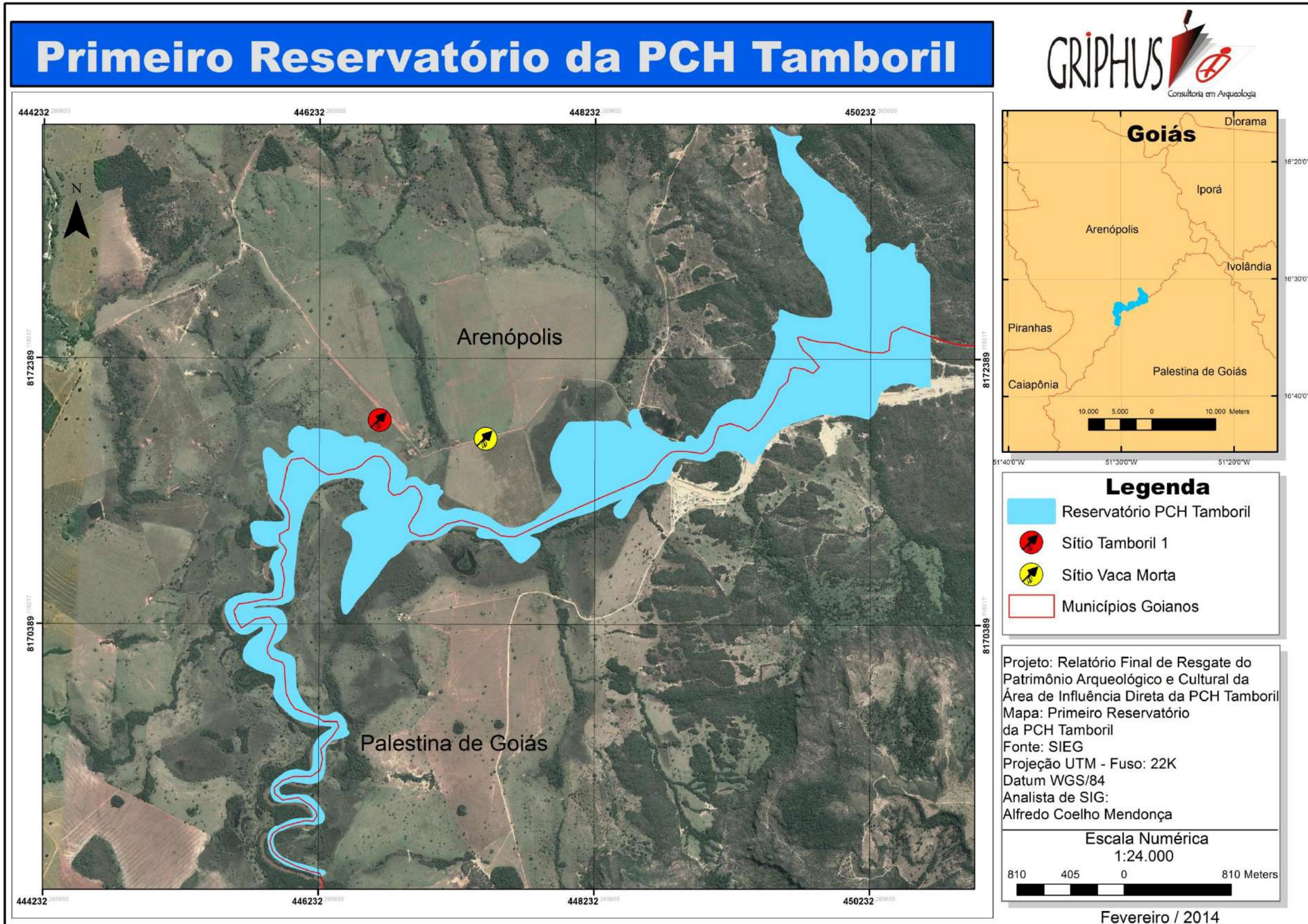
A curadoria do acervo foi realizada de maneira a fornecer dados claros e seguros, e acondicionamento adequado ao material arqueológico. Sendo em seguida encaminhado ao Instituto do Homem Brasileiro, conforme ficou previamente estabelecido, como instituição de apoio à pesquisa.

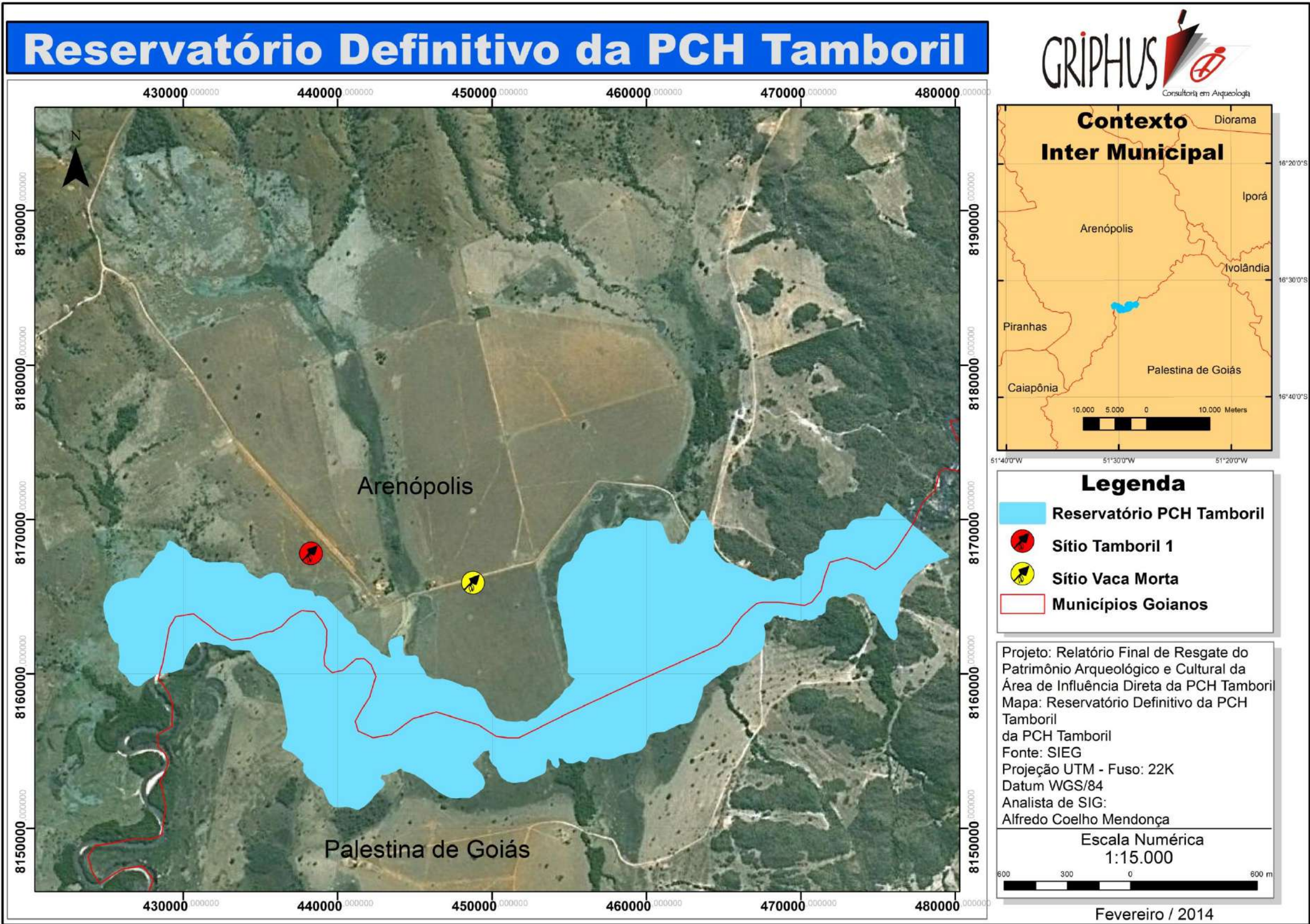
O Programa de Educação Patrimonial buscou promover a integração entre a pesquisa e a comunidade estabelecida na região. As atividades



propostas foram desenvolvidas em escolas públicas e no canteiro de obras, com a participação dos funcionários da PCH Tamboril. O programa teve como objetivo levar informações sobre o patrimônio arqueológico, oportunizando aos indivíduos envolvidos acesso ao conhecimento levantado pela pesquisa arqueológica.







## **2. LEGISLAÇÃO**

As normativas que buscam dar proteção ao patrimônio arqueológico têm sido construídas paralelamente ao desenvolvimento político do Brasil, buscando se adaptar às mudanças sociais e culturais. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN foi criado para exercer a proteção e preservação dos bens culturais nacionais representativos dos diversos segmentos da cultura brasileira, através do Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937 (BASTOS et al, 2005).

A atual legislação estabelece a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, através da Lei Federal nº. 3.924, de 26/07/61, o Artigo 1º, coloca sob proteção e guarda do Poder Público “os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existente no território nacional e todos os elementos que neles se encontram...” (IPHAN, 2006, p. 25).

No artigo 3º a Lei Federal nº 3.924/61, visando garantir a proteção dos bens patrimoniais mediante o uso do solo para fins econômicos, dispõe que antes de qualquer intervenção no solo ou subsolo do território nacional seja necessária uma avaliação profissional que determine a existência ou não de sítios arqueológicos.

A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, Capítulo II – Da União, nos artigos 20, 23 e 24, dispõe no que sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União; e que, os patrimônios de valor histórico, artístico e cultural devem ser protegidos. No seu Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto, Seção II – Da cultura, Artigo 215 são elencadas outras manifestações culturais como bens protegidos pela união, tais como, a afro-brasileira e indígena.

A Portaria nº. 07/1988 da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos e prescreve o levantamento arqueológico de campo e de dados secundários para obtenção da licença ambiental prévia.

Conforme Custódio (1996, p.162), o Direito Ambiental define o meio ambiente de forma ampla através da Lei 6.938 de 31/08/1981, “entende-se por

meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” incluindo-se aí as comunidades humanas.

Sob este aspecto abrangente, a Resolução CONAMA nº 001/86 incorpora à Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente a proteção ao patrimônio arqueológico e ao patrimônio cultural.

A fim de compatibilizar os interesses das esferas públicas na proteção do Ambiente Cultural, o IPHAN lança a Portaria nº 230 de 17/12/2002, tendo como foco a apreciação e o acompanhamento das pesquisas arqueológicas, destacando os procedimentos necessários para a obtenção das licenças ambientais.

O patrimônio cultural arqueológico é o conjunto dos bens produzidos por gerações passadas, resultante das experiências coletivas de determinado grupo humano. O estudo da cultura material, no âmbito das pesquisas arqueológicas preocupa-se com a diversidade étnica e cultural dos grupos humanos, que se estabeleceram nos limites do território brasileiro. É responsabilidade das gerações atuais preservarem para as gerações futuras esse testemunho caracterizado pela diversidade cultural, remanescente dos segmentos sociais que constituem a sociedade nacional (BASTOS et al., 2005).

### **3. OBJETIVOS PATRIMONIAIS E CIENTÍFICOS**

O Projeto de Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta da PCH Tamboril, municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás - GO foi executado em consonância com a Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que visa resguardar as informações arqueológicas por meio do resgate dos sítios arqueológicos ameaçados pelo impacto ao ambiente por empreendimentos de engenharia.

A área delimitada pela abrangência da PCH Tamboril encontra-se na zona rural do entorno do rio Bonito, que se constitui limite natural entre os municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás. Deve-se considerar que, o segundo município citado tem grande relevância arqueológica, tendo sido alvo de investigação desde o final da década de 1970. A primeira abordagem da área foi desenvolvida no âmbito do Projeto Caiapônia, contido dentro do escopo do Programa Arqueológico de Goiás, realizado pela Universidade Católica de Goiás em colaboração com o Instituto Anchieta de Pesquisa e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (SHIMITZ, et al., 1986).

Posteriormente, seguem-se estudos acadêmicos realizados por alunos de graduação do curso de arqueologia do IGPA/PUC Goiás, que se inserem no Projeto de Pesquisa Patrimônio Arqueológico de Palestina de Goiás - Projeto Alto Araguaia III, sob a coordenação da Dra. Profa. Sibeli Viana (*Site* da PUC-Goiás, 2013); e projetos de arqueologia de contrato (TELLES, 2013a; 2013b; 2013c; 2012 e 2010).

Apesar da significância arqueológica da área, a agropecuária tem alterado fortemente a paisagem local, o que tem incidido drasticamente nos registros arqueológicos, dificultando a obtenção de informações espaciais a nível intra-sítio, bem como a nível de contexto ambiental ao qual esses se inserem.

Completando esse quadro, as pequenas centrais elétricas que vem sendo instaladas no rio Bonito e Rio Caiapó, atingem diretamente sítios arqueológicos que ainda não foram pesquisados. Nesse sentido, as pesquisas arqueológicas tornam-se urgentes, tendo como objetivo resgatar informações arqueológicas que possam

contribuir para a compreensão da ocupação da área em período pré-histórico, sendo esse o foco de interesse da área.

Sob a perspectiva legal e direcionado pela metodologia científica, foram delineados os objetivos específicos apresentados a seguir:

- ✓ Preservar o Patrimônio Material associado às ocupações humanas pretéritas, por meio da pesquisa científica;
- ✓ Realizar o resgate da Área de Influência Direta - AID aplicando técnicas arqueológicas de verificação de subsuperfície do terreno;
- ✓ Realizar a plotagem, na cartografia local, dos locais percorridos e locais de intervenção em subsuperfície;
- ✓ Analisar as amostras da cultura material resgatadas, buscando entender suas características tecnológicas;
- ✓ Levantar o Patrimônio Histórico Material e Imaterial;
- ✓ Executar o programa de Educação Patrimonial junto à comunidade local, levando informações sobre patrimônio cultural arqueológico e a necessidade de protegê-lo;
- ✓ Acompanhar a implantação da obra do empreendimento durante a realização de escavações do terreno na etapa de monitoramento, remoção de sedimento e desmatamentos e outras movimentações que poderão trazer a tona vestígios soterrados.



#### **4. CONTEXTO DE AMBIENTAÇÃO**

O ambiente natural do sudoeste Goiano, onde se insere a PCH Tamboril, se caracteriza pelo Bioma Cerrado que, por sua semelhança com outras formações vegetais presentes na faixa intertropical do globo é chamada de savana brasileira. Nesse bioma o clima é marcado por duas estações bem definidas: uma chuvosa (de outubro a março), quando ocorrem, mais de 90% das precipitações, e outra seca (de abril a setembro) (RIBEIRO, 2007).

Estima-se que a área "core" ou nuclear do Domínio do Cerrado tenha aproximadamente 1,5 milhão de km<sup>2</sup>. Se adicionarmos as áreas periféricas, que se acham encravadas em outros domínios vizinhos e nas faixas de transição, aquele valor poderá chegar a 1,8 ou 2,0 milhões de km<sup>2</sup>. Com uma dimensão tão grande como esta, não é de admirar que aquele Domínio esteja representado em grande parte dos estados do país, concentrando-se naqueles da região do Planalto Central, sua área nuclear.

Embora o Bioma do Cerrado distribua-se predominantemente em áreas de clima tropical sazonal, os fatores que aí limitam a vegetação são outros: a fertilidade do solo e o fogo. O clímax climático do Domínio do Cerrado não é o Cerrado, por estranho que possa parecer, mas sim a Mata Mesófila de Interflúvio, sempre verde, que hoje só existe em pequenos relictos, sobre solos férteis tipo terra roxa legítima, as diferentes formas de Cerrado são, portanto, pedoclimaces ou piroclimaces<sup>1</sup>, dependendo de ser o solo ou o fogo o seu fator limitante.

A vegetação do Bioma do Cerrado, não possui uma fisionomia única em toda a sua extensão. Muito ao contrário, ela é bastante diversificada, apresentando desde formas campestres bem abertas, como os campos limpos de cerrado, até formas relativamente densas, florestais, como os cerradões. Entre estes dois extremos fisionômicos, vamos encontrar um mosaico de formas fisionômicas, que

---

<sup>1</sup> Vegetação do cerrado própria para carvão

se manifesta ora como campo sujo, ora como cerradão, ora como campo cerrado, ora como campo limpo.

O cerrado fisionomicamente se caracteriza pela existência de um estrato herbáceo formado basicamente por gramíneas e um estrato arbóreo/ arbustivo de caráter lenhoso. Há também a predominância de um ou de outro estrato – arbustivo, herbáceo e arbóreo. Estas metamorfoses ou alternâncias do ecossistema Cerrado, ocorre principalmente pela relação intrínseca, com o nível do lençol freático, da fertilidade do solo, da geomorfologia do relevo e da topografia ou altimetria do mesmo. Destes, elementos o mais marcante na formação dos cerrados é a composição do solo.

O cerradão é uma vegetação de caráter florestal, com árvores com maior desenvolvimento que a dos cerrados devido aos solos mais profundos e úmidos, e com algumas camadas de folhas em decomposição, encontra-se nos chapadões ou nas encostas úmidas (FERNANDES, 1998). O cerradão caracteriza-se uma mata rala e fraca, com árvores que cobrem mais de 50% da superfície e podem chegar até 15 metros de altura.

O campo limpo é uma vegetação herbácea, densa, composta de gramíneas, com raros arbustos e ausência completa de árvores. Essas características são encontradas nas encostas, nas áreas de chapadas e nas proximidades das nascentes de água, circundando as bordas de matas galeria. Para Rizzini (1997) o campo limpo corresponde à vegetação baixa, sem árvores ou com raras arvoretas, muito afastadas entre si.

A mata de galeria caracteriza-se por vegetação densa constituída de árvores com até 30 metros de altura, distribuídas ao longo dos vales, rios e cursos d'água, formando corredores fechados (RIBEIRO, J.P.; WALTER, 1998). Onde ela se estrutura possui e mantêm maior umidade do solo que nas áreas próximas. Esta fisionomia encontra-se distribuída sobre as margens dos rios de pequeno porte e dos inúmeros córregos intermitente principalmente na época da seca.

A mata ciliar são fisionomias associadas aos cursos de água que ocorrem em terrenos bem drenados ou mal drenados de médio e grande porte da região do

Cerrado, onde a vegetação arbórea não forma galerias (RIBEIRO, J.P.; WALTER, 1998). Nota-se a existência de Mata Ciliar às margens do rio Preto, Tocantzinho e do Paranã nos cursos de maior extensão. Sobre as margens desses encontram-se árvores predominantemente eretas, em uma faixa estreita.

As veredas são áreas associadas as cabeceiras de drenagens e, conseqüentemente, ao afloramento do lençol freático. Essa formação fisionômica é encontrada em outras localidades (próximo de São José, Vila Borba e Moinho). Para Nascimento (2001), a vereda é uma paisagem típica junto pequenos cursos d'água, geralmente em áreas planas, com solo hidromórfico/arenoso, tendo como principal elemento florístico de porte o buriti, acompanhado o curso d'água e gramíneas se espalhando por toda a planície de inundação.

Ao contrário das Matas Galeria, Veredas e Varjões, que ocupam os fundos úmidos dos vales, o Cerrado situa-se nos interflúvios. Aqui vamos encontrar, também, manchas mais ou menos extensas de matas mesófilas sempre-verdes, semi-caducifólias ou caducifólias, que já ocuparam áreas bem maiores que as atuais, mas que foram reduzidas a relictos pelo homem, devido à boa qualidade das terras e à riqueza em madeiras-de-lei. O Mato-Grosso-de-Goiás, hoje completamente devastado e substituído pela agricultura foi um bom exemplo destas matas de interflúvio.

## **5. SÍNTESE HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO DO SUDOESTE GOIANO**

O processo de ocupação da área correspondente ao Estado de Goiás inicia-se no século XVI com as bandeiras paulistas, que percorreram os “sertões” de Goiás a procura de mão-de-obra indígena, e também pelos indícios da existência de ouro na região. Foi Sebastião Marinho, em 1592, o primeiro bandeirante a percorrer a região da nascente do Rio Tocantins. Além dos bandeirantes, foram muitos os missionários que percorreram a região com o intuito de catequizar os indígenas. Para Chaul (1997), *foram os bandeirantes e sertanistas que desbravaram esse território “hostil e selvagem”*.

No século XVIII, a mineração tornou-se o principal atrativo para a ocupação da região Centro-Oeste do Brasil. Todo o processo de ocupação da região acompanha a descoberta de ouro. Assim, a atividade mineradora propiciou a formação da Capitania de Goiás e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos. Em 1726, Bartolomeu Bueno fundou, às margens do Rio Vermelho, o Arraial de Sant`Anna, que mais tarde passaria a Vila Boa, capital da futura capitania de Goiás, e em torno dele, Ferreiro, Barra, Anta, Ouro Fino e Santa Rita.

A partir de então, vários outros arraiais surgiram próximos as área propícias a mineração, como Arraial de Meia Ponte fundado em 1731, próximo ao Rio das Almas, e o Arraial de Santa Cruz em 1729 (BERTRAN, 1988).

A mineração na capitania de Goiás não se prolongou por muitos anos. Tem início em 1726 e declina após a década de 1750, mas foi de extrema importância para o início do povoamento da região. Este declínio não se limitou á Capitania de Goiás, mas atingiu todas as áreas mineradoras.

Após o declínio da mineração, a sociedade goiana que “sobreviveu” ao apogeu de ouro enfrentou problemas com a infra-estrutura precária e falta de estradas. Muitos dos viajantes que passaram pela capitania de Goiás deixaram implícitos nos seus relatos que a capitania necessitava de mão-de-obra produtiva, de povoamento, de capital e desenvolvimento. Porém, seus olhares estavam

direcionados a enxergar o progresso, mas à Província de Goiás faltavam condições e infra-estrutura para o almejado “desenvolvimento” (CHAUL, 1997).

Nesta “primeira ocupação”, surgiram novas aglomerações populacionais nas proximidades das terras de melhor qualidade e mais facilmente irrigáveis, ou seja, nas margens dos rios. O núcleo urbano hegemônico, neste período, na região, era Desemboque que em 1764, tinha 196 casas e mais de 1.000 habitantes e, além de importante núcleo mineratório, era retiro de descanso, pouso e abastecimento de tropas.

No século XIX, com o declínio da mineração, inicia-se um processo de ruralização, onde a população, que antes se concentrava nos arraiais, desloca-se para as fazendas. Neste momento, segundo Funes (1986) ocorre um processo de transição da mineração para a agropecuária (economia de subsistência).

Com o declínio da mineração, não há, uma nova atividade econômica capaz de dar continuidade ao processo de desenvolvimento da província, o que gerou profunda crise econômica (...) durante esta fase crítica a qual só começou a ser superada na segunda metade do século XIX, em Goiás ocorreram importantes mudanças tais como: o predomínio de uma economia de subsistência com base na agropecuária, alterações na estrutura fundiária e profundas transformações nas relações de produção até então predominantes - o sistema escravista sede lugar, gradativamente às novas relações de produção, não capitalistas, fundamentadas na força de trabalho familiar, do agregado, em menor escala do camarada (FUNES, 1986).

Este novo contexto econômico, apesar de produzir para abastecer o comércio local, não possibilitou uma continuidade ao processo de desenvolvimento econômico da província, como ocorreu no auge da mineração. Costa (1995) considera a sociedade goiana, do século XIX, como essencialmente agrária, com uma economia fechada e um mercado restrito e pouco dinâmico. Formada por

pequenas propriedades, que empregavam pouco ou nenhum escravo, com produção voltada para o consumo e abastecimento do comércio nos arraiais.

Mas, a ruralização da população reordenou a busca de terras para o cultivo e a ocupação pecuária de outras áreas na capitania, com o intuito de criar novas alternativas para o desenvolvimento econômico de Goiás. Assim, em algumas áreas da província a pecuária passou a ser prioridade, se consolidando como principal atividade econômica em meados do século XIX. Como coloca Chaul (1997):

Assim que o ouro deixou de representar o principal produto da economia goiana, um processo de "êxodo aurífero" fez com que um forte contingente populacional abandonasse a a província para se dedicar à lavoura e à pecuária (CHAUL, 1997).

Com este novo processo de ocupação, a economia goiana caracterizava-se como basicamente agrária. Com a produção agropecuária a província manteve-se ativa no sistema de produção mercantil, abastecendo de gado e gêneros alimentícios os mercados do Centro-Sul e Norte-Nordeste do país. Assim, a ocupação de novas e extensas terras propiciou uma maior produção, que os trilhos da estrada de ferro distribuiriam para o restante do país, inserindo Goiás no mercado nacional.

Neste processo de ocupação surgiram novas povoações na região Sul e Sudoeste de Goiás, entre elas a povoação de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, na terceira década do século XIX. Em 1882, a Vila de Rio Verde elevou-se à cidade, pela Lei nº 670, de 31 de julho.

A imensa área do município de Rio Verde foi desmembrada dentro do processo de reorganização administrativa da segunda metade do século XIX. Dentro desses limites incluíam-se territórios que hoje formam os Municípios de Jataí, Aporé, Cachoeira Alta, Canal de São Simão, Itarumã, Caçu, Serranópolis, Goiatuba, Quirinópolis e Santa Helena de Goiás.

No início do século XX, apesar de a pecuária ser uma atividade mais rentável financeiramente, a produção agrícola começava a dar sinais de desenvolvimento,

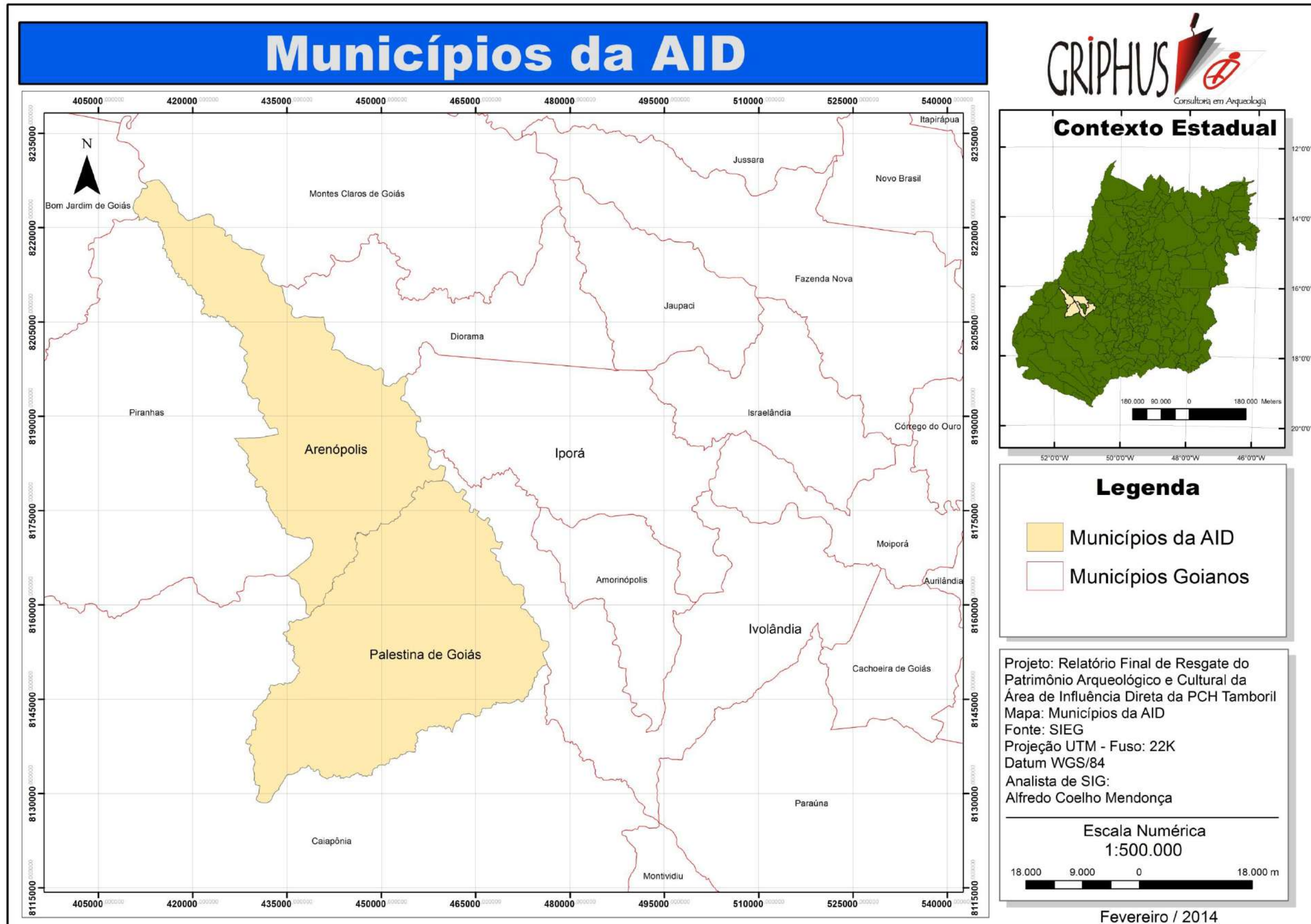
tornando-se cada vez mais inserida no mercado nacional, apesar das dificuldades e barreiras comerciais.

De acordo com Chaul (1997), a partir de 1913, com a estrada de ferro, a agricultura goiana toma frente à pecuária. Destacando-se as regiões Sul-Sudeste e Sudoeste do Estado, como os maiores pólos de produção de Goiás. Ocorreu na região um considerável grau de mercantilização da terra, com um fechamento precoce da fronteira, e cujo regime de apossamento teve um caráter latifundiário.

A economia agropecuária na porção Sul/Sudoeste do Estado de Goiás, desde o início do século XX está diretamente ligada a Minas Gerais e São Paulo. Sendo a cidade de Catalão, divisa com triângulo mineiro, o portal de entrada de Goiás. Ao longo da década de 1930, todos os incentivos ao progresso e desenvolvimento da região Sul e Sudoeste, estão diretamente ligados a atuação política de Pedro Ludovico.

Atualmente, a região sudoeste é uma área em que se concentra a maior parte da produção agropecuária do Estado e também como pólo de atração de grandes projetos agroindustriais. Com um expressivo crescimento econômico a região tem como principais atividades agropecuárias a produção de soja, algodão, arroz, milho e carnes bovina, suína e avicultura.

Segundo a divisão regional do IBGE, os municípios abrangidos na Área de Influência Indireta encontram-se em regiões diferentes, apesar de serem limítrofes. Arenópolis pertence à Mesorregião Noreste Goiano e Microrregião Aragarças, enquanto que Palestina de Goiás está situada na Mesorregião Sul Goiano e Microrregião Sudoeste de Goiás (Mapa - Localização municipal).





## **5.1. MUNICÍPIO DE ARENÓPOLIS**

De acordo com o IBGE (2013), por volta do ano de 1956, Albino Borges mudou-se para a região localizada entre três grandes propriedades, pertencentes aos senhores João Soares de Souza, Jerônimo de Campos e Teodoro Paião de Oliveira, no Município de Piranhas.

Com terras ricas e férteis, despertou o interesse de muitos que das regiões vizinhas para lá emigraram com intenção de fixarem residências e desenvolveram diversas atividades econômicas, época em que o senhor Albino Borges com sua habilidade profissional edificou várias casas, vendendo-as aos que ali chegavam. Surge assim o pequeno arraial, inicialmente chamado de patrimônio do Areia, nome este oriundo do nome do ribeirão que banha a região.

Passados poucos anos, o pequeno aglomerado rural se transforma num próspero povoado, contando com alguns estabelecimentos comerciais. Em 1964 mudou-se para a região o fazendeiro Antônio de Castro, que passou então a trabalhar em prol da transformação do povoado em Distrito de Piranhas. Graças aos incansáveis esforços de Antônio de Castro o povoado ganha a sua primeira batalha rumo à emancipação, sendo elevado à categoria de Distrito de Piranhas com o nome de Arenópolis, através da Lei nº 7.474, de 02/12/1971 votada na Câmara Municipal de Piranhas (IBGE, 2013)

O distrito foi instalado em 15/04/1972 e desmembrado de Piranhas através da Lei Estadual nº. 9153, de 14 de maio de 1982, tornando-se município e conservando o mesmo nome do distrito. No dia 1º de fevereiro de 1983 foi instalado o município de Arenópolis, passando a constituir Termo da Comarca de Piranhas.

## **5.2. MUNICÍPIO DE PALESTINA DE GOIÁS**

Decorria o ano de 1929, o pequeno fazendeiro Mamédio José Silvério, que morava próximo ao Córrego Ribeirão, doou uma área de aproximadamente 5 (cinco) alqueires (24 hectares), para a Igreja Presbiteriana do Brasil com sede em Jataí (GO), com a finalidade de ser ali instalada uma capela e uma escola, no local que ainda hoje pertence a aquela entidade.

No ano de 1935 a Igreja Presbiteriana fundou um núcleo então comandado pelo Reverendo "Saley" de nacionalidade Norte Americana, que foi sucedido pelo Rev. Robert Lodolk, o qual permaneceu a frente da Igreja até por volta do ano de 1945, quando transferiu a administração ao Rev Raimundo Pitman, quem, efetivamente, levou avante os trabalhos evangélicos e educacionais.

Por volta do ano de 1945 foi construído um campo de aviação ao lado da Igreja, trabalho esse feito pelos poucos moradores da região para que pudessem receber a visita de um médico que a Igreja Presbiteriana, mensalmente, trazia de Rio Verde (GO) para cuidar de seus fiéis e alunos da escola que mantinha.

A antiga igreja já não comportava seus seguidores, estando ainda, depauperada pela ação do tempo, assim no ano de 1948, sob o comando do Rev. Raimundo Pitman, foi edificada uma nova, maior e com melhores acomodações. Neste mesmo ano, os moradores da região, Mamédio Joaquim de Bastos, José Francisco de Souza e Risiel Neves de Almeida se associaram com a finalidade de manter uma professora na escola da Igreja Presbiteriana que nesta época já contava com cerca de 35 alunos, quando contrataram a jovem Dalma Gomes Monteiro originária da cidade de Santa Helena de Goiás.

Como a escola e a igreja iam muito bem, os pais de alunos e alguns fiéis começaram a edificar pequenas casas no terreno pertencente a igreja, no que foram proibidos pela Missão Brasil Central que gerenciava a Igreja. Em razão dessa proibição o Sr. João Carlos de Bastos, conhecido como "João Jaraguá", que havia herdado de seu sogro Mamédio José Silvério, uma área de terras onde hoje localiza-se a parte Oeste da cidade de Palestina de Goiás, fez um loteamento

contendo 480 lotes e os vendeu a preços simbólicos aos interessados, surgindo assim o povoado.

Os lotes foram ocupados rapidamente, quando o Rev. Raimundo Pitman viu a necessidade de se dar um nome ao Povoado, assim, convocou um plebiscito entre os moradores do local, que apresentaram várias sugestões de nome, por fim dois foram os escolhidos para disputar o plebiscito: Palestina e Jerusalém, que submetidos a votação popular o primeiro (Palestina) sagrou-se campeão com 84 votos a favor e 36 contra.

O Povoado situava dentro da área territorial do Município de Caiapônia e dele dependia econômica, financeira e politicamente. No ano de 1962, Mamédio Joaquim de Bastos foi eleito Vereador pelo Município de Caiapônia como representante do povoado de Palestina, iniciou-se um ardoroso trabalho para elevá-lo a condição de Distrito.

Mamédio Joaquim de Bastos também foi eleito Vice-Prefeito de Caiapônia, na chapa encabeçada por Bertoldo Francisco de Abreu, para o período de 31.01.1970 à 31.01.1973.

Pela Lei Estadual nº 7.188, de 12 de novembro de 1968 (publicada no Diário Oficial do Estado em 04.12.1968), o Povoado de Palestina foi elevado a categoria de Distrito.

Anos passaram e Palestina crescia especialmente sob a influencia da Pecuária de corte, através de vários fazendeiros que se instalaram no Distrito, dentre eles, Antonio Maximo de Oliveira, Guilhermino Moraes de Faria, Joaquim Moraes dos Santos e outros.

Antonio Maximo de Oliveira, conhecido por TONICÃO, mantinha estreito relacionamento com políticos da época; dois filhos de Caiapônia eram Deputados Federais, Jarmund Nasser e Antonio Rezende Monteiro que conseguiu junto ao Governador do Estado da época, Dr. Otavio Lage de Siqueira, a construção de uma Escola no Distrito, que denominou-se Escola Estadual "Lúcia Ana de Bastos", onde hoje funciona o "Centro de Apoio ao Estudante". A escola foi inaugurada com 240 alunos transferidos da escola da Igreja Presbiteriana que assumiu os 10 professores

e 02 porteiros serventes. O mesmo Fazendeiro, Antonio Maximo de Oliveira, conseguiu outra escola para o Distrito, atual Escola Estadual Ana Algemira do Prado.

Posteriormente, no ano de 1985 foi deflagrada a luta pela emancipação política do Distrito. Problemas políticos atrasaram a emancipação que só veio acontecer no dia 30 de dezembro de 1987, através da Lei Estadual nº 10.404 (publicada no Diário Oficial do Estado no dia 31.12.1987), oportunidade que foi necessário acrescentar ao nome da cidade as palavras "DE GOIÁS", visando diferencia-la de outra também Palestina já emancipada e localizada no Estado de São Paulo.

O Município de Palestina de Goiás foi instalado em 01.01.1989, com a posse do primeiro prefeito eleito, Carlos Alberto de Moraes, filho de família tradicional, que teve como vice-prefeito, Lourival Francisco de Souza e seu mandato foi de 1989 a 1992.

### ***5.3. ALGUMAS REFERÊNCIAS CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS DO EMPREENDIMENTO***

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216 define o patrimônio cultural Brasileiro, reconhecendo-o como um conjunto de bens de natureza material e imaterial portadores de referência aos diferentes grupos da sociedade brasileira. Conforme seu texto entende-se como patrimônio cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valos histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Constituição de 1988 representou um avanço às questões a acerca do Patrimônio Cultural Brasileiro, acrescentando os bens de natureza imaterial ou “patrimônio intangível”, em complemento ao patrimônio material ou patrimônio de edificado.

Em 1997, a UNESCO – Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura, sistematiza o Patrimônio oral e imaterial, como forma de reconhecimento, proteção e divulgação das manifestações populares e seus locais de expressão. Os registros orais e ou visuais, documentos de diferentes fontes oriundos de pesquisas direcionadas a área do patrimônio intangível seria uma forma eficaz de preservação. A organização desenvolve o “Programa Tesouros Humanos Vivos”, que estimula os países a criarem sistemas de identificação de agentes culturais (artistas, artesãos entre outros), que tem a responsabilidade de manutenção e difusão do patrimônio cultural imaterial. Através do programa, pessoas, grupos e comunidades, que são reconhecidamente detentora de conhecimento da tradição popular, possam receber auxílio financeiro temporário ou vitalício, para dar continuidade em suas artes ou ofícios ligados a cultura imaterial.

O Decreto nº 3.551 de 04 de Agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, os quais podem ser inscritos nos seguintes livros:

- I – Livro de Registro dos Saberes...
- I – Livro de Registro das Celebrações...
- III – Livro dos registros das Formas de Expressão...
- IV – Livro de Registro de Lugares...

O § 2º do Decreto acrescenta ainda *"A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional à memória, identidade e a formação as sociedade brasileira."*

Em atenção ao § 2º do Decreto nº 3.551, o Ministério da Cultura em 2007, criou o prêmio "Culturas Populares", visando recompensar e valorizar os agentes sociais detentores e divulgadores da cultura popular.

O Levantamento dos Bens de Interesse Cultural, da Área de Influência Indireta (AII) e da Área de Influência e Direta (AID) do empreendimento, contemplou alguns dos bens de natureza material como arqueológicos (que será tratado em capítulo à parte), arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, industriais, móveis, bem como, os bens de natureza imaterial, saberes, fazeres, celebrações, formas de expressão e lugares. Conforme institui o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais.

Os dados foram obtidos em fontes primárias e secundárias impressas, em sítios disponíveis na internet e uma etapa de campo, que contemplaram o patrimônio histórico, cultural e paisagístico da área do empreendimento. O levantamento consistiu no arrolamento de dados referentes às manifestações culturais e demais aspectos relativos à memória e identidades locais. Para compor os dados foram elencados imagens de caráter histórico e cultural, disponíveis em acervos particulares, institucionais e públicos.

Os dados apresentados a seguir estão dispostos por meio de três categorias principais: as referências culturais de natureza material, de natureza imaterial e patrimônio cultural/ natural, levando-se em consideração as áreas diretamente e indiretamente atingidas. Entretanto, é necessário destacar que esta classificação é mais de caráter didático, pois, as categorias elencadas são integrantes de um mesmo sistema sócio-cultural que informa sobre as culturas local, regional e nacional, diretamente associados ao processo histórico de construção da identidade brasileira.

Arenópolis e Palestina de Goiás, são municípios com pouco tempo de emancipação política, mas tiveram seus territórios vinculados a processos históricos

de municípios mais antigos como Iporá e Caiapônia, que tem uma importância histórica, econômica e cultural, para o Estado de Goiás e principalmente para as regiões sudoeste e oeste do goiano.

### ***De natureza material***

Conforme destacado anteriormente, os municípios envolvidos, foram constituídos recentemente, os elementos de interesse cultural material, se caracteriza por espaços destinados a convivência social/religiosa, como as Igrejas e as praças em seu entorno, que historicamente remetem a origem da formação do povoado.

Edificações de maior expressão nos municípios:

- Matriz de São Pedro Apóstolo ( Arenópolis)
- Igreja Presbiteriana (Palestina de Goiás)

### ***De natureza imaterial***

- Carnaval em Arenópolis, é um evento que atrai foliões de municípios vizinhos e que já é uma festas mais esperadas pela população. Acompanha o calendário nacional com datas móveis.
- Palestina de Goiás, é realizada a “Queima do alho”, ocorre no mês de setembro. A manifestação cultural esta sendo gradativamente resgatada/reinventada também em outros municípios próximos. O evento é uma lembrança ao movimento do tropeirismo na região. Elementos ligados ao campo como: encontro de muars, prova de laço, e comidas típicas e caipiras, se combinam a elementos urbanos.

### ***Patrimônio cultural/natural***

- Abrigos com Pinturas Rupestres. Na região existem diversos sítios arqueológicos (abrigos com inscrições rupestre) inseridos em áreas de paisagem natural. Muitos desses sítios já foram objetos de pesquisas científicas na década de 1970. As

pinturas e gravuras rupestres, são vestígios que revelam o modo de vida de grupos que habitaram ou percorreram a região em tempo pretérito, ou seja, da cultura, do cotidiano, das crenças e comportamentos, mas também da sua interação com o meio.

- -Cachoeira do Jacarandá (Palestina de Goiás)
- -Cachoeira da Fazenda Nova Esperança (Palestina de Goiás).

### ***Grupos étnicos na atualidade***

Pesquisa realizada junto a Fundação Cultural Palmares, não apontou a existência de comunidades quilombolas, certificada pelo órgão governamental, na região, até a data de 03/2013. Dados levantados junto a FUNAI – Fundação Nacional do Índio confirma a inexistência de Territórios Indígenas na área em estudo.



**PCH TAMBORIL  
MUNICÍPIO DE ARENÓPOLIS  
ASPECTOS HISTÓRICO CULTURAL E PAISAGÍSTICO**



ENTRADA DA CIDADE



VISTA AEREA PARCIAL



IGREJA MATRIZ DE SÃO JOSÉ



SÃO JOSÉ - PADROEIRO DO MUNICÍPIO



BIBLIOTECA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL



IGREJA PRESBITERIANA



CARNAVAL PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL

FONTE: GRIPHUS, 2012 E [HTTP://JORNALTRIBUNADEGOIAS.COM.BR/SITE/?P=GALERIA\\_VER&ID=65](http://jornaltribunadegoias.com.br/site/?P=GALERIA_VER&ID=65)

Prancha 1: Aspectos histórico culturais e paisagísticos de Arenópolis

**PCH TAMBORIL  
MUNICÍPIO DE PALESTINA DE GOIÁS  
ASPECTOS HISTÓRICO CULTURAL E PAISAGÍSTICO**



**PRAÇA DA PREFEITURA**



**TRADICIONAL QUEIMA DO ALHO**



**AV. PALESTINA DE GOIÁS**



**PATRIMÔNIO NATURAL: CACHOEIRA DO JACARANDÁ E CACHOEIRA DA FAZENDA NOVA ESPERANÇA**

FONTE: [HTTP://AGRDECOLOGICA.TUR.BR/INDEX.PHP?SEC= 1 &ID\\_CID=2&ID\\_PAG=347;](http://agrdecoologica.tur.br/index.php?sec=1&id_cid=2&id_pag=347)  
[HTTPS://SITES.GOOGLE.COM/SITE/BELEZASDEPALESTINA/FOTOS-DE-PALESTINA](https://sites.google.com/site/belezasdepalestina/fotos-de-palestina)

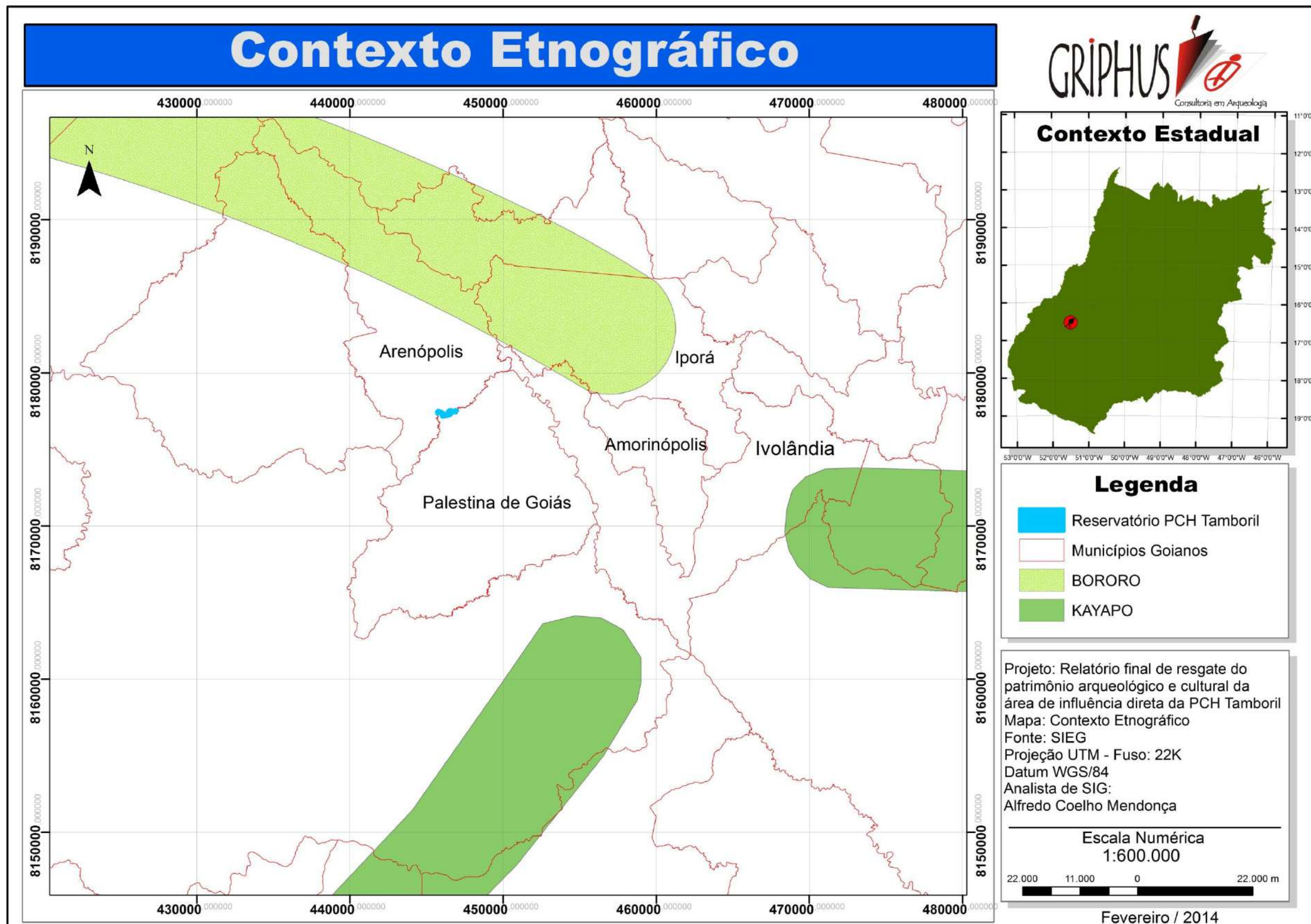
## **6. CONTEXTO ETNOGRÁFICO**

O mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, elaborado em 1944 e publicado pelo IBGE em 1988, reeditado em 2004, traz informações sobre a localização dos grupos indígenas no Estado de Goiás, com base em registros históricos elaborados a partir do século XVIII. Desta forma, não constam em seu mapa informações relativos à presença indígena nos séculos XVI e XVII. Nos séculos XVIII e XIX há evidente predominância de grupos Kayapó na porção centro-sul de Goiás, enquanto no norte estariam localizados os Akwê-Savante e os Serente (Xavante e Xerente). No extremo leste de Goiás no mesmo período consta os Sakriabá, e os Akroá, além de alguns Tupinambá. Na área em estudo estão registrados os Kayapó e em suas imediações os Bororo no séc.XIX, ressaltando que outros grupos podem ter ocupado ou percorrido a região em períodos pretéritos (Mapa – Contexto Etnográfico).

### **6.1. KAYAPÓ ou CAIAPÓ**

De acordo com Turner (1992), pelo final do século XVI ou princípio do século XVII os índios Kayapó se dividem em dois grupos: os Kayapó do Sul e os Kayapó do Norte. Os Kayapó do Sul ocupavam uma extensa área, que ia de Camapuã, no Mato Grosso do Sul ao sul de Goiás e aos pontos mais setentrionais das cidades de Goiás, Pirenópolis e Luziânia. A leste o território Kayapó se estendia nas proximidades do rio Paranaíba, na região atual do Triângulo Mineiro, chegando ao rio Paraná, no estado de São Paulo.

Os Kayapó do Norte formavam um só grupo, denominado Goroti-Kurein, localizados ao sul do Pará, na margem esquerda do rio Araguaia. Após cisões internas subsistem hoje três subgrupos Kayapó: os Xicrim ou Djore, que habitam as margens do rio Itacajá; os Gorotire, chamados Kayapó do Xingu e os Kayapó do rio Araguaia ou do rio pau D`Arco.



O grupo Kayapó do Sul, por estarem em região de minas como Vila Boa (Cidade de Goiás) e Meia Ponte (Pirenópolis), eram constantemente citados nos documentos oficiais como obstáculos a coleta o escoamento do ouro, sendo considerados empecilho para as frentes colonizadoras até o final do século XIX e início do século XX.

O nome "Kayapó" é de origem tupi, é significa "o que traz fogo nas mãos", tribo de índios incendiários. Eram chamados de Ubirajara ou Ibirajara pelos índios Tupi e Bu, Bilreiro e Caceteiros pelos cronistas. Pelos Bandeirantes, eram denominados Bilreiro, pois usavam a borbuna, uma arma semelhante a um bilro em seus ataques. Porém os Kayapó se autodenominam "Mebêngokrê", gente do espaço dentro das águas (ATAÍDES, 2006).

Os Kayapó pertence à família lingüística Jê, e são um entre os vários grupos intimamente correlacionados do tronco lingüístico Macro-Jê. Existem diferenças dialetais entre os vários grupos Kayapó decorrentes das cisões que originaram tais grupos, mas em todos eles a língua é uma característica de maior abrangência étnica, levando ao reconhecimento de que participam de uma cultura comum. (<http://www.socioambiental.org>)

Em geral a família lingüística do troco Jê é representada pelos povos que se adaptaram em ambientes de cerrados e florestas de galerias do Planalto Central brasileiro. Hoje em dia muitos destes povos vivem exclusivamente nas florestas e se distinguem por um padrão cultural de divisões e segmentações internas, por aldeias circulares ou semicirculares próximas de um curso d'água, normalmente afluente de um rio maior e não muito distantes das áreas de florestas, onde se fazem as plantações.

Os primeiros registros históricos dos contatos dos colonizadores, com os Kayapó do Sul, referem-se a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, no início do século XVIII.

Os Kayapó do Sul, por não recuarem diante de ataques do colonizador, viviam em constantes conflitos. Foram registrados ataques a região das minas,

devido ao não cumprimento das leis acertadas no regimento da bandeira, as quais determinavam que os contatos fossem pacíficos.

No entanto, como persistiram os ataques, o Governador de São Paulo, Dom Luiz de Mascarenhas, oficializou a permissão de fazer guerra aos Kayapós do Sul criando duas companhias de soldados de mato para patrulhamento das regiões habitadas pelos índios. Ao elemento indígena restava o refúgio para o interior numa tentativa de evitar o extermínio em seu próprio território.

Em março de 1732, seguindo às ordens do Governador, o conde de Sarzedas ordenou que se fizesse guerra contra os Kayapó do Sul. Para os ataques, contrataram-se sertanistas com índios catequizados. Dentre os sertanistas, destaca-se Antônio Pires de Campos, que segundo Ataídes (2006) acabou se tornando um representante da política de escravidão indígena.

Em 1741, o sertanista chefiou 100 guerreiros Bororo, e mais 150 ou 200 que chegaram depois, contra ao Kayapó no território chamado sertão de Camapuã, passando pelos rios: Pardo, Coxim, Taquari, Paraná e Claro, até as cabeceiras do rio Araguaia, destruindo aldeias e matando uma grande quantidade de índios Kayapó.

Neste mesmo ano Pires de Campos funda a aldeia Rio das Pedras, para abrigar os Kayapó e Bororos, no entanto por serem mais arredios os Kayapós rapidamente se dispersaram pelo território de entorno, saindo assim do aldeamento.

Em 1744 a estrada de acesso Goiás - São Paulo estava dominada pelos Kayapó. Eles atacavam comboios, lavouras, minas, despovoavam roças, matando brancos e escravos. A pedido do governador da província de São Paulo são enviados aproximadamente 500 Bororos para conter os ataques. (ATAÍDES, 2006).

Em 1780, após inúmeros conflitos, no governo de Luís da Cunha Menezes, parte dos Kayapó do Sul foram aldeados em Maria I, próximo a Vila Boa. Viajantes como Pohl, visitaram a aldeia logo após ser abandonada, descrevendo seus principais elementos:

Esta povoação foi erigida em 1780 e ganhou seu nome em homenagem à Rainha Dona Maria, mãe do Rei D. João VI, mas pouco depois, em 1812, foi abandonada. Consiste de duas casas térreas de 43 passos de comprimento e 16 de largo, construídas de madeira e barro e cobertas de telhas. Uma delas era morada do governador e sua comitiva e a outra para o administrador e seus soldados, também destinada a servir a igreja (...) Ainda se vêem uma grande forja e vários edifícios começados, mas inacabados. Já se acham em ruínas o grande engenho de açúcar à margem do regato, a uma centenas de passos de distância, a pilação de milho e a farinha de aguardente (...) As antigas cabanas dos índios, toscamente construídas de madeira e de fibras de palmeiras, formam um círculo em torno do paiol, ficando enfileiradas uma do lado da outra (POHL, 1976).

Em 1813, os índios da aldeia Maria I foram transferidos para o aldeamento de São José de Mossâmedes, sob a justificativa de que a mudança diminuiria os gastos da coroa (ATAÍDES, 2006).

Sendo um pouco menos distante da capital que a aldeia Maria I, julgou-se provavelmente que seria mais econômico abandonar esta última, e em épocas bem recente os Caiapós foram transplantados para S. José, apesar do apego que tinham à sua primeira aldeia (SAINT-HILAIRE, 1975).

O aldeamento de São José de Mossâmedes representou uma tentativa de ampliação da política indigenista pombalina. Porém, não obteve todos os resultados esperados. Em 6 de Abril de 1832, dissolveu-se o aldeamento de São José de Mossâmedes, e todos os índios que ali viviam se dispersaram.

A organização social e a cultura Kayapó são produtos de um longo processo histórico de interação com a sociedade brasileira. Porém, houve várias transformações em sua organização social e estrutura cultural.

Em geral as aldeias Kayapó, são grandes e localizadas em áreas descampadas e abrigam de trezentas a seiscentas pessoas. São dispostas em círculos. No centro das aldeias está à casa dos solteiros, lugar das reuniões e da confecção de artesanato, um lugar simbólico, origem e coração da organização social e ritual. A periferia da aldeia é constituída por casas dispostas em círculo, repartidas de modo regular, nas quais habitam famílias extensas. Essa porção da aldeia é associada, sobretudo, às atividades domésticas, ao desenvolvimento físico do indivíduo e à integração dos grupos de parentesco. Conceitualmente, o círculo das casas é território de mulheres, essencialmente direcionado para assuntos "femininos".

Os Kayapó são monogâmicos. Quando um homem se casa, ele deixa a casa dos homens para habitar sob o teto de sua esposa. As mulheres, por sua vez, jamais deixam sua residência materna. Teoricamente, uma casa abriga várias famílias conjugais: uma avó e seu marido, suas filhas com seus esposos e crianças. Quando o número de residências torna-se grande demais (40 pessoas ou mais), o grupo residencial sofre uma cisão e constrói uma ou mais casas novas contíguas à primeira.

Na sociedade kayapó, um chefe não administra toda a aldeia. Cada associação possui um ou dois chefes, que exercem jurisdição sobre seu próprio grupo. Cabe ao chefe saber realizar de maneira correta os cantos e recitativos, em público, pois esta é uma de suas principais funções rituais.

Os rituais Kayapó exprimem e atualizam valores fundamentais de sua sociedade, pois refletem igualmente a imagem que o grupo tem de si mesmo, da sociedade e do universo ao qual pertencem.

Estes rituais se dividem em três categorias principais: as grandes cerimônias de confirmação de nomes pessoais (nomação); ritos agrícolas, de caça, de pesca e de ocasião, e os ritos de passagem. Nos rituais de nomação, os homens recebem nomes, ao lado dos cantos aos quais eles se referem, geralmente referindo-se ao mundo "natural".



As intervenções humanas na natureza também são acompanhadas de rituais. O plantio de novas roças é precedido de uma dança que apresenta muitas semelhanças estruturais com o ritual de guerra. O plantio de novas roças é uma guerra simbólica, não contra um inimigo humano, mas contra um inimigo natural. Na volta da caça, os homens cantam para os espíritos da caça, que eles mesmos mataram, para que estes permaneçam na floresta.

Os ritos de passagem são freqüentemente solenes, porém curtos, e raramente acompanhados de danças ou cantos: são organizados para anunciar publicamente a passagem de algumas pessoas de uma classe de idade para a outra.

A maior parte das seqüências rituais ocorre na praça central da aldeia. Neste momento o centro da aldeia que normalmente é organizado com base nas relações de não-parentesco, é convertido no domínio de atividades em que tanto os laços pessoais familiares como os elementos naturais, são centrais.

Outro aspecto importante da cultura Kayapó é o seu funeral. Para eles os espíritos dos mortos vivem em uma aldeia imaginária localizada nas florestas. Esta aldeia mítica é organizada como a dos vivos: em forma de círculo com uma ou duas casas dos homens; possuem associações masculinas e femininas e classes de idade.

Os Kayapó enterram os seus mortos em um espaço bem preciso, fora do círculo da aldeia. A sepultura é composta de um poço de forma circular, no qual o corpo é colocado na posição fletida com o rosto sempre dirigido ao leste. Juntamente com o corpo são colocados diversos objetos que pertenciam ao falecido, pois na crença kayapó, o espírito levará estes objetos para a sua nova morada. Nas primeiras semanas que seguem o falecimento, os parentes deixam cotidianamente um pouco de comida e bebida ao lado da sepultura, pois o espírito nem sempre encontra imediatamente o caminho que conduz à aldeia dos mortos.

A pintura corporal é outra forte característica da cultura dos kayapó. Com traçados geométricos, são feitas em homem, mulher ou criança, e representam os sentimentos de alegria, dor, tristeza, agressividade, ou indicam a posição social ou

familiar do indivíduo. Os pigmentos utilizados nas pinturas são o vermelho, extraído do urucum e o preto, tirado do genipapo e misturado ao pó de carvão. As mulheres executam as pinturas mais artísticas nas crianças. Fazem, também, uso do botoque (pedaços de madeira) na orelha e algumas vezes no lábio inferior.

Dentre os objetos do artesanato Kayapó, destaca-se o cesto “jucunu”, assim denominado por Saint-Hilaire (1975), ou “piapa” conforme Pohl (1976). Este cesto, tecido de folha de palmeiras, era utilizado pelas mulheres no transporte de alimentos das roças para as aldeias.

Os jucunus são feitos tomando-se duas folhas de buriti (*Mauritia Vinifera*) e dividindo-se em tiras finas os folíolos que as compõe e formam um leque. As tiras de uma folha são traçadas com as da outra, compondo uma espécie de cesta elíptica aberta dos lados, à qual é presa, à guisa de alça, uma trança comprida e flexível, também feita de buriti (Saint-Hilaire, 1975).

Entre os Kayapó do Sul, havia uma rígida divisão do trabalho entre homens e mulheres, onde era função das mulheres carregar os fardos e participar das atividades guerreiras e era função dos homens cortar as árvores para a abertura das roças. A agricultura para os Kayapó do Sul, era uma atividade importante. Cultivavam principalmente milho, inhame e as batatas.

Quanto ao modo de dormir, os Kayapó do Sul se assemelham bastante aos Kayapó-Gorotine e aos Kayapó-Xicrim, pois dormiam em jiraus ou em esteiras. Como descrito por Sant-Hilaire (1975): “Os Caiapós dormem em jiraus, quando os têm, mas na maioria se estende no chão, sem travesseiro, sobre esteiras finas e estreitas (...)”.

Segundo Ataídes (2006), faz parte da cultura Kayapó as danças e a corrida de tora de Buriti. Esta corrida não ocorre somente a rigor de competição, mas também para demonstrar as virtudes (resistência e rapidez), tanto masculina e feminina. Saint-Hilaire (1975) descreve a corrida de toras:

Defronte de quase todas as casas dos caiapós vi grandes pedaços de troncos de árvores de 2 a 3 pés de comprimento, escavados nas duas pontas e terminando com uma borda grossa, de 2 a 3 polegadas de altura. Esses pedaços de pau, chamados touros, são usados para o jogo favorito para os índios. Um deles segura o Touro pelas pontas, coloca-o sobre os ombros e parte em desabalada carreira. Um segundo índio corre atrás do primeiro e, quando consegue alcança-lo, toma-lhe o pedaço de pau, coloca-o por sua vez sobre os ombros, sem interromper a corrida, até ser alcançado por um terceiro, e assim sucessivamente. O jogo termina quando eles chegam a um alvo pré-determinado (SAINT-HILAIRE, 1975).

Atualmente os Kayapó, distribuem-se por 14 aldeias, num vasto território que se estende do Pará ao Mato Grosso, na região do Rio Xingu. Os grupos são: Gorotire, Xikrim do Cateté, Xikrin do Bacajá, A'Ukre, Kararaô, Kikretum, Metuktire (Txukarramãe), Kokraimoro, Kubenkrankén e Mekragnoti. Há indicações de que pelo menos três outros grupos ainda sem contato com a sociedade nacional. Esses grupos são os resultados de várias cisões, que se iniciaram em fins do século 18.

As aldeias Kayapó estão dispersas ao longo do curso superior dos rios Iriri, Bacajá, Fresco e de outros afluentes do rio Xingu, praticamente recoberto pela floresta equatorial, com exceção da porção oriental, preenchida por algumas áreas de cerrado.

Nos anos 80 e 90, os Kayapó se destacaram na mídia nacional e internacional pela ativa mobilização em favor de direitos políticos, da demarcação de suas terras. No curso dessa mobilização, se destacaram os líderes Kayapó, como Ropni (mais conhecido como Raoni) e de Bepkoroti (Paulinho Payakã).

Pesquisas lingüísticas e etno-históricas revelam que os atuais Panará são os últimos descendentes do grupo, conhecido dos cronistas dos séculos 18 e 19, como "Kayapó do Sul", que habitavam desde o rio Parnaíba em São Paulo até Goiás e Mato Grosso e foram tidos como desaparecidos no início do século. Os Panará se

deslocaram para o Norte e chegaram à região do rio Peixoto de Azevedo antes de 1920.

Somente a partir da abertura da base da Força Aérea Brasileira na serra do Cachimbo, pela expedição Roncador-Xingu da Fundação Brasil Central, onde trabalhavam os irmãos Villas-Boas, que ocorreram os primeiros contatos documentados entre os Panará e a sociedade envolvente. (<http://www.apsp.org.br/saudesociedade>).

Foi o primeiro grupo indígena no Brasil a ter um Plano de Manejo Florestal aprovado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), se tornando exemplo no que diz respeito à questão madeireira. Atualmente, muitas comunidades Kayapó desenvolvem projetos de alternativas econômicas sustentáveis, em parcerias com ONGs e agências multilaterais de financiamento.

## **6.2. BORORO**

A sociedade Bororo foi, dentre os povos indígenas do Brasil, uma das mais estudadas do ponto de vista etnológico, devido ao fato de apresentar uma complexa organização social e uma rica cultura material.

O termo Bororo, segundo Castilho (2000), significa “pátio da aldeia, pátio das danças, pátio interdito às mulheres e às crianças, praça, aldeia”; Este foi um dos termos utilizado pelo colonizador para identificar o grupo, mas também foram chamados de Porrudos, Coxiponês, Araripoconês, Araés, Cuiabá, coroados, Bororo Ararivá, Bororo de Campanha, Bororo dos Cabaçais, Bororo ocidentais e Bororo ocidentais.

### **Localização**

Antes do contato interétnico, a nação Bororo ocupava uma enorme área que se estendia do sul de Mato Grosso ao norte de Mato Grosso do Sul. Ao Norte estavam nas cabeceiras dos rios Paraguai, Cuiabá e acompanhando o Rio das

Mortes até a cidade atual de Nova Xavantina; ao Leste pelo rio Araguaia, desde a cabeceira até as proximidades de Aruanã; Ao Sul, nas cabeceiras do Rio Taquari, Coxim, Miranda e Aquidauana; Oeste da Barra do Rio Cuiabá, com o Paraguai, entrando em território boliviano até as cabeceiras dos rios São Matias, Jauru e Cabaçal (BORDIGNON, 2001).

### ***Língua***

O território Bororo estava cercado, embora em períodos distintos, por variados grupos lingüísticos com diversos níveis de integração sócio-cultural. Porém, segundo o mapa de Nimuendaju (1984), nenhum grupo da família lingüística Tupi-Guarani mantinha fronteira com os Bororo.

Assim como apontou Wüst (1990), embora possamos classificar a língua Bororo como pertencente ao tronco Macro-Jê, existem ainda algumas dúvidas sobre sua filiação. Rivet (1924) e Schmidt (1926) classificaram-na como isolada e possivelmente vinculada ao ramo Otuké. Neste trabalho assumiremos a classificação proposta por Wüst (1990).

### ***Demografia***

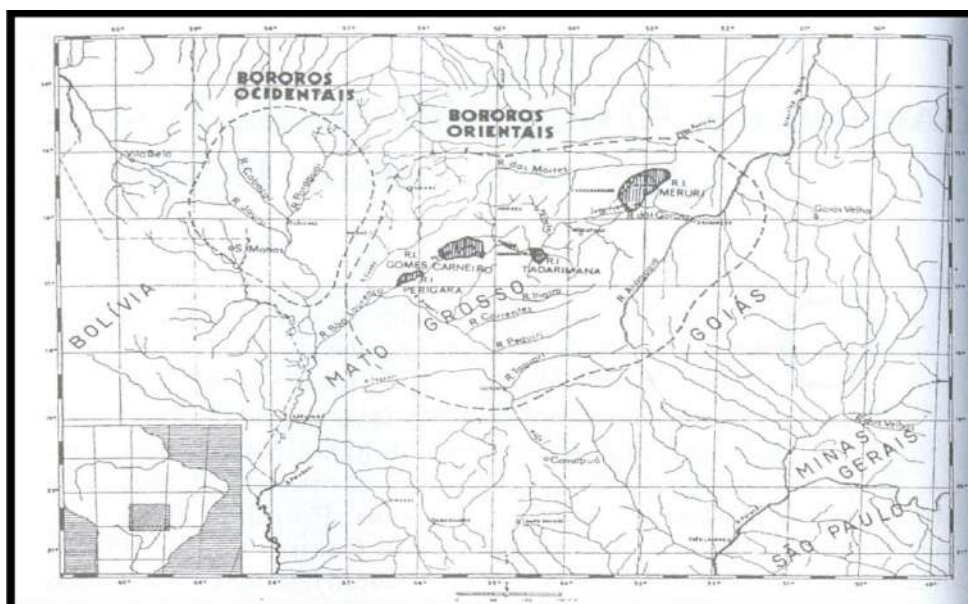
De acordo com levantamento realizado por Bordignon (2001), em 1886 calculou em 3.595 o número de Bororo. Em 1907, os salesianos somaram 3.907, e em 1937, recenseou 1000 índios. Em 1959, após um declínio demográfico, somavam 700 indivíduos. Deste a década de 70, tem-se observado um crescimento populacional, pois em 1979 foram registrados 626 indivíduos, 738 em 1988, e hoje somam aproximadamente 1.100 Bororos.

### ***Contato Inicial***

O contato inicial dos Bororo com a sociedade nacional remonta ao século XVII, quando as missões jesuítas, que visavam à catequização, vieram de Belém rumo à região da Bacia do Rio Araguaia e seguiram pelos rios Taquari e São

Lourenço, em direção ao Rio Paraguai. Bordignon (2001) divide estes primeiros contatos em três etapas distintas.

A primeira delas se relaciona a descoberta de ouro na região correspondente ao território tradicional Bororo. Neste momento os Bororo foram usados como "guias" de incursões pelos bandeirantes. As primeiras entradas documentadas, datam de 1718, quando a bandeira chefiada por Antônio Pires de Campos chegou ao Rio Coxipó, nas proximidades da atual Cuiabá. Neste momento houve a cisão do grupo em Bororo Ocidentais, do lado direito do rio Cuiabá, e Bororo Orientais, do lado esquerdo.



Prancha 3: Território Bororo. Fonte: Mário Bordignon Eneuréu. Os Bororo na historia do centro-oeste brasileiro 1716-1986.

Os Bororo Ocidentais, também denominados "Bororo da Campanha" e "Bororo Cabaçais", ocupavam em meados do séc. XIX, uma área que se estendia no sentido leste-oeste desde o estado de Goiás (cabeceras do rio Claro e Caipozinho) até o rio Paraguai (entre porto do Descalvado até as proximidades de Corumbá) e na direção norte-sul desde os afluentes da margem esquerda do rio das Mortes até o rio Taquari (WÜST, 1990). Em Dezembro de 1848, no relatório encaminhado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Joaquim Marcelino de

Brito, pelo então diretor Geral dos Índios do Mato Grosso, Joaquim Alves Ferreira, relata-se sobre os Bororo "Cabaçais":

Ainda a poucos anos viviam indômitas as duas hordas que compõem esta nação; uma habitava as imediações do Jauru, outra as do Cabaçal donde deriva o seu nome. Infestam freqüentemente a estrada que vai desta capital para Mato Grosso (...)Matavam e roubavam moradores e viajantes, o que as vezes obrigou o governo a expedir Bandeiras que fizeram grandes estrago nesses índios, não procurando fazer prisioneiros, mas sim matar quantos podiam, sem distinção de sexo ou idade.(...) Aí vieram em Abril de 1843 estabelecer-se todos, sem ficar um só no mato. Seu numero era 177; está hoje reduzido em 81 (FERREIRA, 2001:22).

Sobre os Bororo da "Campanha":

Esta nação divide-se em dois grupos; um vive aldeado entre os bolivianos que ocupam as imediações de Salinas, e a outra aldeia está situada quase à frente do Escalvado na margem direita do Paraguai em distância de uma légua da beira do rio. Os Bororos são mansos e pacíficos; Cultivam a terra e colhem milho e mandioca, além de que precisam para a sua subsistência, e vendem as suas sobras ou permutam-nas por fazendas, ferramentas de lavoura e aguardente, Tecem redes de algodão que plantam, criam porcos e galinhas. Alguns já entendem e falam nosso idioma; procuram nossas povoações e os viajantes, e mais de uma vez tem apreendido e trazido ao nosso destacamento desertores e escravos que fugiam para a Bolívia. O seu numero é de 150 a 200 (FERREIRA, 2001:21).

Já os Bororo Orientais comumente denominados "Coroados", permaneceram isolados até a metade do século XIX. Além de "coroados" os Bororo Ocidentais eram chamados de Porrudos, Coxipônês ou Araripoconês, e somente a partir de

1727, que o nome Bororo, propriamente dito, aparece nas fontes etno-históricas (WÜST, 1990).

O segundo momento de contato se deu com iniciativa do governo de Mato Grosso, com então Presidente - Joaquim Galdino Pimentel, de tentar a pacificação dos Bororo de São Lourenço. Após o primeiro contato com os mineradores, os Bororo Orientais da margem esquerda do Rio Cuiabá, afastaram-se das minas para lugares de difícil acesso. Foram muitas as bandeiras realizadas com o intuito de “pacificá-los”, tendo em vista os muitos conflitos entre os indígenas e os “brancos”. Segundo Wüst (1990), dentre estas expedições punitivas contra os Bororo destacam-se três, realizadas em 1773, 1779 e 1781.

Uma aproximação pacífica com os Bororo Orientais se dá somente a partir do final do século XIX, por ocasião da construção da linha telegráfica de Goiás a Cuiabá, sob o comando de Marechal Rondon. Esta pacificação foi possível com o apoio de algumas mulheres Bororo, principalmente Rosa Bororo. Após a “pacificação” os Bororo foram encaminhados a duas Colônias Militares no rio São Lourenço: Tereza Cristina e a Princesa Isabel. Nestas colônias os missionários salesianos juntamente aos militares visavam a catequização dos Bororo. (BORDIGNON, 2001).

### ***O contato com Rondon***

Em 1890, por ocasião da construção da linha telegráfica que ligava Cuiabá à rede geral brasileira, Rondon entrou em contato com os Bororo do rio das Garças e do alto rio São Lourenço. Ao chegar à região, Rondon os colocou sob a proteção de suas tropas, proibindo com veemência que se atacasse ou provocasse qualquer dano a eles.

Desta forma, conseguiu ajuda dos índios nos trabalhos da construção das linhas telegráficas, em regime variável com os preceitos de sua própria organização sócio-política: ordens dadas na sua língua e transmitidas por seus próprios chefes para atividades de derrubada (carregamento) que não interferiam na continuidade



das formas tradicionais de obtenção de recursos, bem como obtenção das formas de autoridade.

A chamada "pacificação" ocasionou a criação das Colônias Militares de Teresa Cristina e Isabel em 1887. Logo após a proclamação da República, a Colônia Teresa Cristina foi demarcada por Rondon em 1896, visando garantir uma parte importante do território tradicional Bororo. Desde esse período até 1930, Rondon reservou outras áreas aos Bororo da Bacia do Rio São Lourenço, dentre elas os lotes denominados "São João do Jarudori" de, "Colônia Isabel" e "Pobori", que ficaram sob responsabilidade do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) desde 1910. Nessa época ocorreram violentos conflitos entre os Bororo e a comunidade local.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi fundado em 1910, através do Decreto-Lei nº 8.072, com o objetivo de ser o órgão do Governo Federal encarregado de executar a política indigenista. Sua principal finalidade era proteger os índios, e assegurar a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do País. Porém, nas décadas de 50 e 60 o SPI já não conseguia realizar seu trabalho como proposto. Como coloca Bordignon (2001), estas foram as décadas de maior decadência do povo Bororo, e de sua maior redução demográfica. Assim, em 1967, através do SPI cria-se a FUNAI, Fundação Nacional do Índio, que passa a responder por toda a política indigenista do governo federal. Porém este órgão não impediu a ocupação, por parte dos fazendeiros e garimpeiros, que ocorreu as reservas. O resultado do processo de contato com a sociedade nacional representou não só a perda da maior parte do território tradicional, como também uma drástica redução populacional.

No início do séc. XX, o território Bororo já havia sido consideravelmente reduzido, tendo como limite leste o rio das Garças, a oeste o rio Cuiabá, ao norte o rio das Mortes, e ao sul o baixo rio São Lourenço e rio Itiquira (COLBACCHINI e ALBISETTI, 1942). As constantes desavenças que envolviam os Bororo e a comunidade local cessam somente a partir dos anos 50, quando muitas aldeias foram dissolvidas, devido às constantes matanças e um forte declínio demográfico, provocado por diversas epidemias (VIERTLER apud WÜST, 1990).

O terceiro momento se dá com a pacificação dos Bororo dos Rios das Garças e Araguaia pelos missionários salesianos. No começo do século XX, a região era povoada por fazendeiros, militares que trabalhavam nas instalações das linhas telegráficas, e migrantes nordestinos. Surgiram novos povoamentos e vilas, no território tradicional Bororo, que mais adiante se tornariam cidades como Barra do Garças, Poxoréo, Alto Araguaia, Rondonópolis, General Carneiro, Guiratinga, Alto Garças e Torixoréo. Neste momento a sociedade local e os Bororo, dos Rios das Garças e Araguaia, continuavam em constantes conflitos.

De acordo com Bordignon (2001), "em 1891, os Bororo mataram três soldados do destacamento da linha telegráfica nos lugares chamados Barreiro de Cima e das Bateias".

Visando uma aproximação com os Bororo dos Rios das Garças e Araguaia, assim como havia ocorrido com os Bororo do São Lourenço, organizou-se uma expedição salesiana, com o intuito de escolher um local adequado para a instalação de uma missão indígena. Foram enviados missionários salesianos à região denominada Tachos, onde fundaram a Colônia do Sagrado Coração de Jesus. Castilho (2002), assim escreve sobre a expedição:

(...) faziam parte da expedição, que saiu de Cuiabá em 28 de Agosto de 1901, os Padres Malam, Bálzola, o irmão Gabet, o inspetor da linha telegráfica, guia Pedro Fernandes, dois trabalhadores para o serviço diário da tropa e outros. Levavam, além de cavalos de sela, três cargueiros, um altar portátil, uma barraca, objetos de piedade, etc. visitavam vilarejos, fazendas, ranchos, sempre celebrando missas, batizados e casamentos. Passaram pelo Rio Manso, serra da Chapada, capim branco, lagoa seca, Barreiro rio Garças e Araguaia. No Barreiro de cima, as margens do Rio Barreiro, afluente do Garças e do Araguaia, em mato Grosso, chegaram ao lugar denominado Tachos., local salubre, agradável, conveniente em todos os pontos de vista para fundar um centro colonial de catequese para os índios (CASTILHO, 2002).

Na colônia, construíram ranchos, abriram estradas, plantavam e criavam gado. Aos poucos se aproximavam dos Bororo, tendo em vista que alguns missionários falavam sua língua, e alguns passaram a residir na missão. Em fevereiro de 1905, havia na colônia um total de duzentos e dezessete índios, sendo sessenta e sete homens, e sessenta e cinco mulheres, quarenta e três meninos e quarenta e duas meninas. Castilho (2001), assim descreve a aldeia na missão dos Tachos:

Na missão dos Tachos, a aldeia foi estruturada por vários ranchos de palha arruados em forma de quadrilátero, diferindo da aldeia circular Bororo. Cada rancho media em media oito metros de comprimento por quatro metros de largura. No meio da praça ficava uma rancho grande, que servia de centro para as reuniões dos homens, onde ordinariamente não iam as mulheres, enquanto os meninos tinham entrada livre e para lá se dirigiam após as aulas, para jogar e brincar (CASTILHO, 2002).

Em 1905, fundaram outra colônia, às margens do rio das Garças próximo ao córrego Araci e, em 1906, uma terceira, em uma antiga fazenda chamada Sangradouro. Os missionários iniciaram a alfabetização e catequização dos Bororo e incentivavam o trabalho agrícola dentro das colônias. A partir de então, cessaram-se os conflitos entre os Bororo e a sociedade local.

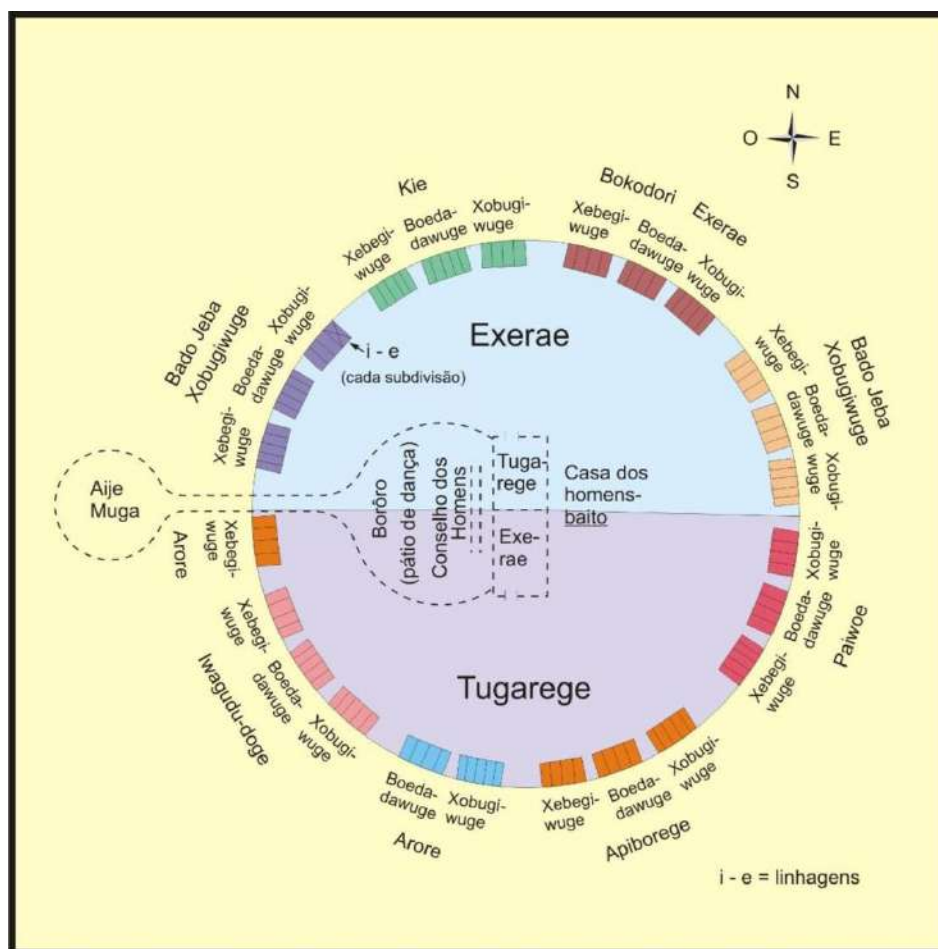
Em 1923, a colônia do Rio das Garças foi abandonada devido a uma epidemia e a do Tachos foi transferida para outro lugar, passando a se chamar Merúri, onde esta até hoje.

### ***As aldeias Bororo***

As aldeias Bororo são tradicionalmente circulares. Sua organização social se inscreve na própria morfologia da aldeia, no espaço ocupado por cada casa na sua disposição relativa ao redor do círculo. (CAIUBY NOVAES, 1983). As casas são construídas na mesma distância umas das outras, assim como do centro da aldeia,

representando uma sociedade igualitária. Para eles a planta da aldeia representa uma planta moral que estabelece uma ordem normativa que regula sua sociedade. Reproduzem um modelo ideal de organização social Bororo, onde cada casa esta associada a uma linhagem.

As aldeias dividem-se em duas metades matrilineares; *Ecerae* e *Tugarege* que são subdivididas em clãs matrilineares. Cada clã é concebido como elemento totalmente único e vital na estrutura social. Cada metade ou semicírculo é formado por choupanas que circundam uma grande choupana central. Esta choupana central, também chamada casa dos homens (baito), apresenta suas portas sobre o eixo norte-sul entrecruzando o eixo leste-oeste, que divide as duas metades e leva às duas clareiras cerimoniais fora da aldeia, o *Aije Muga* (Oeste) e o *Mano Pa* (Leste). (COLBACCHINI e ALBISETTI, 1942; CROCKER, 1976 e VIERTLER, 1986).



Prancha 4: Esquema de divisão das aldeias Bororo. Fonte: Adaptado de Albisetti e Venturelli in Schaden, 1976.

Os oitos clãs Bororo – *Baadojebage Cebegiwuge, Kie, Bokodori e Baadojebage Cobugiwuge*, da metade ECERAE; *Paiwoe, Apiboreje, Aroroe e Iwagududoge*, da metade TUGAREGE, possuem representação no conselho de chefes (*edagamage*, tios maternos, pessoas de muita autoridade- chefes).

Os *edagamage* reuniram-se na choupana central, casa dos homens, para tomar decisões sobre problemas da comunidade. Um dos problemas mais discutidos são a reconstrução periódica das aldeias e o planejamento dos funerais.

As casas tradicionais Bororo são de palha, com cobertura de duas águas que não encostam o chão e possuem um único cômodo sem divisões internas. Suas paredes são feitas de uma espécie de esteira, traçada pelas mulheres, e o chão de terra batida. Em geral, têm 45 metros quadrados. (CAIUBY NOVAES, 1983)

Em cada casa habitam famílias da mesma descendência, obedecendo a matrilinealidade. Os limites dos espaços familiares são marcados pelos Jiraus, usados atualmente para dormir, ou por esteiras e redes. O espaço de cada família sempre se localiza nas extremidades da casa, nunca no centro. O centro da casa é um espaço comum a todos, é nele que são recebidas as visitas importantes, realizados os rituais, e acesso o fogo utilizado para o cozimento de alimentos, espantar os mosquitos ou simplesmente fonte de calor durante a noite. Chega, porém, o momento onde a casa não comporta novas famílias então são construídas novas casas.

Constrói-se então, para a jovem esposa, uma morada sobre o prolongamento do raio que passa pela palhoça do seu clan, ou melhor, um pouco ao lado, de modo que da nova morada se possa ver o baimannaguegeu. (COLBACCHINI & ALBISETTI, 1942).

A nova casa é construída no tempo da seca, tem um formato cônico com base quase circular. O apoio principal é uma árvore central onde se colocam paus inclinados e sobre estes, folhas de palmeiras que se prendem com ligaduras que se

desenrolam em espiral. Durante o período das chuvas o acampamento é transferido das margens dos rios para terrenos mais elevados.

Segundo Colbacchini e Albisetti (1942), o interior das cabanas Bororos concentra todos os pertences das famílias. Ainda segundo o autor a parte interna das cabanas se assemelha a um “verdadeiro bazar”.

Sobre alinha central, encontra-se os fogos das várias famílias do clan, que ali reside. No fogo é colocada, ordinariamente, uma panela de barro com água, onde fervem pedaços de carne; ao redor, espetos com churrasco que se esta assando; aos lados, montões de frutas, panelas de vários tamanhos, ossos descarnados, conchas bivalves que lhes servem como tesoura e como colher, fusos fragmentos de kogu, de koddobie (elementos para enfeites das mulheres), pedras, esteiras e peles estendidas no chão, ao lado do fogo, etc...) [COLBACCHINI & ALBISETTI, 1942].

Os grupos residenciais são uxorilocais, ou seja, o homem que se casa deve mudar-se para a morada da esposa, mas continua sendo membro da antiga linhagem. Por essa razão, em uma mesma casa habitam pessoas de categorias sociais, clãs e linhagens distintos. Em geral, o vínculo do indivíduo com seu grupo natal são mais forte do que o vínculo com o grupo de sua esposa, apesar dele ter um convívio mais intenso com seus afins e lhes dever obrigações, tais como caçar, pescar, trabalhar na roça do sogro e fazer ornamentos para o irmão de sua mulher. Mas essas atividades apenas marcam fisicamente sua presença no grupo.

Embora o modelo circular seja o tradicional, conforme coloca Caiuby Novaes (1983), algumas aldeias não se apresentam desta forma. Por exemplo, na aldeia Perigara as casas estão espalhadas pela área; Na aldeia Tadarimana, as casas se encontram ao longo do córrego Tadarimana; Na aldeia Merúri, as casas são de alvenaria, alinhadas em duas ruas. Porém, a Aldeia Córrego Grande, situada a 100 quilômetros da cidade de Rondonópolis, matem o modelo tradicional em forma

circular, assim como na Aldeia das Garças, onde as casas são de palha, e estão dispostas em um círculo.

As aldeias Bororo mantêm sua autonomia e apresentam situações políticas decorrentes das diferentes soluções derivadas do processo de contato. Na aldeia do Meruri, a escolha do Boe Eimejera, chefe de guerra, é feita pela eleição direta e não segue a estrutura política tradicional. Nesta aldeia identificam-se três poderes: o Boe Eimejera, chefe da guerra, da aldeia e do cerimonial; o Bári, xamã dos espíritos da natureza; e o Aroe Etawarare, xamã das almas dos mortos.

### ***Os rituais Bororo***

Os Bororo tem uma intensa vida cerimonial, onde buscam a paz com a natureza e com o mundo dos seus antepassados. Muitas cerimônias são MORI, que podem significar “recompensa” por um favor recebido ou vingança pela morte de alguém (BORDIGNON, 2001). Os clãs se distinguem pela posição que ocupam na hierarquia social por emblemas, privilégios, tabus relativos à técnica e ao estilo dos objetos manufaturados e, finalmente, por cerimônias, cantos e nomes próprios que são atribuídos a cada um. Embora haja entre os clãs uma estratificação social baseada no status, não existem diferenças de direitos ou obrigações entre um clã e outro, exceto as atribuições inerentes aos principais chefes da aldeia (COLBACCHINI & ALBISETTI, 1942).

Cada clã possui seus mitos, tradições, danças, funções sociais e religiosas. E cada indivíduo tem suas obrigações na cerimônia, seu lugar marcado, seus adornos, seus nomes e cantos. Quase todos os objetos são feitos de uma maneira que permita identificar o clã e o subclã do proprietário. A partir da análise dos mitos, cantos e obrigações rituais entre os membros dos clãs das diferentes metades, há um crescente desdobramento do princípio dual e clânico que culmina com a instauração final da organização sócio-política e religiosa (VIERTLER APUD WÜST, 1990).

O funeral Bororo é um rito fundamental na sociedade Bororo, visto que propicia o espaço para realização de praticas lúdico-religiosas e reafirma a vitalidade de sua cultura.

Este é um momento especial na iniciação dos jovens, não só porque é nessa época que muitos deles são formalmente iniciados, mas também porque é por meio de sua participação nos cantos, danças, caçadas e pescarias coletivas, realizados nessa ocasião, que eles têm a oportunidade de aprender a sua própria cultura. Esta iniciação ocorre após uma preparação física e social, e é realizada em um local afastado da aldeia, separados de sua família. São guiados por homens experientes, chamados de *erubadaré-ge* (padrinhos). Confeccionam um estojo peniano, que é colocado no rapaz por seu padrinho. Esta imposição do estojo peniano representa que o rapaz deixa a sociedade dos meninos para ingressar na dos homens.

A morte é a principal transformação que ocorre na vida de um individuo Bororo, fato atestado pelo Funeral realizado, uma cerimônia longa e complexa (CAIUBY NOVAES, 1983). Constitui-se o mais longo de todos os rituais desta sociedade, podendo durar até três meses. O funeral envolve o tratamento do corpo do falecido, enterro primário. A espera pela putrefação das carnes corresponde ao enterro secundário ou definitivo. Segundo Viertler (1986), a morte implica no fenômeno visível da decomposição do corpo e no fenômeno invisível do mau cheiro provocado pela putrefação. Para os Bororo, a morte é o resultado da ação do bope, uma entidade sobrenatural envolvida em todos os processos de criação e transformação, como o nascimento, a puberdade, a morte.

Quando uma pessoa morre, sua alma, que os Bororo denominam aroe, passa a habitar o corpo de certos animais, como a onça pintada, a onça parda ou a jaguatirica. O corpo do morto é envolto em esteiras e enterrado em cova rasa, aberta no pátio central da aldeia circular. Diariamente, esta cova é regada, para acelerar a decomposição do corpo, cujos ossos deverão ao final deste processo, ser ornamentados. Entre a morte de um indivíduo e a ornamentação de seus ossos, que serão depois definitivamente enterrados, passam-se de dois a três meses. Durante esse tempo são realizados os grandes rituais. Um homem, que é escolhido



para representar o morto, tem seu corpo todo ornamentado, recoberto de penugens e pinturas, tendo em sua cabeça um enorme cocar de penas e a face coberta por uma viseira de penas amarelas.

No pátio da aldeia já não é um homem que dança e sim o aroemaiwu, literalmente, a alma nova que, com suas evoluções, se apresenta ao mundo dos vivos. Dentre as várias tarefas que cabem ao representante do morto, a mais importante será a de caçar um grande felino, cujo couro será entregue aos parentes do morto, num ritual que envolve todos os membros da aldeia. A caçada desse animal assegura a vingança do morto, por meio daquele que o representa, sobre o bope, entidade causadora da morte. Esse momento marca o fim do luto e indica a vitória da vida sobre a morte. Esses rituais criam e recriam a sociedade Bororo, revelando os mistérios de uma sociedade que faz da morte um momento de reafirmação da vida.

Neste momento, as pessoas que de alguma forma eram ligadas ao morto, por serem pertencentes à mesma linhagem ou família nuclear, passam a viver num estado de marginalidade social, com seu espaço limitado a periferia da aldeia, afastando-se, portanto do pátio central e da casa dos homens. Na casa do morto, as janelas que dão para o centro da aldeia permanecem fechadas. Todos os pertences do morto são destruídos ou queimados, até mesmo a casa em que ele morava. (CAIUBY NOVAES, 1983).

Para Viertler (1986), os Bororo concebem sua experiência histórica em termos de uma interpretação mítica, segundo o qual a formação da sociedade é metaforicamente expressa por um processo de "hominização" intensificado, pela emergência gradativa de um sistema entre parceiros cada vez mais humanos. Desta maneira, os mitos legitimam diversas modalidades de trocas que fundamentam as instituições, os valores e as técnicas sociais básicas à ordem social Bororo.

### ***A arte Bororo***

Os dados sobre a arte Bororo foram pesquisados na obra de A. Colbacchini e C. Albisetti (1942). O sentido estético, entre os Bororo Orientais, se apresenta

bastante desenvolvido, no fabrico dos seus adornos e de peças utilitárias prevalecia a preocupação com a perfeição. Utilizaram-se freqüentemente de recursos da natureza como: penas variadas, peles, unhas, dentes, ossos de animais selvagens, casca de ovo de ema, espinhos de porco, conchas de madrepérolas, frutas, sementes, folhas, lenho entre outros. Utilizavam-se de resina vegetal (*o kiddoguro*), fio de algodão (*akigo*) e fibras vegetais.

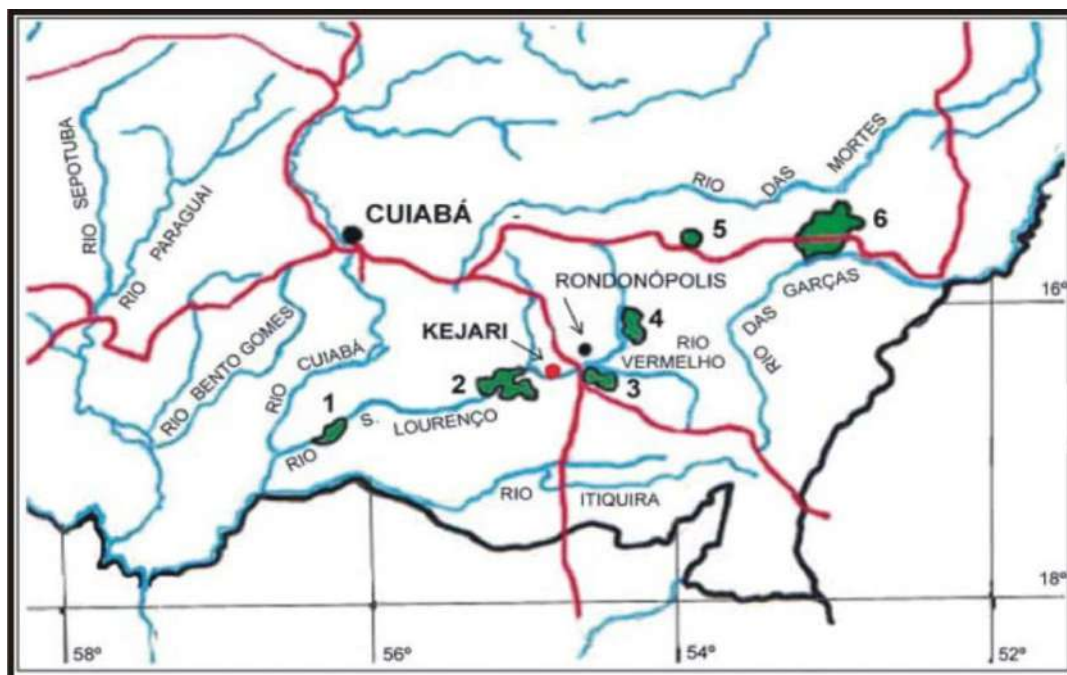
Para a tecelagem se faz uso de palha amarela, com embira enegrecida em lama ferruginosa, folha de acurí ou babaçu cortada verticalmente. Com esses materiais são tecidos, a esteira (*betta*), a alfofa (*koddo*), o abanico (*bakureu*). Utilizam-se ainda de folhas de palmeira para improvisar jacás que são usados para prender animais vivos capturados durante a caça na mata.

No início do séc. XX, os Bororo Orientais fabricavam cerâmicas de variadas formas e tamanhos: Botijas ou moringas (*pori, porero e porigabo*), tem abertura pequena sem pescoço, o fundo é esférico sendo equilibrado em uma cavidade do terreno. Panelas (*ária*, panela grande e *ruobo*, panelinha) tem forma esférica. Pratos (*ruobo kurireu*, vasilha larga e pouco profunda). Colheres ou tijelas pequenas (*boe ett'addu oreu rogu*). Chávenas, semelhante a xícara com pequena asa denominada *bia* "orelha". A cerâmica é um trabalho exclusivamente feminino e não apresenta decoração.

### ***Terras indígenas Bororo na atualidade***

Atualmente, os Bororo habitam seis Terras Indígenas (T.I.), no Estado de Mato Grosso, num território descontínuo e descaracterizado, que corresponde a uma área muito menor do que o território tradicional, sendo elas: T.I. Meruri; T.I. Perigara; T.I. Sangradouro-Volta Grande (ocupada pelos Xavante, essa área não é reconhecida como Bororo); T.I. Tadarimana; Jarudori; T.I. Teresa Cristina (sob *júdice*). As Terras Indígenas Meruri, Perigara, Sangradouro/Volta Grande e Tadarimana estão registradas e homologadas; a TI Jarudori foi reservada aos índios pelos SPI (Serviço de Proteção ao Índio), mas foi sendo continuamente invadida, a ponto de hoje estar totalmente ocupada pela cidade de Rondonópolis; já a TI

Teresa Cristina está sob júdice, uma vez que sua delimitação foi derrubada por decreto presidencial.



Prancha 5: Terras indígenas Bororo na atualidade. Fonte: (COQUEIRO, 2001).

- 1 - T. I. PERIGARA - Município de Barão de Melgaço.
- 2 - T. I. TEREZA CRISTINA - Municípios de: Santo Antonio de Leveger, Juscimeira e Rondonópolis.
- 3 - T. I. TADARIMANA - Municípios de: Rondonópolis, São José do Povo e Pedra Preta.
- 4 - T. I. JARUDORI - Município de Poxoréu.
- 5 - T. I. SANGRADOURO - Município de General Carneiro (Em estudo).
- 6 - T. I. MERURI - Municípios de: General Carneiro e Barra do Garças.

Deste a década de 70, tem-se observado um crescimento populacional, de modo que, dos 626 indivíduos registrados em 1979, hoje somam aproximadamente 1.100 (BORDIGNON, 2001).

O território Bororo (TI's) esta dividido em 11 aldeias: Merúri, Garças, Tadarimana, Pobore, Paulista, Jorigi, Córrego grande, Piebaga, Perigara e Rondonópolis. As aldeias são autônomas do ponto de vista político, econômico e

ritual. As relações entre elas se dão, atualmente, através das visitas realizadas por membros de varias aldeias, dos casamentos e das relações de parentesco.

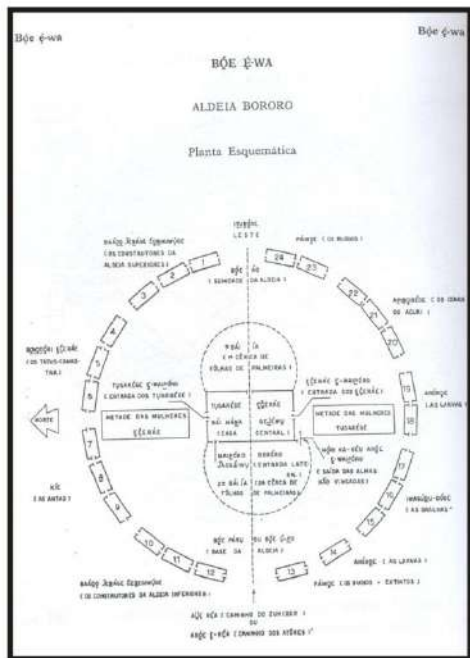
O sistema econômico desse povo caracteriza-se pela combinação das atividades de coleta, caça, pesca e agricultura. O processo de contato com a sociedade envolvente acarretou novas formas de relações sociais e econômicas, tais como a possibilidade de trabalho assalariado, a venda de mercadorias ("artesanato") e a aposentadoria. Assim, a autonomia dos Bororo em relação à vida regional é mais acentuada no plano social e político do que no econômico.

Na década de 1970, o alto grau de insatisfação dos Bororo fez surgir um movimento reivindicatório pela recuperação de suas terras tradicionais e pela melhoria dos serviços de saúde e educação.

Um caso emblemático desse movimento foi a luta pela terra do Meruri, que culminou no massacre efetuado pelos fazendeiros de General Carneiro. No momento, o movimento congrega todas as aldeias Bororo e busca solucionar as questões fundiárias das áreas de Teresa Cristina, Jarudori e Sangradouro.

Em termos de distribuição populacional por aldeia, observa-se uma concentração da população na aldeia Meruri. Esta comunidade é a única com mais de 100 pessoas. Em 1996, as populações variavam entre 50 (Morada do Bororo) a 297 (Meruri) indivíduos. Com relação ao tamanho das unidades familiares residentes, cada casa da aldeia costuma abrigar duas ou três famílias nucleares, com um número de 1 a 15 indivíduos por domicílio.

**ALDEIAS BORORO**



**PLANTA ESQUEMÁTICA DE UMA ALDEIA BORORO**



**VISTA AÉREA DE ALDEIAS BORORO**



**CENTRO DA ALDEIA**



**HABITAÇÕES**



**PÁTIO DA ALDEIA**



**INTERIOR DA HABITAÇÃO**

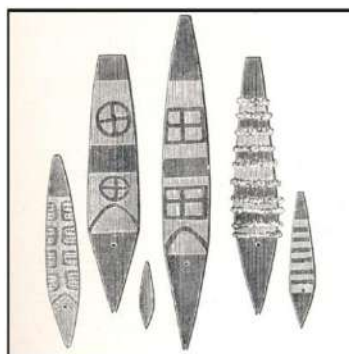
FONTE: COLBACCHINI, A. E. C. ALBESETTI, 1942; CAUIBY NOVAES, 1983;

Prancha 6: Forma de habitação em aldeias bororo.

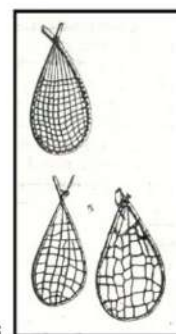
## ARTE BORORO



**"PARÍKO"**  
ENFEITE DE CABEÇA



**"AÍGE"**  
TABOINHAS ENFEITADAS



**"WARÁPA"**  
(ESCUMADEIRAS)



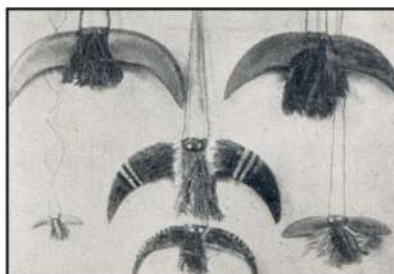
RECIPIENTES DE BARRO



FABRICANDO  
PANELAS DE BARRO



COLARES DE PENAS



COLARES DE UNHAS  
DE TATU CANASTRA

FONTE: COLBACCHINI, A. E C. ALBESETTI, 1942

## ATUALIDADE



**ALDEIA BORORO**



**RITUAIS BORORO**



**MULHER E CRIANÇAS  
BORORO**

FONTE: [WWW.SECOM.MT.GOV.BR](http://WWW.SECOM.MT.GOV.BR) E [NOVAIS.1971](http://NOVAIS.1971) IN: [WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG](http://WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG)

## COTIDIANO BORORO - INÍCIO SÉC. XX



PREPARANDO AS FLECHAS



MULHERES COM AS CRIANÇAS



CAÇA



PESCA

FONTE: COLBAGCHINI, A. E C. ALBESETTI, 1942



## FUNERAL BORORO



**“ARÓE MAIWO” (MASCARADO DE FOLHAS)  
DURANTE OS FUNERAIS**



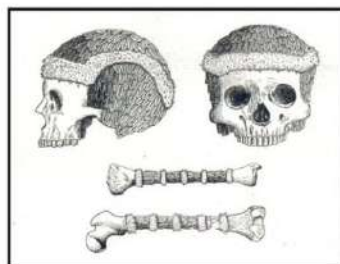
**LUTO**



**CENA DO FUNERAL**



**RITUAL BORORO**



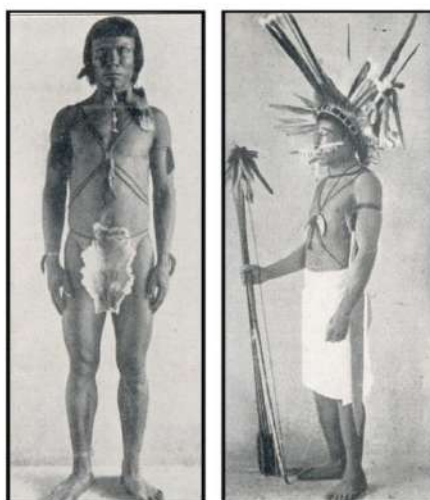
**ENFEITES DE CRÂNIO E OSSOS  
PARA SEPULTAMENTO**

FONTE: COLBACCHINI, A. E C. ALBESETTI, 1942

## BORORO



**MENINA E MENINO BORORO**



**HOMEM BORORO  
COM ENFEITES E ARMAS**



**MULHERES BORORO DE LUTO**

FONTE: COLBACCHINI, A. E C. ALBESETTI, 1942

## 7. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Os estudos arqueológicos no município de Palestina de Goiás iniciam-se com o Projeto Caiapônia, que se insere no escopo do Programa Arqueológico de Goiás, realizado pela Universidade Católica de Goiás em colaboração com o Instituto Anchietano de Pesquisa e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos. O objetivo, nessa época, foi “produzir uma primeira amostra bastante ampla e geral das culturas” (SHIMITZ, et al., 1986).

Uma consulta realizada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA/ IPHAN, mostra uma quantidade significativa de sítios arqueológicos nesse mesmo município.

Quadro : Sítios arqueológicos de Palestina de Goiás cadastrados no CNSA

Sítio arqueológico	Hidrografia	Categoria	Tipo
Córr. Do Ouro 1	Córr. Buriti Feio	Multicomponencial	Abrigo/ Pintura
Córr. Do Ouro 2	Córr. Buriti Feio	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 3	Córr. Buriti Feio	Multicomponencial	Abrigo/Hab
Córr. Do Ouro 4	Córr. Buriti Feio	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 5	Córr. Buriti Feio	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 6	Córr. Buriti Feio	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 7	Córr. Do Ouro	Multicomponencial	Abrigo/Hab./Pint.
Córr. Do Ouro 8	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 9	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 10	Rio Caiapó	Multicomponencial	Lítico céu aberto
Córr. Do Ouro 11	Córr. Do Ouro	Multicomponencial	Cerâmico
Córr. Do Ouro 12	Córr. Ferrugem	Multicomponencial	Cerâmico
Córr. Do Ouro 13	Córr. Da Lixa	Multicomponencial	Cerâmico
Córr. Do Ouro 14	Córr. Cemitério	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 15	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 16	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura

Córr. Do Ouro 17	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 18	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 19	Rio Caiapó	Multicomponencial	Lítico
Córr. Do Ouro 20	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 21	Córr. Anônimo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 22	Córr. Do Ouro	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 23	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 24	Córr. Cemitério	Multicomponencial	Cerâmico
Córr. Do Ouro 25	Córr. Anônimo	Multicomponencial	Lítico
Córr. Do Ouro 26	Córr. Anônimo	Multicomponencial	Lítico
Córr. Do Ouro 27	Brejo e Lagoa	Multicomponencial	Cerâmico
Córr. Do Ouro 28	Rio Caiapó	Multicomponencial	Cerâmico
Córr. Do Ouro 29	Córr. Anônimo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Córr. Do Ouro 30	Córr. Capoeira	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 1	Rio Bonito	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 2	Córr. Do Brejo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 3	Córr. Do Brejo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 4	Marimbondo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 5	Rio Bonito	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 6	Córr. Do Brejo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 7	Córr. Anônimo	Multicomponencial	Cerâmico
Torres do Rio Bonito 8	Córr. Do Brejo	Multicomponencial	Cerâmico
Torres do Rio Bonito 9	Córr. Areia	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 10	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 11	Córr. Do Brejo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 12	Córr. Do Brejo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 13	Marimbondo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 14	Córr. Do Brejo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 15	Marimbondo	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 16	Córr. Areia	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 17	Córr. Areia	Multicomponencial	Abrigo/Pintura
Torres do Rio Bonito 18	Rio Caiapó	Multicomponencial	Abrigo/Pintura

Em Arenópolis figuram os sítios recentemente identificados, por intermédio da arqueologia de contrato. Estes diversos estudos têm contribuído para a contextualização dos assentamentos na área. Mas a ampla faixa temporal de ocupações pré-históricas pode ser observada nos abrigos sob-rocha que têm indicado a presença humana desde o período final de transição entre o pleistoceno e o holoceno até o período de adoção da cerâmica por grupos de caçadores que praticavam a estocagem de alimentos e a agricultura de forma ainda muito incipiente.

Desta maneira a região destaca-se pela história ocupacional antiga e complexa.

Projetos de resgate recentemente realizados sobre os rios Bonito e Caiapó tem demonstrado a fertilidade arqueológica da área. Nesse âmbito, destacamos aqueles identificados nos trabalhos da Griphus Consultoria na PCH Jacaré (TELLES, 2013 a) e na PCH Santo Antônio (TELLES, 2013 b), trabalhos já finalizados, cujos sítios identificados encontram-se no entorno do rio Caiapó. E os sítios arqueológicos registrados no âmbito da PCH Renic (TELLES, 2013c) localizada à jusante da PCH Tamboril no rio Bonito.

Quadro : Sítios identificados pela Griphus Consultoria na PCH Santo Antônio

Sítio	UTM 22K		Tipo	Municípios
	E	N		
América	464180	8175631	Lítico	Ivolândia
Capão redondo	464466	8175077	Lito-cerâmico	Ivolândia
Garimpo do bonito	459297	8179540	Lítico	Arenópolis
Encontro dos rios	459853	8179698	Lito-cerâmico	Ivolândia
Cabeça de anta	458882	8181754	Lítico	Ivolândia
Corredeira	458918	8181488	Lítico	Iporá
Ilha bonita	459973	8181076	Lito-cerâmico	Amorinópolis
Ouro bonito	459460	8179451	Lito-cerâmico	Palestina de Goiás
Santo antônio	458042	8181398	Lítico	Ivolândia

Quadro : Sítios identificados pela Gripus Consultoria na PCH Jacaré

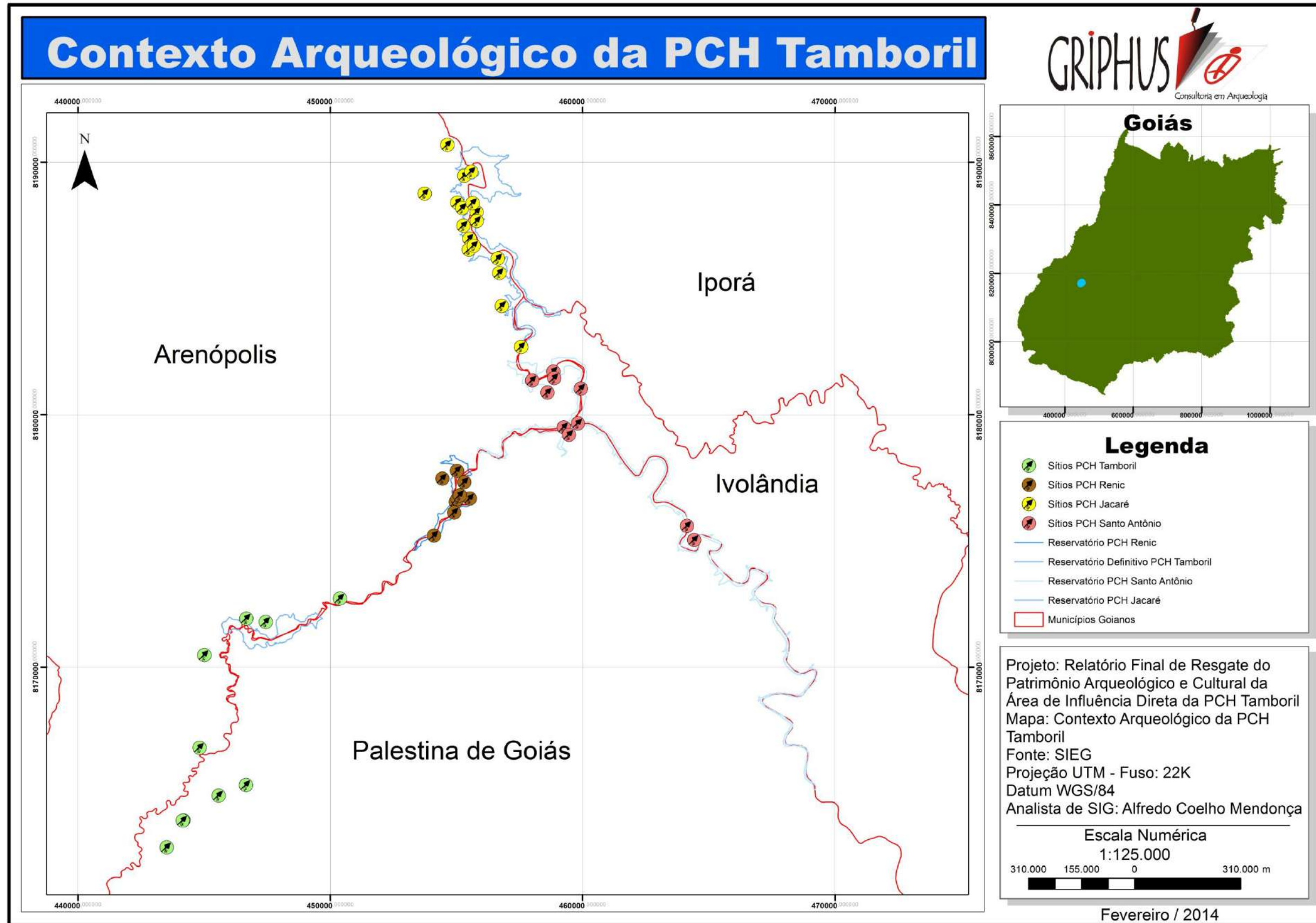
Sítio	UTM 22 K		Tipo
	E	N	
Boa Esperança	454642	8190685	Lítico
Jacaré2	455309	8189462	Lítico
Jacaré 3	455032	8188406	Lítico
Jacaré 4	455225	8188184	Lítico
Jacaré 5	455274	8187488	Lítico
Jacaré 6	455515	8186970	Lítico
Jacaré 7	455491	8186539	Lítico
Jacaré 10	456642	8186192	Lítico
Jacaré 9	456703	8185610	Lítico
Jacaré12	456794	8184305	Lítico
Jacaré 11	457562	8182680	Lítico
Batoré	455800	8188026	Lítico
Geibriel	455640	8188386	Lítico
Japa	455801	8187674	Lítico
Jacaré 1	455585	8189625	Lítico
Mirante	453737	8188756	Lítico
Jacaré 8	455686	8186701	Lítico

Quadro : Sítios identificados pela Gripus Consultoria na PCH Renic

Sítio	UTM		Tipo	Município
	E	N		
Eli	454443	8177465	Lítico	Arenópolis
Renic 1	455309	8177330	Lítico	Palestina de Goiás
Complexo Carnaúba	455039	8176664	Lítico	Arenópolis
Renic 5	455527	8176675	Lítico	Palestina de Goiás
Renic 6	454908	8176119	Lítico	Palestina de Goiás

Os trabalhos realizados pela Griphus Consultoria na área da PCH Santo Antônio revelaram a existência de nove sítios arqueológicos, sendo quatro lito-cerâmicos e cinco líticos. As investigações efetuadas na PCH Jacaré revelaram a existência de 17 sítios, todos líticos, muitos deles com clara característica de oficina de produção de artefatos. Os cinco sítios registrados no contexto da PCH Renic também correspondem a oficinas líticas.

Como podemos ver nos dados apresentados, a área se caracteriza sobretudo pela existência de sítios oficinas lítica, especialmente estes identificados nos trabalhos da Griphus Consultoria na PCH Santo Antônio, na PCH Jacaré e Renic. Os sítios cerâmicos de média extensão localizados próximos à margem dos rios Bonito e Caiapó, parecem indicar permanências sazonais considerando a baixa densidade de vestígios e as vasões dos rios.





## 8. METODOLOGIA DE PESQUISA

A proposta de Resgate do patrimônio arqueológico teve como objetivo geral fornecer dados relativos aos assentamentos identificados na área da PCH Tamboril que pudessem contribuir para uma compreensão das ocupações regionais pré-coloniais.

Os sítios resgatados encontram-se na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, correspondem a assentamentos de agricultores ceramistas a céu aberto, sendo os sítios Tamboril e Vaca Morta, cujas coordenadas em UTM estão no quadro a seguir (Mapa - Localização dos sítios arqueológicos).

Quadro: Sítios resgatados. PCH Tamboril

Sítio Arqueológico	Coordenadas UTM 22k		Tipo	Localização
Tamboril	446608	8171928	Lito-cerâmico	Arenópolis
Vaca Morta	447694	8171362	Lito-cerâmico	Arenópolis

Para os trabalhos de resgate foram realizadas intervenções que possibilitassem delimitar o sítio de maneira horizontal e vertical, assim, foram realizadas sondagens de 50 cm x 50 cm espaçadas de 25 m em 25 m uma da outra. As sondagens foram baixadas em níveis artificiais de dez em dez centímetros. Por essa metodologia, foram delimitadas as áreas dos sítios, conforme a ocorrência de material arqueológico nas intervenções. Os quadros a seguir indicam os pontos de delimitação e a área em metros quadrados de cada sítio arqueológico.

Quadro : Área do sítio Tamboril

Extremidades	Coordenadas UTM		Área (m <sup>2</sup> )
	E	N	
1	446442	8172433	171.000
2	446669	8172248	
3	446703	8171940	
4	446504	8172056	

Quadro : Área do sítio Vaca Morta

Extremidades	Coordenadas UTM		Área (m <sup>2</sup> )
	E	N	
1	447724	8171400	191.250
2	447662	8171195	
3	447306	8171338	
4	447694	8171362	

Após a delimitação do sítio, foi escolhida uma área para escavação em local de concentração de material. A área de Escavação correspondeu a uma unidade interventiva de mínimo 2 m x 2 m, subdividida em quatro quadriculas de 1 m x 1 m. A escavação das quadriculas foi feita em níveis artificiais de dez em dez centímetros, o material proveniente dela foi devidamente ensacado e etiquetado. Com a delimitação de uma área de escavação pretende-se colher informações mais precisas para a compreensão do sítio.

Todas as atividades foram registradas por fotos e também por croqui do sítio que mostra a posição das sondagens e da área de escavação.

Além das pesquisas de resgate de material arqueológico foram realizadas três entrevistas com moradores da região.

Assim, a proposta para as atividades de resgate constam dos seguintes procedimentos técnicos:

- ✚ Malha de sondagens para delimitação do sítio em âmbito horizontal e vertical;
- ✚ Coleta de superfície;
- ✚ Abertura de área de escavação;
- ✚ Estudo das camadas estratigráficas;
- ✚ Verificação do entorno do sítio para identificação de impactos naturais e antrópicos;



Foto 1: Marcação do alinhamento das sondagens



Foto 2: Delimitação da sondagem para escavação



Foto 3: Escavação de sondagem



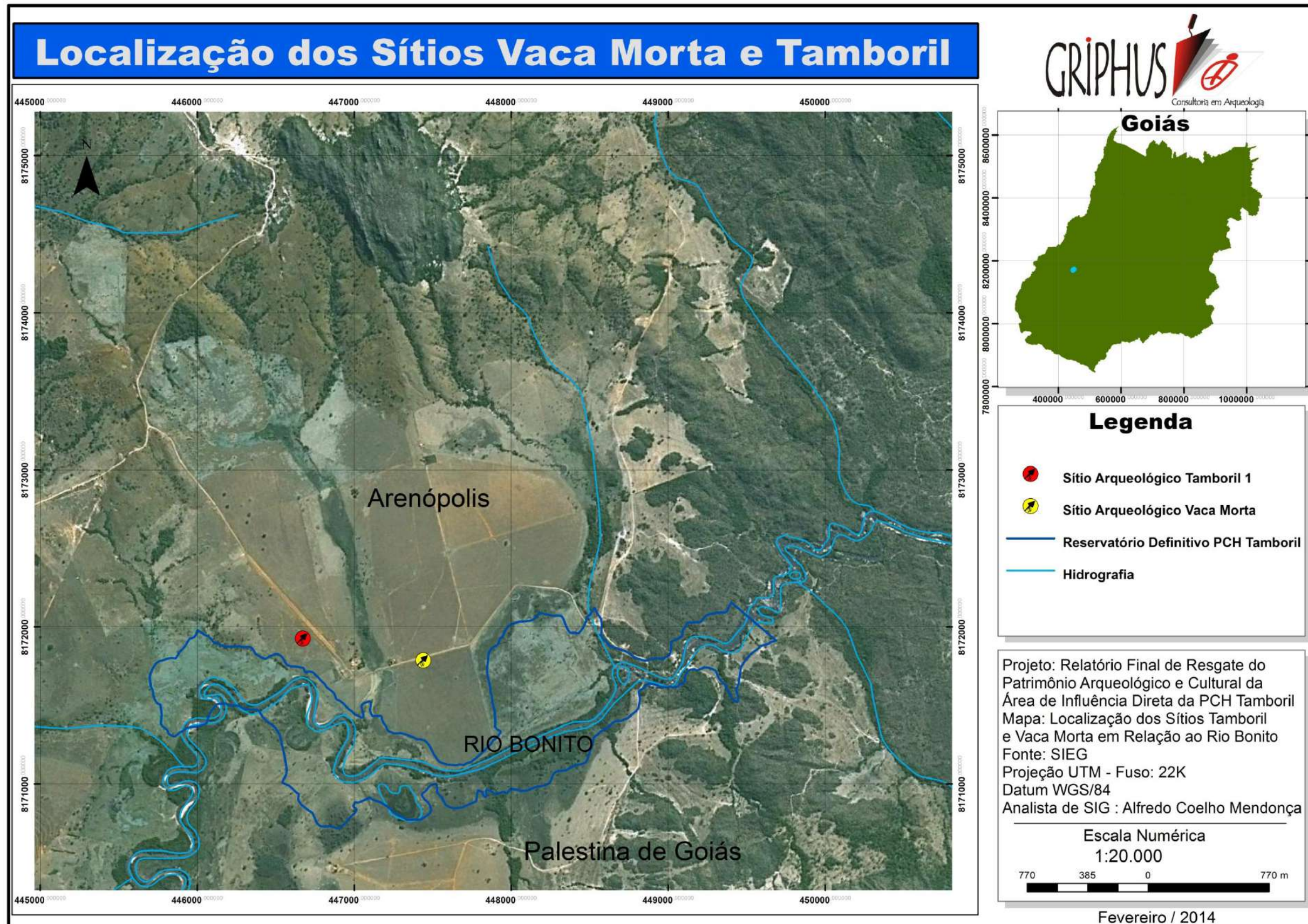
Foto 4: Vestígio cerâmico evidenciado em escavação



Foto 5: Registro e acondicionamento de material arqueológico em campo



Foto 6: Registro fotográfico de perfil estratigráfico da escavação



## **9. CONTEXTO DA ADA**

O projeto de resgate arqueológico da área de influência direta da PCH-Tamboril abrange a divisa dos municípios de Palestina e Arenópolis, no Estado de Goiás, situado no vale do rio bonito, afluente do rio Caiapó pertencentes à bacia do rio Araguaia.

Os dados geológicos indicam que nas adjacências do rio Bonito as formações superficiais continentais em alguns pontos acumulados, são consideradas geologicamente recentes e estão situadas na faixa que compreende o Cenozóico (entre 65,5 milhões até o presente), e pontuadas como depósitos aluvionar arenoso e argilo-areno com níveis de cascalho (GOVERNO DE GOIÁS, 2000).

Abrangendo uma área com formação geológica diferente e pouco mais distante do rio, a bacia sedimentar possui formação mais antiga (Mesozóico) e é denominada de Grupo São Bento formada por diques e soleiras de diabásio cinza-escuro a esverdeado e aglomerado de matriz basáltica (GOVERNO DE GOIÁS, 2000).

Em contato com Grupo São Bento, há pelo menos uma formação mais antigas do Paleozóico, Grupo Aquidauna com Arenito vermelho de granulação média a grossa e com níveis silicificados, arenito arcosiano, siltito, argilito e folhelho de cores variadas, arenito argiloso com estratificações cruzadas de pequeno porte, arenito branco e níveis lenticulares de diamictito e conglomerado basal. Todas essas formas de afloramento correspondem genericamente ao que os arqueólogos nomeiam de sílex e arenito silicificado (GOVERNO DE GOIÁS, 2000).



Foto 7: Caracterização do relevo da área



Foto 8: Formações rochosas, caracterização regional



Foto 9: Aspecto da área em decorrência da ocupação atual



Foto 10: Rochas expostas na margem do rio Bonito



Foto 11: Formações rochosas



Foto 12: Rio Bonito com baixo volume de água em período de seca

## **10. RESGATE DE CAMPO**

O resgate dos sítios arqueológicos foi realizado mediante metodologia de investigação sistemática e interventiva, que possibilitou o reconhecimento dos registros do passado em âmbito local e regional.

### **10.1. SÍTIO TAMBORIL**

O sítio Tamboril, classificado como lito-cerâmico a céu aberto, foi localizado na zona rural do município de Arenópolis, no estado de Goiás, mais precisamente na Fazenda Tamboril de propriedade do Sr. José Cruzeiro. A coordenada UTM central do sítio é 22 K 446608/8171928 datum WGS 84 (Mapa – Resgate do Sítio Tamboril).

O acesso ao sítio foi feito saindo da cidade de Arenópolis, seguindo pela GO-471 em direção a Palestina de Goiás, estrada de chão batido, seguiu-se por mais ou menos vinte e sete quilômetros em direção à pista de pouso da Fazenda Tamboril local onde o sítio arqueológico foi identificado.

O aspecto geral da área demonstra que o impacto decorrente da abertura e manutenção da estrutura da fazenda recaiu fortemente sobre o sítio arqueológico. As alterações no local foram gerados pelo desmatamento, preparo do solo para pastagem por meio de gradeamento e arando, colocação de postes para cerca, abertura de estrada, pista de pouso para avião de pequeno porte, pisoteio do gado, queimadas. Estes impactos podem ter deslocado estruturas arqueológicas, e movimentado material arqueológico de baixo para cima e de um lado para outro, expondo material arqueológico em superfície. Apesar de partes de o sítio terem sofrido maior impacto que outras, no geral o grau de integridade do sítio gira entorno dos 60% (Ver Foto 02).



Foto 13: Vista de pista de pouso que corta o sítio Tamboril

Implantado em média vertente de uma encosta suave, a área do sítio tem maior declive voltada para o Sul em direção ao Rio Bonito, mas a encosta apresenta também declividade para o Leste e Oeste do sítio. A vegetação no local é de pastagem com capim brachiaria e algumas árvores isoladas.

Sendo o rio Bonito um rio de meandros esse se constitui uma delimitação natural para a área do sítio Tamboril a Sul e a Leste. A Oeste há a presença do córrego pequeno, que deságua no Rio Bonito. E na direção Norte, o topo de uma encosta e um morro abrigam o sítio.

O solo dos locais escavados indicaram o latossolo avermelhado 2,5YR segundo a tabela de Munsell, de granulação fina, textura levemente áspera e pegajoso quando molhado, umidade baixa, compactação média.

A metodologia aplicada no resgate do sítio consistiu em aberturas de sondagens de 50 cm x 50 cm, espaçadas 25 m uma das outras, as quais foram descidas por níveis artificiais de dez em dez centímetros. Foi realizado um total de dez linhas de sondagens que buscou a delimitação da dispersão do material arqueológico no sítio. (Foto 03)





**Foto 14: Declividade suave em direção ao rio Bonito**



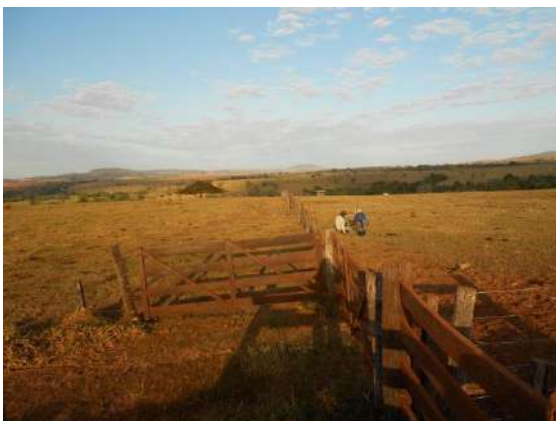
**Foto 15: Área do sítio Tamboril alterada por pastagem**



**Foto 16: Vereda em área úmida, entorno do Sítio Tamboril**



**Foto 17: Vereda no entorno do Sítio Tamboril**



**Foto 18: Cerca implantada na área do sítio arqueológico Tamboril**



**Foto 19: Córrego localizado a Oeste do sítio Tamboril**

Foram abertas 116 sondagens para a delimitação do sítio, as extremidades da malha de sondagens encontra-se nas coordenadas UTM 22 K E 446442/N 8172433, 22 K E 446669/N 8172248, 22 K E 446703/N 8171940, 22 K E 446504/N 8172056 e 22 K E 446361/N 8172300 datum WGS 84, atingido dimensões de 570 m x 300 m.



Foto 20: Medição de uma sondagem de 50 cm x 50 cm, Sítio Tamboril



Foto 21: Escavação e peneiramento do sedimento de sondagem do Sítio Tamboril



Foto 22: Verificação da profundidade da sondagem TB 34, Sítio Tamboril



Foto 23 : Sondagem TB 41, Sítio Tamboril

Nas dez linhas de sondagens foram escavadas cento e dezesseis sondagens, sendo que em 29 delas houve presença material arqueológico e em 87 houve ausência de material. Os vestígios líticos e cerâmicos foram identificados especialmente entre zero e 30 cm. O quadro a seguir apresenta a relação de sondagens abertas.

Quadro : Relação de sondagens abertas no Sítio Tamboril, PCH Tamboril

Sondagem	UTM		Ocorrência de Material	Profundidade final
	E	N		
TB-01	0446308	8172497	-	50 cm
TB-02	0446314	8172480	-	50 cm
TB-03	0446341	8172456	-	50 cm
TB-04	0446358	8172436	-	50 cm
TB-05	0446373	8172417	-	50 cm
TB-06	0446390	8172398	-	50 cm
TB-07	0446406	8172379	cerâmico	50 cm
TB-08	0446422	8172361	cerâmico	50 cm
TB-09	0446438	8172341	-	50 cm
TB-10	0446455	8172322	-	50 cm
TB-11	0446468	8172304	-	50 cm
TB-12	0446487	8172281	cerâmico	50 cm
TB-13	0446501	8172267	cerâmico	50 cm
TB-14	0446516	8172247	cerâmico	50 cm
TB-15	0446534	8172228	cerâmico	50 cm
TB-16	0446553	8172212	cerâmico	50 cm
TB-17	0446568	8172191	-	50 cm
TB-18	0446585	8172171	cerâmico	50 cm
TB-19	0446602	8172153	cerâmico	60 cm
TB-20	0446612	8172142	cerâmico	50 cm
TB-21	0446632	8172116	cerâmico	50 cm
TB-22	0446643	8172075	-	50 cm
TB-23	0446667	8172074	-	50 cm
TB-24	0446683	8172057	-	50 cm
TB-25	0446701	8172041	-	50 cm
TB-26	0446715	8172018	cerâmico	50 cm
TB-27	0446729		-	50 cm
TB-28	0446747	8171984	cerâmico	50 cm
TB-29	0446762	8171965	-	50 cm
TB-30	0446775	8171947	-	50 cm

TB-31	0446794	8171928	-	50 cm
TB-32	0446812	8171908	-	50 cm
TB-33	0446827	8171890	cerâmico	50 cm
TB-34	0446584	8172136	cerâmico	50 cm
TB-35	0446564	8172117	lítico	50 cm
TB-36	0446547	8172100	cerâmico	50 cm
TB-37	0446530	8172119	cerâmico	50 cm
TB-38	0446548	8172136	-	50 cm
TB-39	0446565	8172154	-	50 cm
TB-40	0446553	8172173	cerâmico	50 cm
TB-41	0446530	8172157	cerâmico	50 cm
TB-42	0446512	8172140	-	50 cm
TB-43	0446496	8172127	-	50 cm
TB-44	0446513	8172099	-	50 cm
TB-45	0446531	8172088	-	50 cm
TB-46	0446620	8172208	cerâmico	50 cm
TB-47	0446639	8172224	cerâmico	50 cm
TB-48	0446656	8172241	cerâmico	50 cm
TB-49	0446673	8172257	cerâmico	50 cm
TB-50	0446692	8172276	-	50 cm
TB-51	0446710	8172294	cerâmico	50 cm
TB-52	0446727	8172312	-	50 cm
TB-53	0446741	8172331	-	50 cm
TB-54	0446760	8172346	-	50 cm
TB-55	0446781	8172363	-	50 cm
TB-56	0446800	8172386	-	50 cm
TB-57	0446815	8172395	-	50 cm
TB-58	0446834	8172408	-	50 cm
TB-59	0446364	8172312	-	50 cm
TB-60	0446382	8172327	-	50 cm
TB-61	0446398	8172344	cerâmico	50 cm
TB-62	0446461	8172392	-	50 cm

TB-63	0446480	8172408	-	50 cm
TB-64	0446499	8172424	-	50 cm
TB-65	0446516	8172438	-	30 cm
TB-66	0446536	817254	-	50 cm
TB-67	0446553	8172470	-	50 cm
TB-68	0446576	8172486	-	50 cm
TB-69	0446592	8172502	-	50 cm
TB-70	0446386	8172388	cerâmico	50 cm
TB-71	0446404	8172402	-	50 cm
TB-72	0446423	8172417	-	50 cm
TB-73	0446442	8172433	cerâmico/lítico	50 cm
TB-74	0446462	8172449	cerâmico	50 cm
TB-75	0446481	8172466	-	50 cm
TB-76	0446500	8172480	-	50 cm
TB-77	0446519	8172496	-	50 cm
TB-78	0446540	8172510	-	50 cm
TB-79	0446803	8171826	-	50 cm
TB-80	0446835	8171788	-	50 cm
TB-81	0446835	8171788	-	50 cm
TB-82	0446851	8171769	-	50 cm
TB-83	0446936	8171634	-	50 cm
TB-84	0446934	8171608	-	50 cm
TB-85	0446934	8171582	-	50 cm
TB-86	0446935	8171555	-	50 cm
TB-87	0446938	8171530	-	50 cm
TB-88	0446940	8171502	-	50 cm
TB-89	0446942	8171474	-	50 cm
TB-90	0446940	8171450	-	50 cm
TB-91	0446934	8171424	-	50 cm
TB-92	0446870	8171473	-	50 cm
TB-93	0446899	8171505	-	50 cm
TB-94	0446931	8171548	-	50 cm

TB-95	0446962	8171586	-	50 cm
TB-96	0446530	8171717	-	50 cm
TB-97	0446554	8171703	-	50 cm
TB-98	0446579	8171709	-	50 cm
TB-99	0446604	8171702	-	50 cm
TB-100	0446888	8171626	-	50 cm
TB-101	0446858	8171613	-	50 cm
TB-102	0446831	8171600	-	50 cm
TB-103	0446814	8171619	-	50 cm
TB-104	0446795	8171636	-	50 cm
TB-105	0446778	8171654	-	50 cm
TB-106	0446759	8171671	-	50 cm
TB-107	0446738	8171685	-	50 cm
TB-108	0446717	8171698	-	50 cm
TB-109	0446695	8171711	-	50 cm
TB-110	0446678	8171729	-	50 cm
TB-111	0446655	8171739	-	50 cm
TB-112	0446634	8171754	-	50 cm
TB-113	0446610	8171763	-	50 cm
TB-114	0446655	8171691	-	50 cm
TB-115	0446629	8171696	-	50 cm
TB-116	0446640	8171684	-	50 cm

Todo o material coletado nas sondagens foi etiquetado e ensacado.

Após a realização da malha de sondagens foi selecionada uma área de escavação. A escolha dessa área decorre de uma maior densidade e profundidade de material (30 cm) no sítio arqueológico. Assim, próximo da sondagem TB 19 foi aberta uma área de escavação de 2 m x 2 m. Esta foi subdividida em quatro quadriculas de 1 m x 1 m, cujos quadrantes foram denominados TB A, TB B, TB C E TB D. A escavação foi realizada por níveis artificiais de dez em dez centímetros, tendo chegado à profundidade de 70 cm.

Na área de escavação o material arqueológico foi identificado nos níveis de 0 a 40 cm, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadra: Área de Escavação do Sítio Tamboril, PCH Tamboril

Sondagem	UTM		Ocorrência de Material	Profundidade final
	E	N		
ATB A	446557	8172110	cerâmico/lítico	70 cm
ATB B	446556	8172110	cerâmico/lítico	70 cm
ATB C	446556	8172111	cerâmico/lítico	70 cm
ATB D	446557	8172111	cerâmico	70 cm

Na área de escavação as quadrículas apresentaram apenas uma camada de latossolo avermelhado (2,5 YR segundo a tabela Munssel), de granulação fina, textura levemente áspera, umidade baixa, plasticidade média e pegajosa quando molhada, apresentando ainda raízes, radículas e bioturbações provocadas por cupins, besouros e pequenos animais. Notou-se que o grau de compactação do solo foi mais alto nos níveis de zero a 20 cm, passando em seguida a médio, esta compactação pode estar relacionada ao pisoteio do gado.



Foto 24: Delimitação da área de escavação, Sítio Tamboril, dimensão de 2m<sup>2</sup>



Foto 25: Decapagem da área de escavação, Sítio Tamboril



Foto 26: Área de escavação com decapagem do nível 1



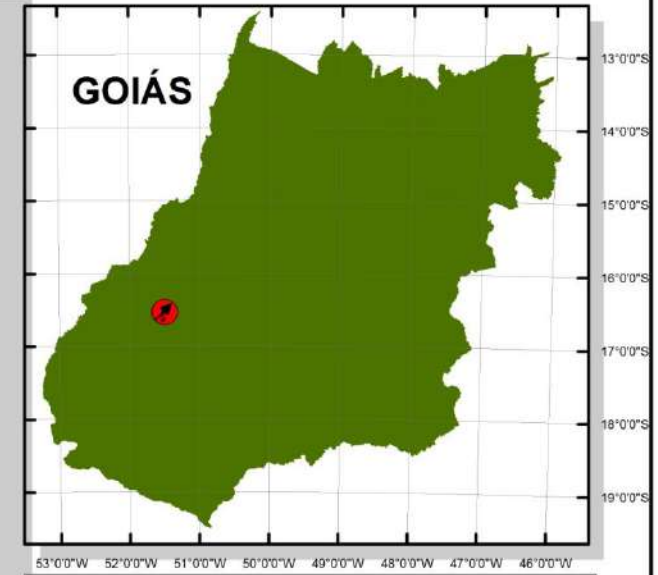
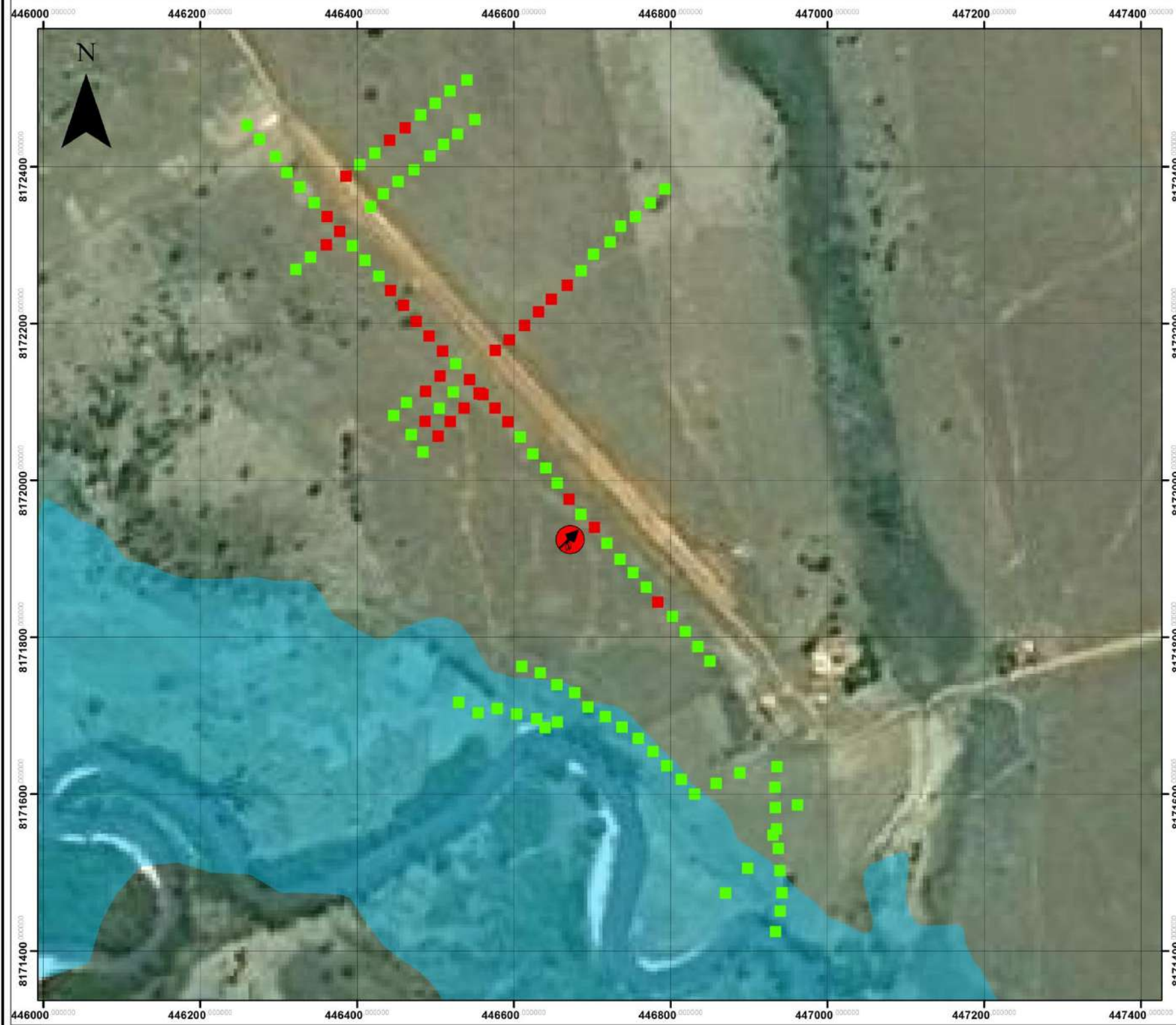
Foto 27: Área de escavação com profundidade de 70 cm. Sítio Tamboril




Foto 28: Pacote sedimentar homogêneo, sítio Tamboril



# Resgate Arqueológico do Sítio Tamboril 1



## LEGENDA

- Sondagens\* com Ocorrência
- Sondagens\* sem Ocorrência
-  SÍTIO TAMBORIL 1
- Reservatório PCH Tamboril

\* : Sondagens de 1mx1m ampliadas para visualização

Projeto: Relatório Final de Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta da PCH Tamboril  
 Mapa: Resgate Arqueológico do Sítio Tamboril 1  
 Fonte: SIEG  
 Projeção UTM - Fuso: 22K  
 Datum WGS/84  
 Analista de SIG:  
 Alfredo Coelho Mendonça

**Escala Numérica**  
**1:5.000**



Fevereiro / 2014

## **10.2. SÍTIO VACA MORTA**

O sítio Vaca Morta pertence à categoria lito-cerâmica a céu aberto, localizado no município de Arenópolis, Estado de Goiás, mais precisamente na zona rural, na Fazenda Tamboril de propriedade do Sr. José Cruzeiro. O sítio encontra-se nas coordenadas UTM 22K 447694/8171362 datum WGS 84, em altitude de 572m (Mapa – Resgate do Sítio Vaca Morta).



Foto 29: Vista da área do sítio Vaca Morta

O acesso ao sítio foi feito saindo de cidade de Arenópolis seguindo pela GO-471, segue-se por mais ou menos vinte e sete quilômetros e logo que passa a sede da Fazenda Tamboril, atravessar um córrego e seguir por mais quinhentos metros onde está localizado o Sítio Vaca Morta e uma área de pastagem que fica em frente a um retiro da fazenda.

O sítio está localizado em uma encosta suave na baixa e média vertente, situada na margem esquerda do Rio Bonito. A paisagem do entorno é caracterizada

a Leste por um grande brejo, a Sul e a Oeste pelo Rio Bonito e a Norte pela alta encosta e pelas serras que delineiam o horizonte.



Foto 30: Área do sítio Vaca Morta, encosta suave na baixa e média vertente



Foto 31: Pastagem na área do sítio Vaca Morta



Foto 32: Rio Bonito no entorno do sítio Vaca Morta



Foto 33: Vista do rio Bonito na direção Sul do sítio Vaca Morta



Foto 34: Corredeira do rio Bonito, direção Oeste do sítio Vaca Morta

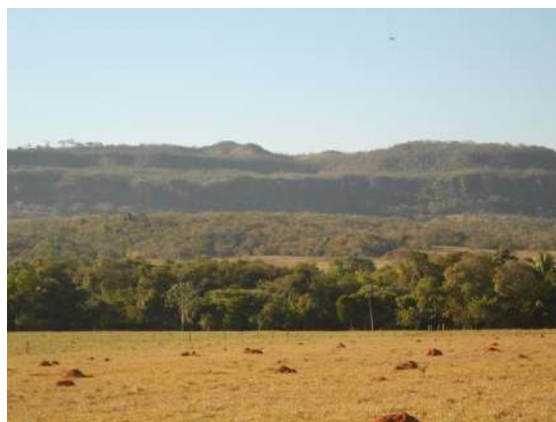


Foto 35: Serras que marcam o horizonte em torno do Sítio Vaca Morta, vista Norte

Caracterizado por uma grande disponibilidade de água, a área do sítio tem o Rio Bonito na direção Sul e Oeste, e a Leste uma antiga lagoa que foi drenada e agora foi transformada em uma área de pastagem. Também a leste existe um brejo que parece ser decorrente da lagoa.

A vegetação na área do sítio estava totalmente alterada no momento da pesquisa, que estava coberta por pastagem. Na área de brejo ainda havia buritizeiros remanescentes e na margem do rio uma estreita faixa de mata de galeria.

O solo dos locais escavados apresentou latossolo avermelhado 2,5YR segundo a tabela de Munsell, de granulação fina, textura levemente áspera e pegajoso quando molhado, umidade baixa, compactação média.

Os impactos sobre o sítio foram decorrentes da implantação da fazenda e de atividades de garimpo no Rio Bonito. A implantação da fazenda provocou diversas alterações na área trazidas pelo desmatamento, arado, gradeamento, colocação de cercas, pastagem, pisoteio do gado, abertura de estradas, drenagem de lagoa.

A metodologia adotada para o resgate deste sítio foi a de intervenções de 50 cm x 50 cm com espaçamentos de 25 m uma da outra. Essas intervenções foram escavadas por níveis artificiais de dez em dez centímetros, onde todo material encontrado foi coletado etiquetado recebendo o nome da sondagem e as coordenadas UTM com datum WGS 84, identificado o tipo de material recolhido e o nível em que se encontrava.

Durante o resgate foram realizadas sessenta e cinco sondagens, distribuídas em três linhas: uma em sentido Norte-Sul, indo da parte mais alta do sítio em direção ao Rio Bonito; a segunda perpendicular à primeira corta o sítio em sentido Leste-Oeste, atravessando a área de brejo até um paleo-canal do Rio Bonito; e uma terceira, a oeste e paralela à linha Norte-Sul. As sondagens tiveram o intuito de delimitar a dispersão e a profundidade de deposição do material no sítio.



Foto 36: Alinhamento das sondagens



Foto 37: Escavação das sondagens



Foto 38: Marcação da sondagem de 50 cm x 50 cm, sítio Vaca Morta



Foto 39: Peneiramento de sedimento de uma sondagem do sítio Vaca Morta



Foto 40: Verificação da profundidade de uma sondagem do sítio Vaca Morta



Foto 41: Abertura de sondagens de a cada 25 m de distância

Os vértices da malha de sondagens foram posicionados nas coordenadas UTM datum WGS 84, sendo a norte o ponto 22 K E 447531/N 8171623 localizado na parte mais alta do sítio, o ponto 22 K E 447724/N 8171400 a Leste próximo ao brejo, o ponto 22 K E 447662/N 8171195 ao Sul mais próximo do Rio Bonito e o ponto 22 K E 447306/N 8171338 a oeste, próximo ao paleo-canal do Rio Bonito. Estes pontos dão uma dimensão de 450x425 metros.

As intervenções no solo alcançaram a profundidade de até 50 cm, sendo que o material estava entre os níveis de zero a 20 cm e em duas sondagens foi encontrado material no nível de 20 cm a 30 cm.



Foto 42: Vista de sondagens de 50x50 centímetros sendo abertas no sítio Vaca Morta

As sondagens indicaram latossolo avermelhado de cor 2,5 YR segundo a tabela de Munssel, não tendo alteração na cor até 50 cm de profundidade. A única alteração apresentada na camada foi a compactação, até o nível de aproximadamente 20 cm exibia maior compactação, possivelmente devido ao pisoteio do gado. De modo geral, o pacote sedimentar apresentou umidade baixa, granulação fina, textura levemente áspera, plasticidade média e pegajosa quando molhado.

Das sondagens realizadas, dezesseis foram positivas e quarenta e nove com ausência de material arqueológico. Nas sondagens positivas foram recolhidos fragmentos cerâmicos e peças líticas.

Quadro : Relação de sondagens realizadas no Sítio Vaca Morta, PCH Tamboril

Sondagem	UTM		Material	Profundidade final
	E	N		
VM-01	22K 0447521	8171833	-	50 cm
VM -02	22K 0447528	8171814	-	50 cm
VM -03	22K 0447536	8171787	-	50 cm
VM -04	22K 0447544	8171761	-	50 cm
VM -05	22K 0447550	8171740	-	50 cm
VM -06	22K 0447559	8171714	-	50 cm
VM -07	22K 0447567	8171689	-	50 cm
VM -08	22K 0447572	8171666	cerâmico	50 cm
VM -09	22K 0447580	8171645	-	50 cm
VM -10	22K 0447590	8171615	cerâmico	50 cm
VM -11	22K 0447596	8171603	-	50 cm
VM -12	22K 0447600	8171578	-	50 cm
VM -13	22K 0447610	8171546	-	50 cm
VM -14	22K 0447615	8171526	-	50 cm
VM -15	22K 0447623	8171510	-	50 cm
VM -16	22K 0447633	8171475	-	50 cm
VM -17	22K 0447640	8171453	-	50 cm
VM -18	22K 0447647	8171432	-	50 cm
VM -19	22K 0447654	8171404	-	50 cm
VM -20	22K 0447662	8171379	-	50 cm
VM -21	22K 0447671	8171355	-	50 cm
VM -22	22K 0447677	8171333	-	50 cm
VM -23	22K 0447684	8171307	cerâmico	50 cm
VM -24	22K 0447690	8171285	cerâmico	50 cm
VM -25	22K 0447700	8171260	cerâmico	50 cm



VM -26	22K 0447707	8171235	cerâmico	50 cm
VM -27	22K 0447712	8171211	-	50 cm
VM -28	22K 0447722	8171190	-	50 cm
VM -29	22K 0447729	8171166	-	50 cm
VM -30	22K 0447733	8171142	-	50 cm
VM -31	22K 0447670	8171432	-	50 cm
VM -32	22K 0447695	8171437	-	50 cm
VM -33	22K 0447719	8171437	cerâmico	50 cm
VM -34	22K 0447745	8171442	cerâmico	50 cm
VM -35	22K 0447771	8171448	cerâmico/lítico	50 cm
VM -36	22K 0447794	8171450	-	50 cm
VM -37	22K 0447820	8171454	-	50 cm
VM -38	22K 0447844	8171455	-	50 cm
VM -39	22K 0447869	8171460	-	50 cm
VM -40	22K 0447893	8171462	-	50 cm
VM -41	22K 0447581	8171378	-	50 cm
VM -42	22K0 447555	8171376	-	50 cm
VM -43	22K 0447529	8171373	-	50 cm
VM -44	22K 0447506	8171369	-	50 cm
VM -45	22K 0447482	8171365	-	50 cm
VM -46	22K 0447458	8171360	-	50 cm
VM -47	22K 0447434	8171358	cerâmico/lítico	50 cm
VM -48	22K 0447406	8171352	cerâmico	50 cm
VM -49	22K 0447381	8171350	-	50 cm
VM -50	22K 0447357	8171346	-	50 cm
VM -51	22K 0447332	8171341	-	50 cm
VM -52	22K 0447306	8171338	cerâmico	50 cm
VM -53	22K 0447327	8171379	-	50 cm
VM -54	22K 0447303	8171375	-	50 cm
VM -55	22K 0447448	8171419	cerâmico	50 cm
VM -56	22K 0447444	8171445	cerâmico	50 cm
VM -57	22K 0447441	8171470	-	50 cm

VM -58	22K 0447438	8171493	-	50 cm
VM -59	22K 0447434	8171517	-	50 cm
VM -60	22K 0447454	8171371	cerâmico	50 cm
VM -61	22K 0447460	8171348	-	50 cm
VM -62	22K 0447461	8171324	-	50 cm
VM -63	22K 0447469	8171299	cerâmico	50 cm
VM -64	22K 0447469	8171271	-	50 cm
VM -65	22 K 447428	171203	-	50 cm

A partir dos dados coletados durante as intervenções foi escolhida uma área para escavação de quatro quadrículas de 1 m x 1 m formando uma área de 2 m x 2 m. A escavação foi realizada por níveis artificiais de dez em dez centímetros. O material arqueológico encontrava-se no nível de zero 20 cm, sendo composto por fragmentos cerâmicos e peças líticas.

Quadra: Área de Escavação do Sítio Vaca Morta, PCH Tamboril

Sondagem	UTM		Material	Profundidade final
	E	N		
VMA	447408	8171369	cerâmico/lítico	60 cm
VMB	447407	8171369	cerâmico/lítico	60 cm
VMC	447407	8171370	cerâmico/lítico	60 cm
VMD	447408	8171370	cerâmico/lítico	60 cm

As sondagens apresentaram uma única camada composta de latossolo avermelhado, 2,5 YR segundo a tabela Munssel, de granulação fina, textura levemente áspera, umidade baixa, plasticidade média e pegajosa quando molhada, apresentando ainda raízes, radículas e bioturbações provocadas por cupins, besouros e pequenos animais. A única alteração que pode ser notada foi o nível de compactação do solo que se apresentou alta entre os níveis de zero a 20 cm,

passando para média nos níveis seguintes, o que pode estar relacionado ao pisoteio do gado.

Observações de campo e dados extraídos das sondagens e da área de escavação demonstraram que o sítio apresentou baixa densidade de material arqueológico. A distribuição dos vestígios, conforme verificado através da malha de sondagem indica um formato quase circular. O material encontra-se bastante fragmentado certamente devido aos impactos provocados pelo desmatamento da área e o processo de arado e gradeamento do solo.



Foto 43: Delimitação da área de escavação do sítio Vaca Morta



Foto 44: Primeiro nível de decapagem, sítio Vaca Morta



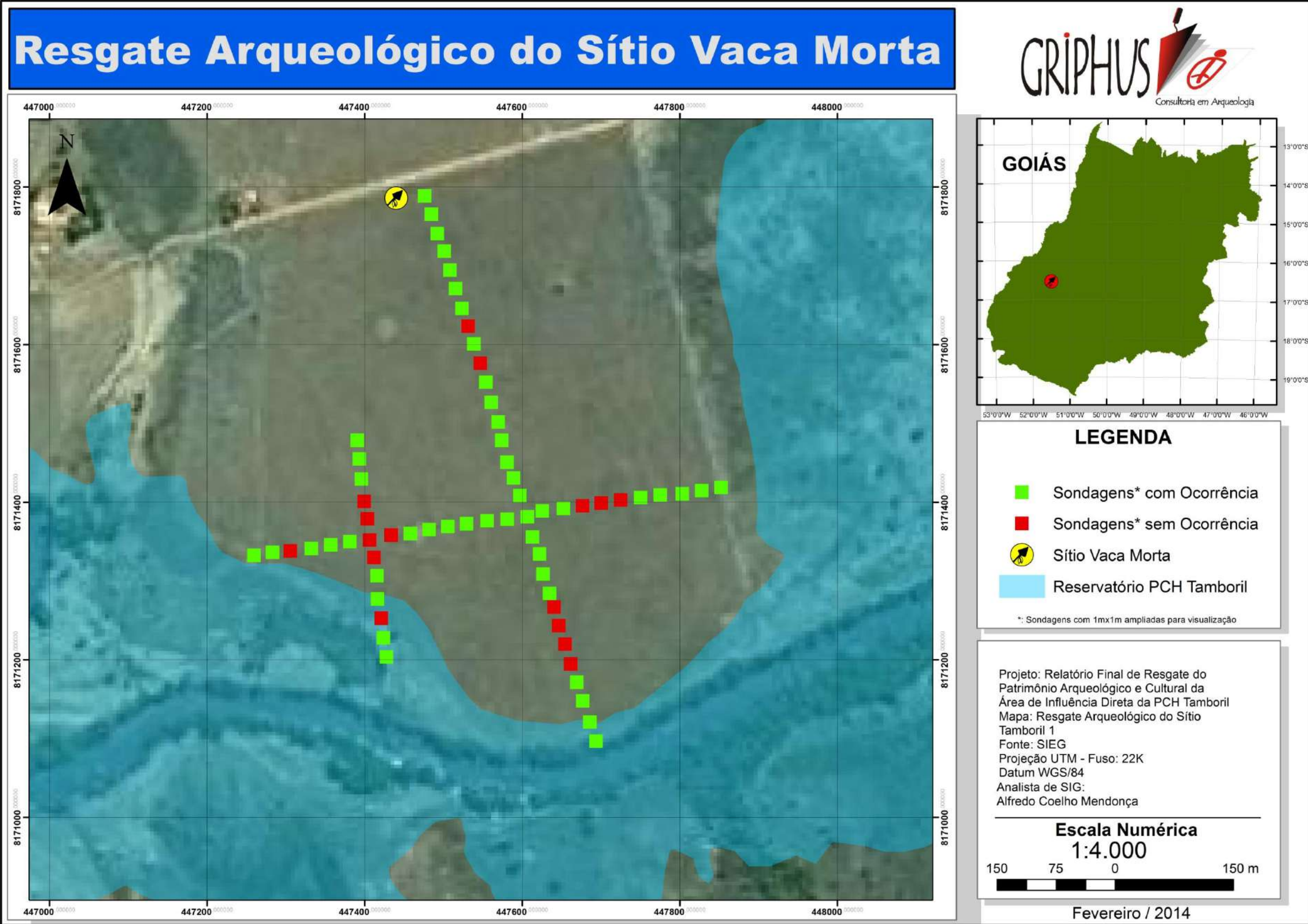
Foto 45: Material cerâmico evidenciado na área de escavação, sítio Vaca Morta



Foto 46: Final da escavação a 60 cm de profundidade



Foto 47: Latossolo vermelho homogêneo no perfil estratigráfico do sítio Vaca Morta



### **10.3. CONCLUSÃO**

O resgate arqueológico na Área Diretamente Afetada – ADA pela barragem e formação do lago da PCH Tamboril incidiu sobre os sítios Tamboril e Vaca Morta. Estes foram categorizados como locais de habitação de grupos ceramistas. O material resgatado apresentou baixa densidade, apesar disso, a distribuição dos vestígios parece indicar um formato circular para o assentamento no Sítio Vaca Morta, enquanto que o Sítio Tamboril não permitiu a definição do formato do assentamento.

O contexto ambiental encontrava-se bastante impactado por atividades realizadas na fazenda Tamboril, portanto, os sítios arqueológicos encontravam-se alterados. O sítio Tamboril sofreu maior impacto devido à estrada e à pista de pouso paralela que corta toda a extensão do sítio no sentido Noroeste-Sudeste. Em toda esta área impactada o sítio foi praticamente destruído devido a terraplenagem sobre o solo. A terraplenagem retirou em média uma camada de 30 cm de sedimento, transportando o material arqueológico. Nas áreas adjacentes, a perturbação do solo foi provocada pelo desmatamento e preparo para o plantio de pastagens. A mecanização com o arado e o gradeamento e plantadeiras provocaram deslocamento e fragmentação do material a curto e longo prazo, e alterações nas camadas estratigráficas. Em consequência o material arqueológico dos sítios Tamboril e Vaca Morta tornaram-se fragmentados e superficiais alteradas camadas alteradas.

Quanto ao impacto relativo ao enchimento do lago, o sítio Tamboril terá cerca de dez por cento da área do sítio invadida pela água, enquanto que no sítio Vaca Morta a área impactada ficará em torno de sessenta por cento. A área de preservação em torno do lago será de 100 m.

## **11. ANÁLISE DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO**

O material arqueológico aqui tratado abrange peças cerâmicas e líticas decorrentes das atividades de campo dos sítios arqueológicos. Em laboratório, os vestígios receberam tratamento que inclui a higienização, enumeração, remontagem, análise e acondicionamento. Durante a etapa de enumeração do material foi realizada remontagens dos fragmentos, com intuito de não contabilizar como fragmentos distintos, mas como pertencentes de uma mesma peça.

As análises tiveram como foco principal a cadeia operatória das produções de utensílios e artefatos que caracterizaram os sítios arqueológicos.

Desse modo, foram elaboradas análises específicas que pudessem remeter às sequências técnicas das produções encontradas nos sítios arqueológicos. Conforme, apresenta-se a seguir.

### ***Metodologias de análise do material cerâmico***

O estudo da cerâmica arqueológica pretende levantar as primeiras inferências sobre as relações socioculturais levando-se em conta questões como a tecnologia de produção de utensílios, a função dos vasilhames, a produção e o consumo de alimentos.

A fim de desenvolver perspectiva mais analítica dos dados, a análise compreende a cultura material como um testemunho das relações sociais, de modo que a análise cerâmica deva “estar endereçada não somente aos vasos cerâmicos, mas às pessoas que os faziam e usavam, representando o presente assim como o passado. O foco precisa estar na cerâmica e no ceramista” (RICE, 1984).

Esta análise tem como propósito identificar as etapas de produção ceramista no âmbito local. Para tanto, se baseia nos aspectos tecnomorfológicos que possam ser identificados e mensurados pela observação da peça

arqueológica. Este procedimento compreende o vasilhame como a forma final da produção ceramista, não privilegiando o estudo dos fragmentos. Considera que, o vasilhame desempenha uma função social, tanto no armazenamento e preparo de alimentos, quanto na representação do grupo social ou do indivíduo a que pertenceu, exercendo função simbólica.

Os atributos selecionados para análises seguem basicamente os padrões utilizados para a grande maioria de trabalhos cerâmicos realizados no Brasil, baseado, entre outros, principalmente nas obras de Sinopoli (1991), Rice (1984) e Arnold (1985).

Dessa forma, a análise inicia-se pelo reconhecimento dos seguintes atributos: a **classe** à qual pertence o fragmento (parede, borda, base, etc.); o **antiplástico**, tanto o aditivo (adicionado à pasta cerâmica), quanto os elementos contidos naturalmente na pasta argilosa; a **técnica de manufatura** (roletado, anelado, em forma de placas, modelado); a **queima** (se oxidante ou redutora e suas possíveis variações); o **tratamento de superfície** (enegrecimento, engobo, alisado, polido, escovado e outros); **marcas de utilização** (fuligem, desgaste, marcas de líquidos); **decoração** (plástica, pinturas, engobos); **espessura**; e **dimensão** da peça (largura e comprimento).

No que se referente às marcas de utilização, estas devem ser observadas e/ou buscadas com acuidade. Peças impregnadas com fuligens, por exemplo, podem significar que foram levadas ao fogo, possivelmente utilizadas para cozer; desgastes por atrito na superfície interna da borda mostram ações e/ou gestos específicos repetidos, podendo denotar, por exemplo, o atrito causado por algum elemento utilizado para misturar o conteúdo colocado no interior de algum vasilhame; vasilhames utilizados para armazenagem de líquidos deixam impressos na superfície interior, depressões circulares específicas (DANTAS e LIMA, 2006).

Assim, direcionada à atributos tecnológicos e morfológicos, a análise pretende identificar relações entre a cultura material e o meio social em que foi produzida, extrapolando o conhecimento das coleções em si.



### ***Metodologia de análise lítica***

A metodologia de análise do material lítico seguiu os parâmetros da abordagem tecnológica que utiliza o conceito de cadeia operatória enquanto referencial teórico.

A partir da utilização do conceito de cadeia operatória podemos compreender as estratégias, as escolhas em um determinado contexto cultural, para o manufaturamento de um objeto (ALMEIDA, 2001).

A abordagem tecnológica que utiliza o conceito de cadeia operatória permite aos pré-historiadores reconstruir o arranjo do tempo e a sequência das trajetórias utilizadas para produção de um instrumento lítico. Também, conta-se com a ajuda da compreensão geográfica do processo técnico, com a localização de fases do processo identificadas pela presença ou ausência de subprodutos (SORESSI e GENESTE, 2011).

Um instrumento só funciona na mão do sujeito que sabe como ele funciona, que incorpora a ele os gestos adequados. Cada instrumento tem sua estrutura própria, a forma é só um dos elementos. Há também meios (um gesto, uma técnica, uma forma) que integram a função ao funcionamento, ambos se relacionando mutuamente (FOGAÇA e LOURDEAU, 2008).

Os instrumentos não são produzidos por acaso, seja em qual época for, obedecem a esquemas de produção e necessariamente de funcionamento, ambos os esquemas estão reciprocamente ligados (MELLO, 2005).

A razão da existência de um objeto está em seu esquema de funcionamento, além de privilegiar os esquemas de produção do mesmo, quando possível. Essa análise implica em considerações como mão-instrumento, mão-material, espaço-gesto, por exemplo. Nas coleções de materiais líticos Pré-históricas, no entanto, nos deparamos com situações que muitas vezes faltam várias informações (MELLO, 2005).

Para a análise do material lítico dos sítios identificamos no PCH-Tamboril é importante perceber como foram confeccionados os instrumentos, quais resultados podem ser obtidos para entender a coleção de material lítico relacionado a períodos ceramistas.

### 11.1. SÍTIO TAMBORIL

#### *Análise do Material Cerâmico*

O material resgatado do Sítio Arqueológico Tamboril compreende um total de 197 peças, as quais estão divididas por classe: 173 paredes, duas bases, 13 bordas e nove bolotas. Conforme gráfico a seguir.

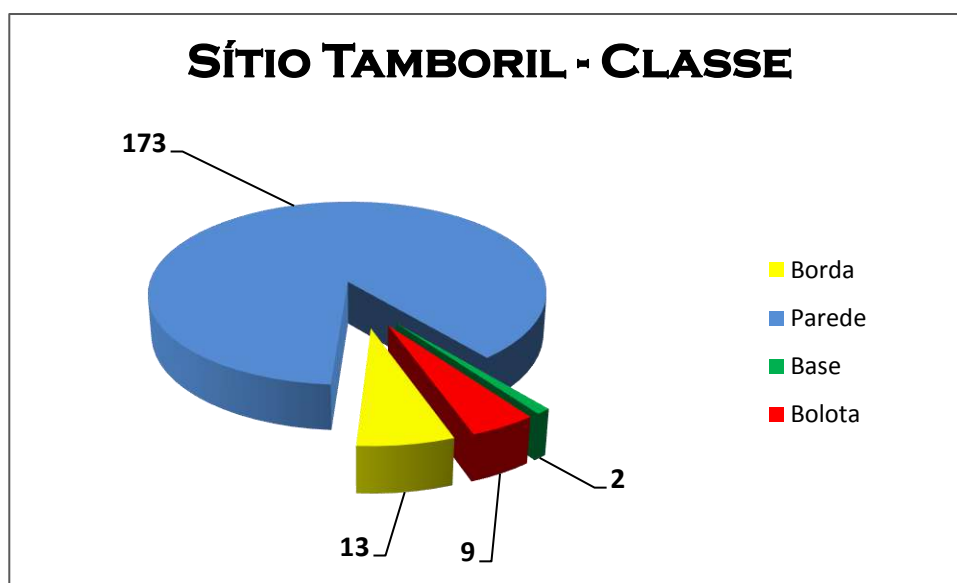


Gráfico 1: Classe, sítio Tamboril

A cerâmica do Sítio Tamboril tem na argila a presença de antiplásticos que ocorrem simultaneamente em um mesmo fragmento, sendo que carvão, grãos de quartzo e óxido de ferro foram identificados em 149 fragmentos. Os aditivos cariapé b, carvão, grãos de quartzo e óxido de ferro foram encontrados em 34 peças da coleção. Enquanto que o cariapé a e b, associados ao carvão, grãos de quartzo e óxido de ferro foram identificados em 14 peças, conforme podem ser visualizadas no gráfico 2.

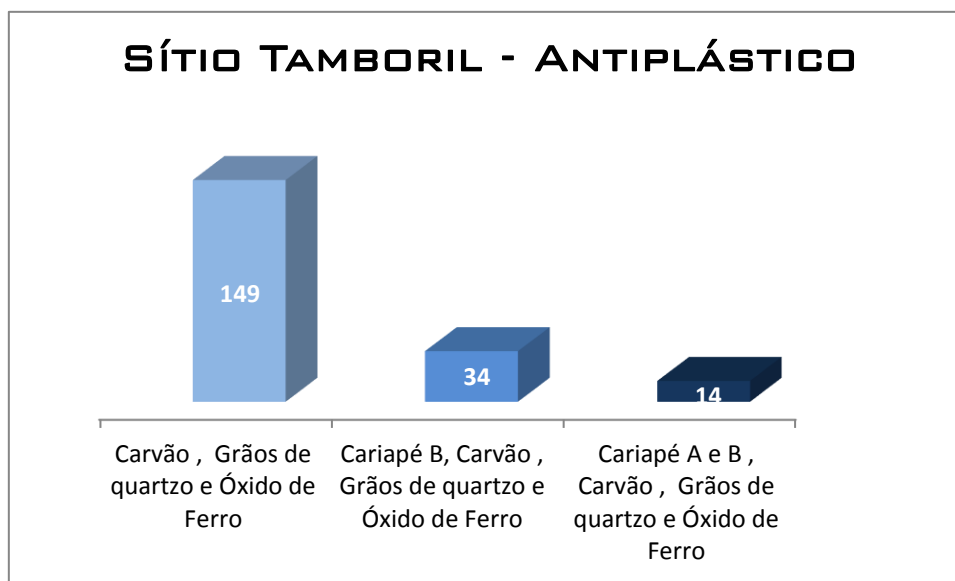


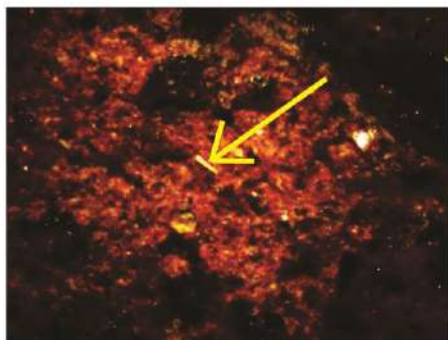
Gráfico 2: Antiplástico, Sítio Tamboril

A areia fina estava presente em todos os fragmentos participando da composição da argila.

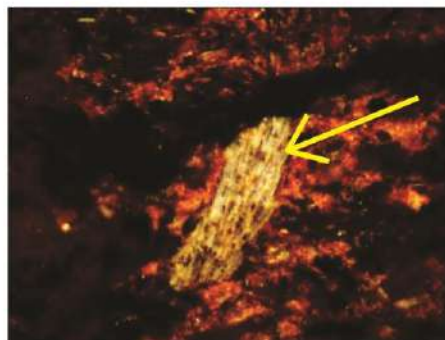
A técnica de manufatura foi o roletado e o tratamento de superfície antes da queima foi o alisado interno e externo que ocorreu em 101 unidades; erodido interno e externo presente em 87 peças; e sem tratamento interno e externo em 9 peças.

O tratamento de superfície pós-queima foi identificada em 16 peças, com ocorrência de face interna enegrecida. As demais 181 peças apresentaram ausência de tratamento de superfície.

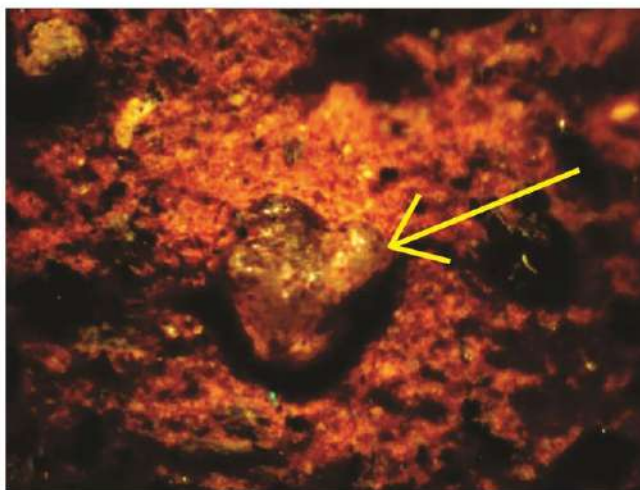
**SÍTIO TAMBORIL**  
**ANTIPLÁSTICO**



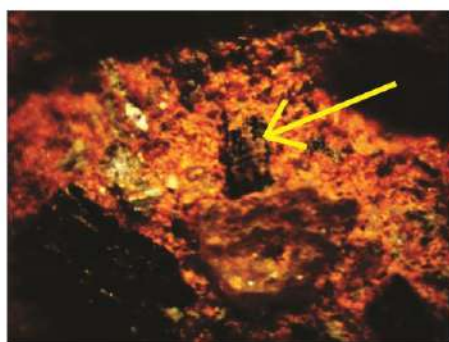
ANTIPLÁSTICO: CARIAPÉ A



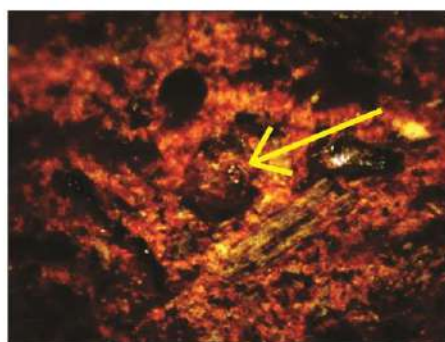
ANTIPLÁSTICO: CARIAPÉ B



ANTIPLÁSTICO: QUARTZO



ANTIPLÁSTICO: CARVÃO



ANTIPLÁSTICO: ÓXIDO DE FERRO

AS FOTOS ACIMA FORAM ADQUIRIDAS A PARTIR DO  
MIRCROSCÓPIO DIGITAL BLUE NO ZOOM DE 60X.

FONTE: GRIPHUS

Verificada a secção transversal dos fragmentos cerâmicos, concluiu-se que os vasilhames foram elaborados em ambiente com bom fluxo de oxigênio, certamente em fogueira. A secção transversal com cor entre o amarelado e o avermelhado - oxidação completa – foi identificada em 18 peças; o cinza pardo - oxidação completa - em 26 peças, as superfícies oxidadas com núcleo redutor foram identificadas em 92 peças e a queima de oxidação externa com redutor interno presente em 61 peças. Esse quantitativo pode ser observado no gráfico a seguir.

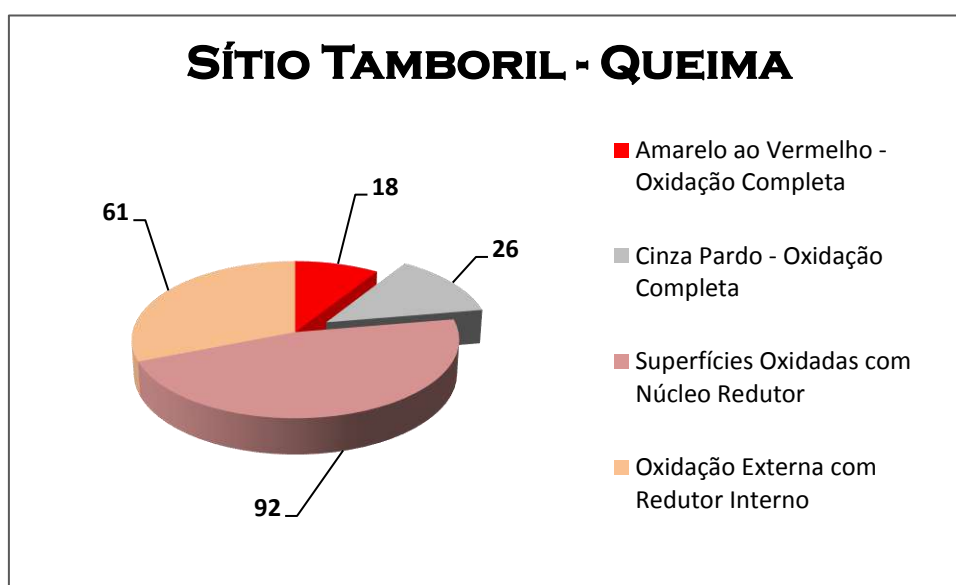


Gráfico 3: Queima, Sítio Tamboril

As marcas de uso identificadas na análise laboratorial foram a fuligem na superfície externa de seis peças e as depressões circulares por líquidos presente em seis peças. Foram identificadas superfícies erodidas, no entanto, sem identificação do uso, sendo o erodido externo presente em 11 peças, o erodido interno presente em nove peças. Nas 165 peças que completam a coleção não foram identificadas marcas de uso.

Quanto às espessuras, o intervalo com maior índice de material foi o de 11 mm a 20 mm que agrupou 105 peças, o de menor espessura foi o de 30 mm a 53 mm com apenas seis peças, os dados podem ser observados no quadro a seguir.

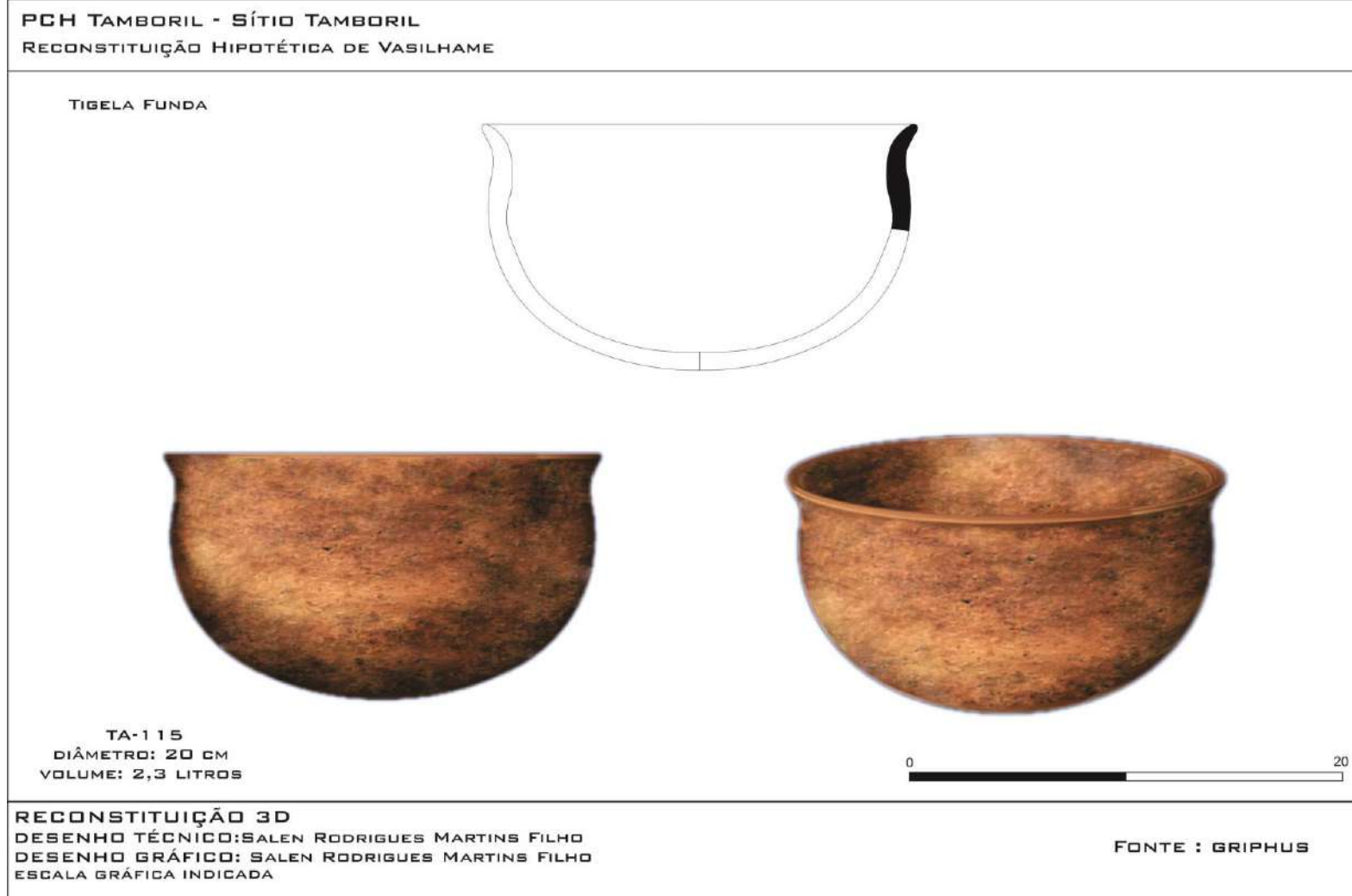
Quadro: Distribuição dos fragmentos em intervalos de espessura

Medidas em milímetros	Quantidade
1 a 10 mm	86
11 a 20 mm	105
30 a 53 mm	6
Total	197

As bordas analisadas tiveram predomínio do tipo direto, que abrangeu oito bordas, as infletidas somaram um total de cinco bordas. O lábio das bordas correspondeu ao arredondado nas 13 bordas da coleção. A peça 115 foi a única peça que apresentou diâmetro da boca e tamanho suficiente para uma reconstituição hipotética.



Foto 48: Peça 115, borda reconstituída



Prancha 13: Reconstituição hipotética de vasilhame, Sítio Tamboril

## **Análise lítica do Sítio Tamboril**

O material lítico é escasso e corresponde a cinco peças. As peças líticas foram coletadas nos mesmos níveis que apareceram as cerâmicas, também correspondem aos níveis com maiores concentração de material cerâmico, entre 0 e 20cm de profundidade, sendo que foram encontrados materiais até pelo menos 50cm de profundidade em pequena quantidade.

Todo o material lítico apresenta pátina, esse tipo de alteração natural por vezes deixou a leitura comprometida.

Foram identificadas três classes de materiais, sendo dois instrumentos<sup>2</sup>, dos quais, um fragmento de machado polido (diabásio) e um instrumento em lasca retocada (quartzito); e três lascas<sup>3</sup>, sendo duas lascas, uma tipo simples e outra tipo borda de núcleo.

### ***Instrumentos***

Os instrumentos são obviamente o objetivo e resultado de uma indústria lítica, nele estão impressos os estigmas correspondentes a algumas fases da cadeia operatória. Entender a construção de um instrumento envolve uma leitura diacrítica das retiradas, que pode ser considerada uma remontagem mental, daí em diante é possível comparar outras categorias como núcleos e lascas, as fases de produção dos instrumentos (BOËDA, 2001). Para tanto cada instrumento foi analisado individualmente.

#### *Peça TA-3*

##### *Instrumento tipo lasca retocada.*

1. Matéria-prima: quartzito, local e forma de apresentação indefinida.
2. Suporte: lasca com acidente de lascamento siret (42mm x 25mm x 11mm)  
Talão: puntiforme (5 mm x 2mm)

---

<sup>2</sup> Instrumentos: objetivo de uma indústria lítica, uma ferramenta. Pode ser retocada, bruta de debitagem e polida (INIZAN, et al., 1995).

<sup>3</sup> Lascas: produto mais comum do lascamento desde a debitagem de núcleos, configuração de um suporte para transforma-lo em instrumento e retoque do mesmo (INIZAN, et al., 1995).



Face superior: duas retiradas anteriores no mesmo eixo de debitagem do suporte.

Face inferior: leitura comprometida

3. Retiradas de façonnage: inexistentes

4. Retoques e UTF's:

UTF A: localizada na porção distal são retoques alternantes curtos, arredondados, talão liso, perfil côncavo, gume micro-denticulado,  $pc=pb$  55°.

### *Peça TA-2*

#### *Fragmento de machado polido*

Matéria-prima: diabásio. O fragmento corresponde ao talão (parte proximal) de um machado polido. Segundo a tipologia morfo-funcional proposta por Prous et al. (2002) é um machado *stricto sensu*, que nesse caso combinaria a lâmina a um cabo, sua função básica era cortar troncos de árvores, provavelmente para o trabalho com a coivara. A forma desse tipo de instrumento varia de acordo com a função e padrões culturais. O encabamento é embutido simples, encaixado em um cabo. Não dá para perceber fases de lascamento. Identificamos nas duas faces e nos flancos o picoteamento, fase anterior ao polimento. A peça apresenta muita pátina comprometendo a leitura dos estigmas do polimento, no caso não dá para saber se foi utilizado polidor móvel ou fixo e se foi alisado. A morfologia da peça é triangular, sua quebra pode ter acontecido durante o uso ou quando o gume estava sendo reformado.

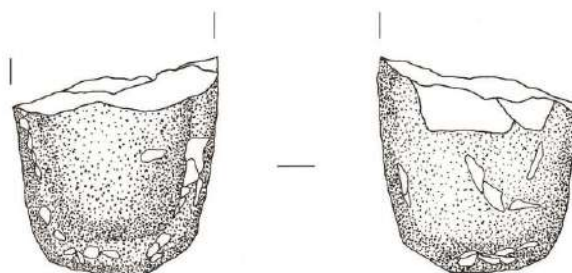
### **Lascas**

É um conjunto pequeno são duas lascas simples em sílex, e uma lasca de borda de núcleo (?) em arenito silicificado, ambas estão em níveis diferentes, sondagens diferentes em pelo menos duas matérias-primas. Apresentam talão liso diedro e puntiforme, morfologia quadrangular e circular, perfis côncavos. Sem nervuras, com 1 nervura e com nervura paralela. Sem acidentes de lascamento, a técnica utilizada foi a percussão direta com percutor duro.

**PCH TAMBORIL - SÍTIO TAMBORIL**

**FRAGMENTO DE MACHADO POLIDO**

PEÇA TA-2



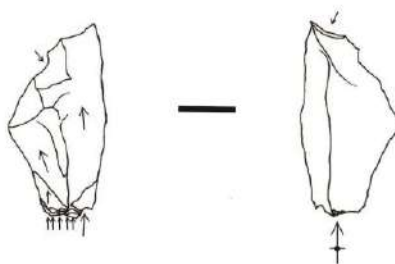
Face 1

Face 2



**INSTRUMENTO: LASCA RETOCADA**

PEÇA TA-3



Juliana Betarello Ramalho

Prancha 14: Fragmento de machado polida e lasca retocada, Sítio Tamboril

## 11.2. SÍTIO VACA MORTA

### *Análise do material cerâmico*

A cerâmica arqueológica proveniente do sítio Vaca Morta está representada por 120 peças distribuídas entre: 112 paredes e 8 bordas, como demonstra o gráfico abaixo:



Gráfico 4 – Distribuição das peças por classe – sítio Vaca Morta

O antiplástico presente na coleção cerâmica está representado por cinco tipos distintos: grãos de quartzo, cariapé A, óxido de ferro, carvão e cariapé B que combinados formam sete variações:

1. grãos de quartzo isolado;
2. cariapé A + cariapé B + grãos de quartzo + oxido de ferro;
3. cariapé A + cariapé B+ oxido de ferro;
4. cariapé A + carvão + grãos de quartzo + oxido de ferro;
5. cariapé A + grãos de quartzo;

6. cariapé A + grãos de quartzo + oxido de ferro;
7. grãos de quartzo + oxido de ferro. A combinação predominante foi aquela que apresenta o cariapé A + grãos de quartzo + óxido de ferro. O gráfico a seguir mostra o quantitativo dos antiplástico.

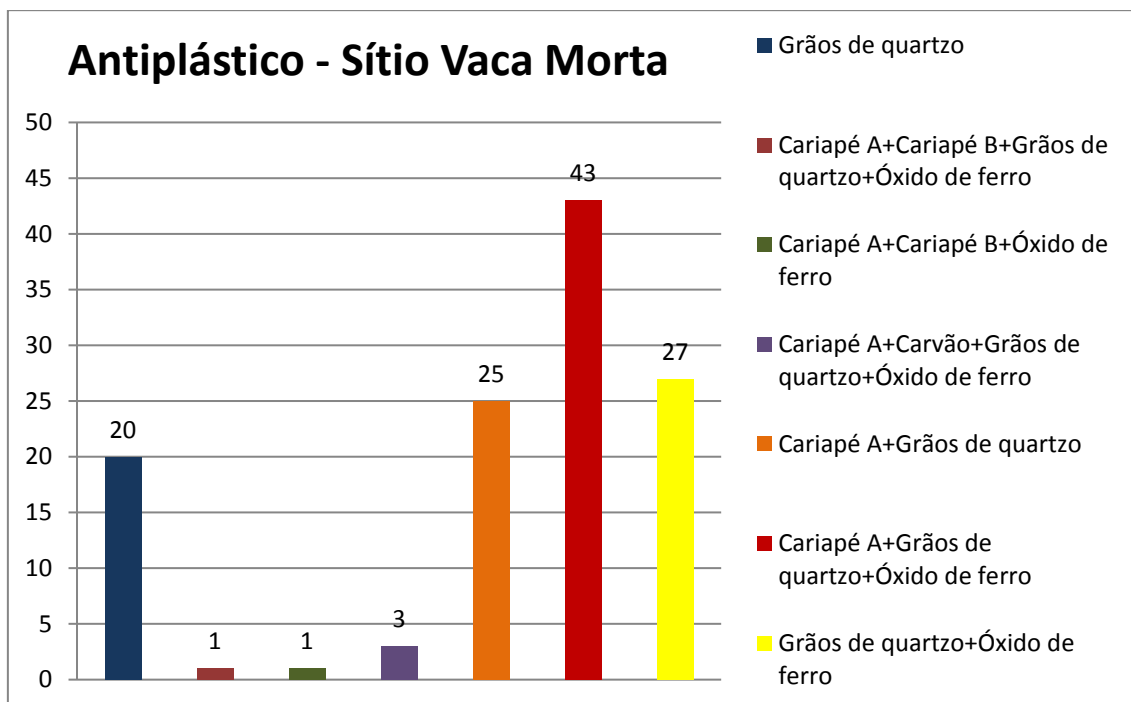


Gráfico 5 - Distribuição das combinações de antiplástico. Sítio Vaca Morta

Nota-se, no gráfico exposto acima, a recorrência do antiplástico do tipo grãos de quartzo. Esse tipo de antiplástico apresenta-se em 99 % dos fragmentos, estando junto ao antiplástico do tipo óxido de ferro em 62% dos fragmentos e cariapé A representado em 60% dos fragmentos analisados. A mica se apresenta na granulometria fina (0,1 a 1 mm) em 7% dos fragmentos, já a areia como impureza da argila (0,1 a 1 mm) se apresenta em todas os fragmentos.

A técnica de manufatura foi homogênea na coleção do sítio Vaca Morta, representada pela técnica roletada.

A análise dos tipos de queima do sítio Vaca Morta expôs 6 tipos distintos conforme o gráfico abaixo:

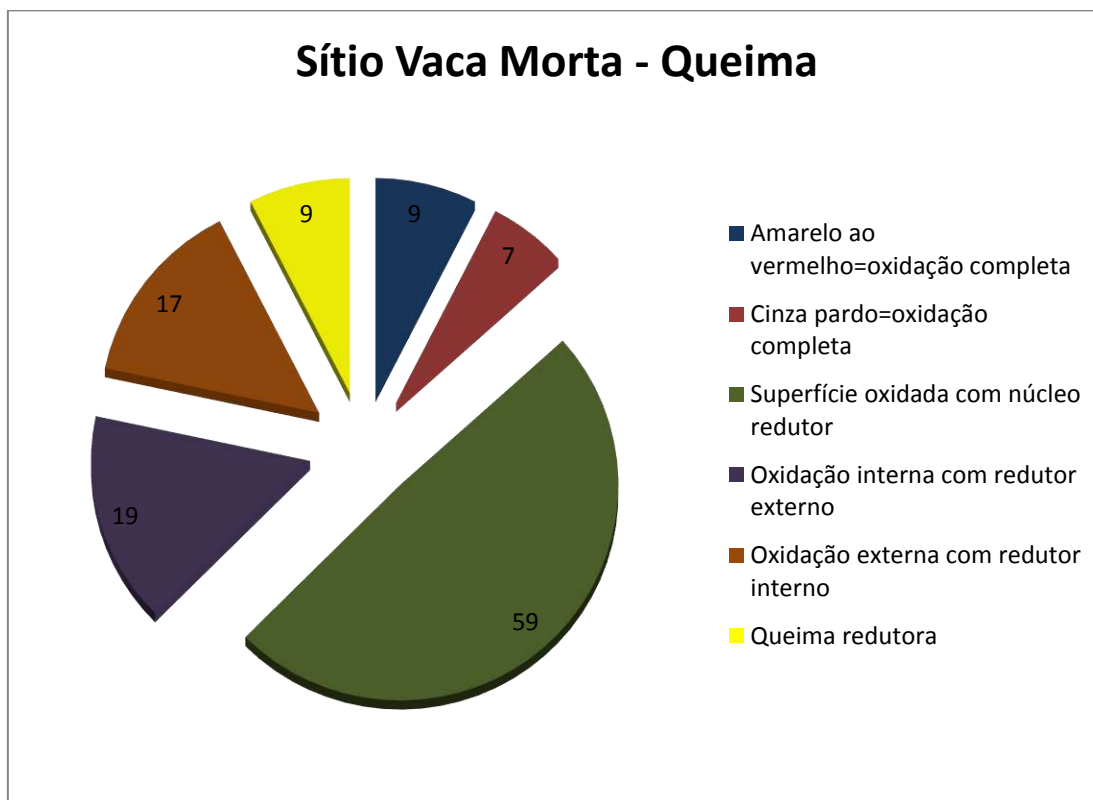


Gráfico 6 – Tipos de queima, Sítio Vaca Morta

O efeito da queima da cerâmica foi verificado na secção transversal dos fragmentos. Como mostra o gráfico acima, percebe-se a predominância da queima do tipo superfície oxidada com núcleo redutor, presente em 49% dos fragmentos analisados. A queima do tipo oxidação interna com núcleo redutor externo aparece em segundo, presente em 15% dos fragmentos analisados. A terceira queima com maior frequência no sítio Vaca Morta refere-se ao tipo oxidação externa com núcleo redutor interno, presente em 14% dos fragmentos analisados. Em seguida temos as queimas do tipo queima redutora e do tipo amarela avermelhada (oxidação completa) presente em 7,5% dos fragmentos analisados. E por último, a queima do tipo cinza pardo (oxidação completa), representada em 5% dos fragmentos analisados.

Em relação ao tratamento de superfície (antes da queima) foram analisados fragmentos cujo estado de conservação encontrava-se erodido. Observa-se que em nove fragmentos foi aplicada a técnica de alisamento. Somente em um fragmento identificamos o alisamento da superfície interna. Em dezoito fragmentos não foi possível identificar o tipo de tratamento de superfície.

Em relação ao tratamento de superfície pós-queima, foi identificado algum tipo de tratamento em cinco peças da coleção. Desse modo, temos como tratamento o enegrecimento interno. O enegrecimento observado nos fragmentos analisados é conhecido como esfumarado.

Em relação às marcas de utilização, estas devem ser observadas e buscadas com muita atenção. A função exercida por determinado tipo de artefato pode ocasionar impressões na peça. Peças com fuligem, representada por nove fragmentos da coleção do sítio Vaca Morta, podem significar que estas foram levadas ao fogo, possivelmente utilizadas como tralha doméstica, na fase de cozimentos dos alimentos.

A marca de uso do tipo desgastes intencionais foi observada em um fragmento (VM 44). A marca de uso que corresponde a depressões circulares por líquidos, observadas em dois fragmentos (VM 108 e 111), podem denotar, por exemplo, vasilhames que foram utilizados para armazenar líquidos

O material cerâmico do sítio Vaca Morta, de forma geral, não apresentou as formas decorativas do tipo plástica ou pintada. Já o engobo, que consiste em um banho de tinta de origem animal ou vegetal, aplicado na superfície da cerâmica, identificados em quatro fragmentos da coleção, pode, por exemplo, exercer um papel tanto estético como funcional.

**PCH TAMBORIL - SÍTIO VACA MORTA**

**MARCAS DE USO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE PÓS-QUEIMA**



Peça VM 44  
Face interna  
Marcas de uso: Desgastes intencionais  
Tratamento de superfície pós-queima: Enegrecido interno



Peça VM 111  
Face interna  
Marcas de uso: Depressões circulares por líquidos.



Peça 83  
Face interna  
Tratamento de superfície pós-queima: Enegrecido interno.

Prancha 15: Marcas de uso e tratamento de superfície pós-queima

**PCH TAMBORIL - SÍTIO VACA MORTA**  
**DECORAÇÃO DO TIPO ENGOBO**



Peça VM 39  
Face interna  
Decoração: Engobo laranja



Peça VM 21  
Face interna  
Decoração: Engobo laranja



Peça VM 32  
Face interna  
Decoração: Engobo laranja

Prancha 16: Decoração do tipo engobo



Em relação à espessura das peças, foram criados intervalos de medidas de 5 mm nos quais as medidas das peças foram classificadas.

A medição da espessura das peças forneceram intervalos que variam de 0,1 mm a 16 mm, conforme o gráfico abaixo:

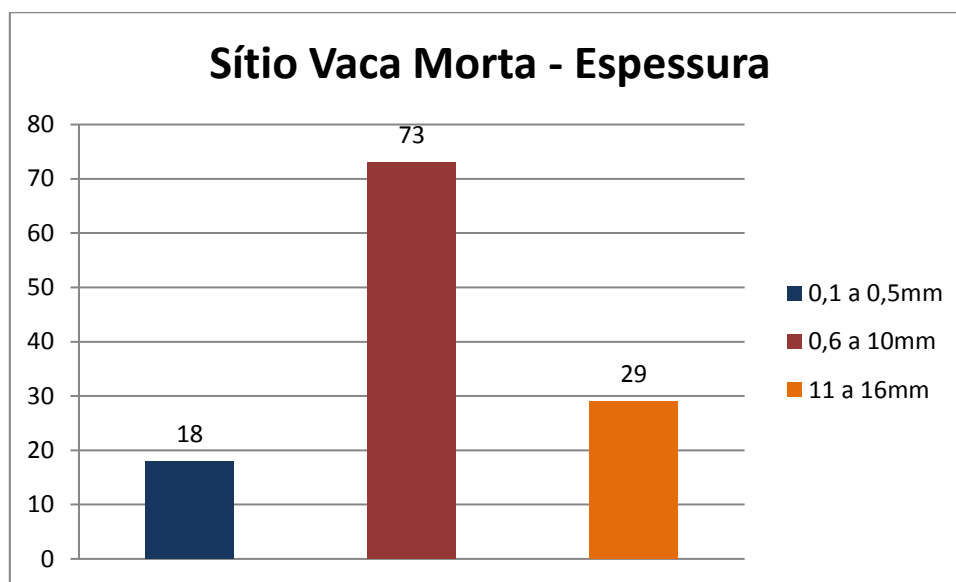


Gráfico 7 - Media de espessura das peças – Sítio Vaca Morta.

Percebe-se no gráfico da espessura que a grande parte das peças analisadas apresenta espessura entre 0,6 a 10 mm, intervalos representados por 60% do total das peças analisadas. Logo em seguida temos o intervalo entre 11 a 16 mm, representado por 24% dos fragmentos analisados. Por último, temos os intervalos 0,1 a 0,5 mm, representado por 15% do total dos fragmentos analisados.

Foram remontados ao todo 41 fragmentos, durante a etapa de numeração, como também após essa etapa. Os fragmentos de numeração VM01 + VM27 pertencem à mesma peça, mas foram encontrados em nível diferente. Já os fragmentos VM52 + VM62 foram remontados na etapa pós-numeração e pertencem ao mesmo nível. Os fragmentos VM 30 (dois fragmentos), VM44 (três fragmentos), VM67 (dois fragmentos), VM78 (três fragmentos), VM80 (dois fragmentos), VM82 (dois fragmentos), VM83 (dois fragmentos), VM84 (quatro fragmentos), VM85 (três fragmentos), VM88 (dois fragmentos), VM99 (quatro fragmentos), VM111 (quatro fragmentos), VM114

(dois fragmentos) e VM118 (dois fragmentos) foram remontados durante a etapa de numeração.

Não foi possível reconstituir nenhum vasilhame, pois o material arqueológico do sítio Vaca Morta encontra-se fragmentado e erodido.

As bordas e bases constituem elementos diferenciados na coleção, devido o alto potencial informativo de tais elementos. As bordas em particular permitem, quando possível a constatação do diâmetro de abertura e a reconstituição gráfica dos vasilhames dos sítios. Ao analisarmos esse item, acreditamos que as reconstituições cerâmicas a partir de bordas não são totalmente confiáveis para afirmar com propriedade a existência de tipos de vasilhames no sítio Vaca Morta.

A análise das nove bordas do sítio Vaca Morta possibilitou a constatação de dois tipos, sendo eles, borda direta e borda infletida.

A morfologia do lábio distinguiu de dois tipos, sendo o primeiro tipo lábio redondo verificado em 8 fragmentos e lábio apontado verificado em 1 fragmento.

Na coleção do sítio Vaca Morta não foram identificadas bases.

### ***Análise do material lítico***

A matéria-prima utilizada na produção lítica no Sítio Vaca Morta é local, verificou-se o uso do diabásio, quartzito, sílex e arenito silicificado na produção de instrumentos. A ausência de córtex nas peças analisadas impossibilitou a verificação das formas de apresentação da matéria-prima.

A coleção do material lítico corresponde a 45 peças. Foram coletados nos mesmos níveis que apareceram as cerâmicas, também correspondem aos níveis com maior concentração de material, entre 10 cm e 20 cm de profundidade, sendo encontramos materiais em menor quantidade até 30 cm.

Todo o material lítico apresenta pátina, esse tipo de alteração natural por vezes prejudicou a leitura das intenções técnicas.

Identificamos nove classes de materiais. São seis instrumentos, nove lascas, oito fragmentos de lascas<sup>4</sup> e detritos<sup>5</sup>, onze fragmentos menores que 1cm<sup>6</sup>, um núcleo<sup>7</sup>, duas matérias-primas naturais<sup>8</sup>, uma pré-forma de objeto polido e sete peças que, pelo aspecto das marcas e uso, parecem ter exercido a função de polidores, alisadores e trituradores. Apenas os fragmentos menores que 1cm (11 peças) não foram numerados, tendo sido, no entanto, incluídos na análise.

### ***Instrumentos***

Os instrumentos foram analisado individualmente, seguindo os procedimentos que envolveram as características expressas na ficha de análise, o desenho esquemático e a descrição.

*Instrumentos tipo lascas retocada: VM-1, 2, 19, 23, 26 e 32.*

#### *Peça VM-1*

1. Matéria-prima: sílex, local e forma de apresentação da matéria-prima indefinidos.

2. Suporte: lasca fragmentada (58 mm x 49 mm x 22 mm)

Talão: inexistente

Face superior: são duas retiradas anteriores paralelas em direção oposta ao eixo de debitage do suporte.

Face inferior: ondas e lancetas indicam a direção da retirada do suporte. Com retoques inversos.

3. Retiradas de façonnage: inexistentes

4. Retoques e UTF's:

---

<sup>4</sup> Fragmentos de lascas: lascas que não apresentam parte proximal (INIZAN, et al., 1995).

<sup>5</sup> Detritos de lascamento: fragmentos relativos ao lascamento que não podem ser enquadrados nas alternativas descritas acima (INIZAN, et al., 1995).

<sup>6</sup> Fragmentos menores que 1cm: são detritos, lascas e cúpulas térmicas (INIZAN, et al., 1995).

<sup>7</sup> Núcleos: bloco de matéria prima, lascado com o objetivo de produzir suportes para instrumentos (INIZAN, et al., 1995).

<sup>8</sup> Matéria prima natural: fragmentos que não apresentam lascamento antrópico (INIZAN, et al., 1995).

UTF A: localizada na porção distal são retoques inversos curtos, arredondados, talão liso, perfil côncavo, gume micro-denticulado,  $pc=pb$  55°.

#### *Peça VM-2*

1. Matéria-prima: sílex, local e forma de apresentação da matéria-prima indefinidos.

2. Suporte: lasca com acidente de lascamento tipo siret (49 mm x 30 mm x 19 mm)

Talão: liso

Face superior: lisa, apenas uma retirada anterior na mesma direção do eixo de debitagem do suporte.

Face inferior: algumas ondas indicam a direção da retirada do suporte. Sem retoques.

3. Retiradas de façonnage: inexistentes

4. Retoques e UTF's:

UTF A: localizada na porção meso-distal esquerda são retoques diretos curtos, arredondados, talão liso, perfil côncavo, gume micro-denticulado,  $pc=pb$  50°.

#### *Peça VM-19*

1. Matéria-prima: quartzito, local indefinido, forma de apresentação da matéria-prima seixo.

2. Suporte: lasca de debitagem (50 mm x 62 mm x 27 mm)

Talão: puntiforme

Face superior: cortical, apenas uma retirada anterior perpendicular a direção do eixo de debitagem do suporte.

Face inferior: algumas ondas indicam a direção da retirada do suporte. Sem retoques.

3. Retiradas de façonnage: inexistentes

4. Retoques e UTF's:

UTF A: localizada na porção distal são retoques diretos curtos, arredondados, talão liso, perfil côncavo, gume micro-denticulado,  $pc=pb$  45°.

#### *Peça VM-23*

1. Matéria-prima: quartzito, local indefinido, forma de apresentação da matéria-prima seixo.

2. Suporte: fragmento de lasca (47 mm x 38 mm x 15 mm)

Talão: inexistente

Face superior: leitura comprometida.

Face inferior: leitura comprometida.

3. Retiradas de façonnage: inexistentes

4. Retoques e UTF's:

UTF A: localizada na porção mesial direita são retoques inversos curtos, arredondados, talão liso, perfil côncavo, gume micro-denticulado,  $pc=pb$  60°.

#### *Peça VM-26*

1. Matéria-prima: arenito silicificado, local indefinido, forma de apresentação da matéria-prima seixo.

2. Suporte: lasca de debitagem (26 mm 39 mm x 16 mm)

Talão: liso

Face superior: duas retiradas anteriores paralelas no mesmo sentido do eixo de debitagem do suporte.

Face inferior: bulbo proeminente, retoques inversos.

3. Retiradas de façonnage: inexistentes

4. Retoques e UTF's:

UTF A: localizada na porção meso-distal esquerda são retoques diretos curtos, arredondados, talão liso, perfil côncavo, gume micro-denticulado,  $pc=pb$  60°.

UTF B: localizada na porção mesial direita são retoques inversos curtos, arredondados, talão liso, perfil côncavo, gume micro-denticulado,  $pc=pb$  65°.

#### *Peça VM-32*

1. Matéria-prima: quartzito, local indefinido, forma de apresentação da matéria-prima seixo.

2. Suporte: fragmento de lasca (54 mm x 33 mm x 20 mm)

Talão: inexistente

Face superior: uma retirada anterior no mesmo sentido do eixo de debitagem do suporte.

Face inferior: leitura comprometida, sem retoques.

3. Retiradas de façonnage: inexistentes

4. Retoques e UTF's:

UTF A: localizada na porção distal são retoques diretos curtos, arredondados, talão liso, perfil côncavo, gume micro-denticulado,  $pc=pb$  55°.

*Polidores, alisadores, trituradores: VM-8, 7, 29, 15, 14, 21, 28.*

Foram identificadas duas matérias-primas para esse conjunto: quatro peças em quartzo (VM-8, 14, 28, 21) e três peças em quartzito (VM-29, 15, 7).

As peças apresentam bordas abrasadas, dando ideia de que foram utilizados para abrasar algo tipo de madeira, osso ou pedra, podem terem sido utilizados para alisar objetos polidos. Em todo caso, estes instrumentos foram lascados antes, aproveitando-se dessa maneira as bordas agudas, até se tornarem abrasadas. É um tipo de instrumento que não é recorrente na bibliografia, não havendo referências que indiquem esse tipo de material. Podem estar ligados a algum trabalho de trituração para confecção de cerâmicas, por exemplo, para triturar anti-plásticos como cariapé e mineral.

A peça VM-21 provavelmente foi utilizada para alisar algo delicado, tipo cerâmica, apresenta um brilho no córtex diferente, a peça está fragmentada. A matéria prima é o quartzo, a forma de apresentação é o seixo, o principal interesse parece ter sido o córtex. É um fragmento natural que não apresenta estigmas de lascamento.

### ***Lascas***

O conjunto de lascas é do tipo simples, não é possível entender fases da cadeia operatória para esse tipo. As lascas apresentam talão liso, cortical e

linear. Morfologia triangular, quadrangular e circular. Perfis côncavos, convexos e retilíneos. Sem nervuras ou com 1, 2 ou mais nervuras aleatórias, nervuras verticais, em forma de Y e paralelas.

O conjunto de lascas e estilhaços menores que 1 cm são predominantes no quartzito, as faces superiores são geralmente lisas ou com uma nervura vertical, talão liso, perfis côncavos.

### ***Núcleo***

#### ***Peça VM-9***

Núcleo tipo C, um plano liso foi utilizado para retirada de pelo menos 5 lascas, unidirecionais unipolares, não tem córtex. É um núcleo unipolar com 2 ou 3 negativos sobrepostos sem estrutura definida, suporte indeterminado, plataforma de percussão lisa, orientação dos negativos dos levantamentos anteriores unidirecionais unipolares, inclinação dos levantamentos mista.

### ***Matéria-prima para objetos polidos***

#### ***Peças VM-24 e 31***

São peças que remontáveis de matéria-prima diabásio, não apresentam estigmas de lascamento, nem de picoteamento e polimento, em todo caso é uma rocha comumente utilizada na confecção de objetos polidos.

### ***Pré-forma de objeto polido***

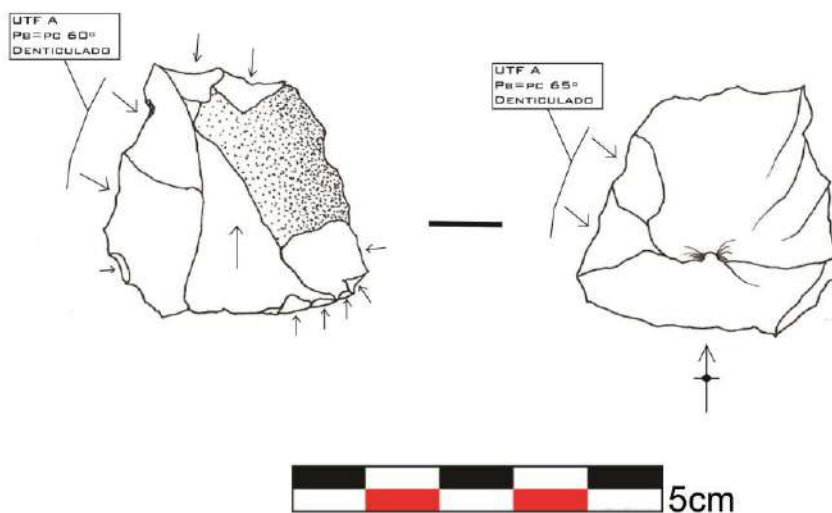
#### ***Peça VM-13***

A matéria-prima é o diabásio. Apresenta, nas duas faces e nos flancos estigmas de lascamento, não tem nem picoteamento e nem polimento. Chama atenção a forma regular do que poderia ser um machado, apresenta talão e parte distal mais aguda para instalação de um gume. Essa peça representa a primeira fase da confecção de um instrumento polido, após o lascamento, viria o picoteamento e o polimento/alisamento.

**PCH TAMBORIL - SÍTIO VACA MORTA**

**INSTRUMENTO: LASCA RETOCADA**

**PEÇA VM-26**



Juliana Betarello Ramalho

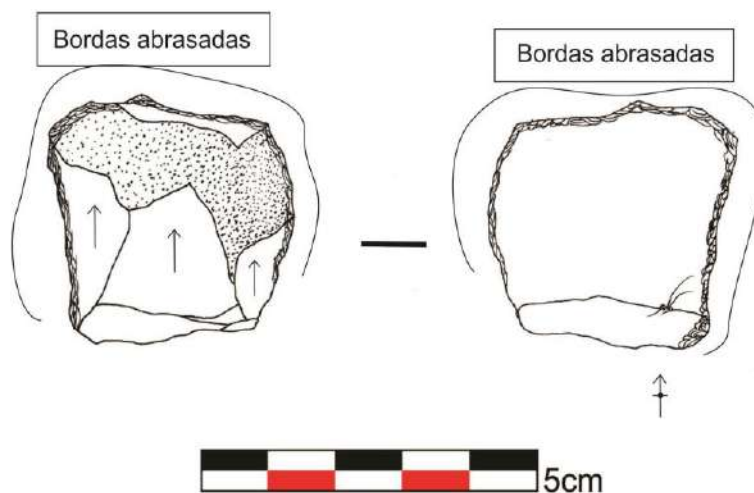
Prancha 17: Instrumento de lasca retocada



**PCH TAMBORIL - SÍTIO VACA MORTA**

**INSTRUMENTO: POLIDOR, AMOLADOR, TRITURADOR**

**PEÇA VM-15**



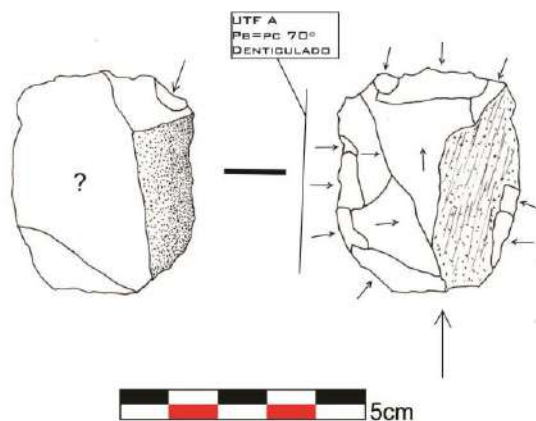
Juliana Betarello Ramalho

Prancha 18: Instrumento de bordas abrasadas

**PCH TAMBORIL - SÍTIO VACA MORTA**

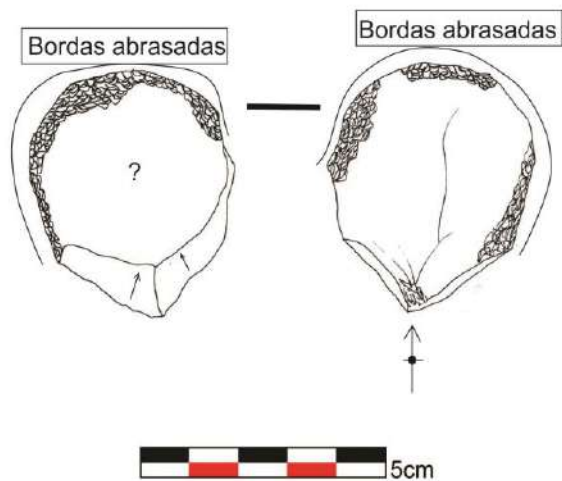
**INSTRUMENTO: LASCA RETOCADA**

**PEÇA VM-23**



**INSTRUMENTO: POLIDOR, AMOLADOR, TRITURADOR**

**PEÇA VM-8**



Juliana Betarello Ramalho

Prancha 19: Instrumento de lasca retocada e instrumento de bordas abrasadas

**PCH TAMBORIL - SÍTIO VACA MORTA**

**PRÉ-FORMA DE MACHADO POLIDO**

**PEÇA VM-13**



Juliana Betarello Ramalho

Prancha 20: Pré-forma de machado polido

### **Considerações finais**

A análise do material cerâmico dos sítios Tamboril e Vaca Morta demonstrou que a produção cerâmica tem como característica o uso de aditivos vegetais (carvão e cariapé) e minerais (grãos de quartzo e de óxido de ferro) de espessura média a grossa. O material cerâmico especialmente do Sítio Vaca Morta tem superfície áspera decorrente de desgaste que pode tanto estar relacionado ao uso ou à sujeição às intemperes. Os sítios estão posicionados em terrenos que já foram bastante impactados pelo desmatamento e remoção do sedimento, que deixou o material à exposição ou fragmentando-o.

O estado de conservação dos sítios e dos vestígios arqueológicos dificulta uma relação com tradições ceramistas. O material lítico em contexto cerâmico tem sido considerado uma atividade casual (Prous, 1992).

Conforme os dados levantados no mapa geológico do estado de Goiás e Distrito Federal (GOIÁS, 2000), a matéria-prima utilizada na produção lítica é local. No material lítico foram identificados o diabásio, quartzito, sílex e arenito silicificado. Na cerâmica há ocorrência de óxido de ferro e quartzo em grande quantidade como material agregado à pasta de argila.

Podemos considerar em conjunto os materiais líticos coletados nos sítios Tamboril e Vaca Morta, a matéria-prima é a mesma e a forma como foi aproveitada também.

No conjunto de instrumentos lascados em suporte de lasca o único gume produzido foi o micro-denticulado. Os instrumentos tipo polidores, alisadores, trituradores chamam a atenção por apresentar bordas abrasadas demonstrando que foram intensamente utilizados. Os indícios de materiais polidos nos indicam uma provável exploração local do diabásio para confecção de machados polidos conforme evidenciado pelo fragmento de machado polido do sítio Tamboril (TM-2) e pela pré-forma de machado do sítio Vaca Morta (VM-13).

A implantação dos sítios em terreno que parece ter sido mais alagadiço no passado, bem como a baixa quantidade de material arqueológico, sugere que o sítio pode ter sido um assentamento de curta duração ou de atividades

sazonais. No entanto, essa inferência exige estudos regionais para que se possa compreender os processos de ocupação da área.

Encerradas as análises do material arqueológico procedeu-se ao acondicionamento das peças e organização da documentação de forma que o estudo do material arqueológico possam ser retomado em outra abordagem.



**Foto 49: Elaboração de etiqueta de identificação do material arqueológico**



**Foto 50: Embalagem de peças líticas**



**Foto 51: Afixação de etiqueta de identificação da caixa arquivo**



**Foto 52: Acondicionamento do material em caixa arquivo poliondas**



**Foto 53: Organização em espaço provisório das caixas arquivo**



**Foto 54: Caixas arquivo com etiqueta de identificação do conteúdo, PCH Tamboril**

## **12. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Para a realização de projetos de pesquisa arqueológica, as ações educativas voltadas ao conhecimento, apropriação e valorização do Patrimônio Cultural são recomendadas pela legislação (Portaria IPHAN nº230 de 17/12/2002). Estas ações são concretizadas através de Programas de Educação Patrimonial elaborados com diferentes propostas direcionadas a cada público e buscam atender as especificidades de cada comunidade, considerando-as integrantes do contexto nos quais os bens estão inseridos.

Apesar da ação pontual, reconhece-se que a educação Patrimonial,

(...) é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural [...] Que busca levar todos os envolvidos a um processo ativo de conhecimento, valorização e apropriação de sua herança cultural segundo (HORTA, et al., 1999, p. 06).

Esse método pedagógico visa envolver as comunidades em atividades socioculturais que retome a história local, bem como o reconhecimento de suas referências identitárias, sejam elas materiais ou imateriais. Assim a Educação Patrimonial é um processo de releitura dos patrimônios, com intuito de perceber os diferentes significados que um determinado bem cultural pode ter.

Considerando, no entanto, que a os registros arqueológicos identificados no âmbito da PCH Tamboril remetem ao período pré-histórico, sobre o qual a população atual tem pouca informação, as atividades patrimoniais buscaram ressaltar modos de vida da pré-história e a produção tecnológica, a fim de tentar garantir, por meio do conhecimento, a valorização e preservação dos vestígios desse período.

### ***As Atividades de Educação Patrimonial***

Foram elaboradas ações de educação patrimonial para a PCH Tamboril e a PCH Renic a serem executadas em conjunto, considerando que as áreas de abrangência da AII dos empreendimentos se sobrepõem. Assim, foram privilegiadas fontes relacionadas ao Patrimônio Cultural dos municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás. As atividades do Programa de Educação Patrimonial foram previamente programadas pela Griphus Consultoria e pelo Departamento de Meio Ambiente, representado pelo Engenheiro Ambiental Diego Salomão Blanco e pela Bióloga Maiara Francielle.

Nesse sentido, foram realizadas atividades do tipo palestra e exposição de materiais arqueológicos. O público alvo abrangeu funcionários do empreendimento e a comunidade escolar dos municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás. A participação dos alunos das duas unidades escolares e educadores foi documentada através de lista de presenças (*em anexo*), e quantificada conforme tabela abaixo:

Quadro25: Público alvo do Programa de Educação Patrimonial

<b>Publico Alvo</b>	<b>Local do evento</b>	<b>Número de Participantes</b>
Técnico e Trabalhadores do empreendimento em construção	Refeitório da PCH Tamboril	70
Comunidade escolar do município de Arenópolis	Escola Estadual Alfredo Nascir	121
Comunidade escolar do município de Palestina de Goiás	Escola Estadual Ana Algemira do Prado	46

Foram abordados temas referentes ao patrimônio cultural brasileiro, enfatizando o patrimônio arqueológico, legislação vigente e as características específicas dos trabalhos arqueológicos realizados na região, assim como aspectos socioculturais dos municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás.



<b>Temas abordados nas palestras</b>
O que é o Patrimônio Cultural brasileiro;
Definição de Patrimônio material, imaterial e natural e suas correlações;
Requisitos legais sobre patrimônio arqueológico e cultural;
Legislação vigente;
Arqueologia: definição e tipologia de sítios arqueológicos;
Arqueologia e legislação ambiental ( <i>etapas do licenciamento</i> );
Apresentação dos procedimentos realizados para o Diagnóstico arqueológico no empreendimento;
Apresentação dos procedimentos realizados para o Levantamento arqueológico no empreendimento;
Apresentação dos procedimentos realizados na etapa do Resgate arqueológico no empreendimento;
Importância das pesquisas arqueológicas;
Orientações sobre a conservação do patrimônio arqueológico.

### ***Recursos utilizados***

Para as palestras foi elaborada uma apresentação em *Power Point*, direcionada ao público participante. Recursos técnicos, tais como materiais audiovisuais (Datashow, notebooks e sonorização), estiveram disponíveis, tendo em vista que todos os ouvintes tivessem condições de acessibilidade, participação e uma melhor percepção das informações apresentadas.

Os assuntos abordados nas palestras foram similares, mas a didática trabalhada entre os públicos foi diferenciada, visto que para as comunidades escolares, os temas abordados eram correlacionados com o conteúdo escolar. Enquanto que para os trabalhadores do empreendimento houve um direcionamento aos assuntos pertinentes à legislação e especialmente às etapas de licenciamento ambiental.

A exposição de bens patrimoniais abrangeu peças didáticas<sup>9</sup> de período pré-colonial e histórico.

Banners explicativos (*em anexo*) também serviram como fonte de informação, impressos em tamanho de 1,15 x1,60m, cujo conteúdo abrangeu os seguintes temas:

- Banner 1: Contexto Histórico e Etno-histórico dos municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás, informações pertinentes ao processo de colonização dos municípios e embasado no mapa Curt de Nimuendaju, que menciona a área em estudo como território de antigas ocupações das etnias Kayapó e Bororo, pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê;
- Banner 2: Patrimônio Cultural brasileiro, com a apresentação de definições sobre Patrimônio Cultural – Material, Imaterial e Natural;
- Banner 3: Etapas de licenciamento na AID do empreendimento: Diagnóstico Arqueológico; Levantamentos Prospectivos e Culturais; Resgate Arqueológico e a identificação dos sítios arqueológicos resgatados.

No final das atividades, os banners foram cedidos ao Departamento de Meio Ambiente do empreendimento, para exposição no Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS, localizado nas proximidades do canteiro de obras. Centro este que, de acordo com os responsáveis técnicos, será um local destinado a visitação de diversos grupos, para ações educativas que o empreendimento realizará.

---

<sup>9</sup> As peças didáticas colocadas em exposição correspondem a objetos doados ou descontextualizados que foram informalmente incorporados a um acervo didático. Esses pertencem à União e encontram-se sob a guarda da Griphus Consultoria, até que sejam solicitadas pelo IPHAN.

## ***Atividades direcionadas à comunidade escolar do município de Arenópolis***

A atividade de Educação Patrimonial direcionadas à alunos de escola pública do município de Arenópolis foi realizada na Escola Estadual Alfredo Nascier, localizada sob as coordenadas UTM 22K E 440578/N 8188168, no dia 05/05/2013, no período vespertino. Contou com a participação de 121 alunos, cursando do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio (*lista de presença em anexo*), e de professores e funcionários da unidade escolar.

O público participante foi envolvido em duas atividades, de maneira que, a palestra foi direcionada a alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio. E a exposição de peças didáticas de bens patrimoniais e de banners, aberta a todos os alunos.

O grupo de alunos do ensino médio abrangeu 38 participantes. Durante a palestra, tiveram a oportunidade de levantar dúvidas e curiosidades, sendo envolvidos em debates e questionamentos. Diversos alunos, em especial os que residem na zona rural, relataram a ocorrência de instrumentos líticos em suas propriedades. Deste modo, nota-se um reconhecimento do patrimônio cultural da região por parte de uma parcela expressiva de participantes.

Em seguida à palestra, os alunos foram conduzidos à visita da exposição de materiais arqueológicos, montada no pátio da instituição. Onde houve uma apresentação da produção de utensílios produzidos em contexto cultural pré-colonial e histórico.

Em um segundo momento, a exposição foi visitada pelos demais alunos da escola, abrangendo 83 alunos. As visitas foram realizadas por turmas acompanhadas por um professor responsável. As visitas foram seguidas com a orientação do monitor da educação patrimonial que apresentou os painéis e a exposição da cultura material (líticos, cerâmicos e históricos).

### ***Atividades direcionadas à comunidade escolar do município de Palestina de Goiás***

As atividades de Educação Patrimonial no município de Palestina de Goiás foram realizadas na Escola Estadual Ana Algemira do Prado, sob a direção da Sr. Vera Lúcia Gonçalves de Amaro.

A escola localiza-se na zona urbana sob as coordenadas UTM 22 K E 443682/N 8148693. A atividade foi realizada no dia 03/05/2013, no período vespertino, com a presença de alunos, professores e funcionários da instituição (lista de presença em anexo), sendo endereçada aos alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio.

Inicialmente, foi distribuído material impresso em forma de folder contendo informações pertinentes à atividade realizada pela equipe de arqueologia na área do empreendimento PCH Tamboril, e definições de conceitos na abordagem do patrimônio cultural e arqueológico.

A ocorrência de paredões com pinturas rupestres na região despertou grande número de questionamentos sobre o significado das pinturas. Outro assunto que bastante comentado foi o modo de vida das populações pré-históricas e a forma como o arqueólogo interpreta esses dados.

Depois de sanados todos os questionamentos, os participantes foram conduzidos para a exposição com amostras de objetos de referência do período pré-colonial e histórico.

Foi entregue à direção da Escola Estadual Ana Algemira do Prado cem folders "Conhecendo o patrimônio cultural através da arqueologia", para que esse material ficasse disponível da comunidade escolar.

### ***Atividade direcionada aos técnicos e trabalhadores da PCH Tamboril***

As atividades educativas direcionadas aos técnicos e trabalhadores do empreendimento, realizadas com apoio e logística dos Departamentos de Meio Ambiente e de Engenharia Civil, ocorreram no dia 04/05/2013, no refeitório do canteiro de obras, localizado sob as coordenadas UTM 22 K E 449036/N 8171303. Esta atividade contou com a participação dos funcionários da PCH Tamboril e da PCH Renic, devido à pequena distância entre as duas obras e teve a participação de funcionários de empresas terceirizadas, que naquele período estavam atuando na construção do empreendimento: Empreiteira Marinho Ltda.; Rodoterra Construções e Terraplanagem Ltda; Arcompeças; SM Sul e Cantina.

De acordo com as listas de presença (*em anexo*), estiveram presentes 70 funcionários da PCH Renic, 28 da PCH Tamboril, abrangendo diversos cargos e funções como: Armadores, Assistentes Administrativos, Enfermeiras, Bióloga, Técnicos em Enfermagem, Motoristas, Auxiliares de Serviços Gerais; Cozinheiros, Apontadores, Lubrificadores, Auxiliares de Topografia, Carpinteiros, Encarregados e obras, Serventes, Ajudantes, Operadores de Máquina, Técnico de Segurança do Trabalho e Pedreiros.

A atividade direcionada aos trabalhadores do empreendimento buscou abordar de forma clara e sucinta os aspectos da legislação que condicionam e estabelecessem os parâmetros legais a serem seguidos por empresas que desenvolvem atividades que venha possivelmente impactar o meio ambiente e, conseqüentemente, o patrimônio arqueológico. Na oportunidade, foram apresentadas as etapas de licenciamento às quais o empreendimento deve se ajustar: Diagnóstico Arqueológico; Levantamentos Prospectivos e Culturais e Resgate de Sítios Arqueológico. Também foram apresentados os tipos e características principais dos sítios arqueológicos levantados e resgatados nas áreas afetadas pelas duas PCHs.

Em um segundo momento, foi apresentado o material didático em forma de exposição, que incluiu diferentes artefatos arqueológicos (líticos, cerâmicos e

históricos). O mesmo material foi utilizado de maneira interativa, durante a palestra, no momento em que as abordagens se direcionaram para as tipologias e características dos sítios arqueológicos brasileiros, foram então utilizados alguns instrumentos para uma melhor correlação e percepção entre os participantes.

Foi observada considerável participação do público presente, haja visto que esses eram procedentes de vários estados e regiões brasileiras como: São Paulo, Sergipe, Maranhão, Mato Grosso, Pará, além de diversos municípios goianos, em principal Arenópolis, Palestina de Goiás, como também de Palmeiras, Piranhas, Goiânia, Minaçu dentre outros.

No momento em que a abordagem se direcionou para as tipologias de sítios existentes no Brasil e para as etapas de resgate já realizadas nos empreendimentos, alguns participantes manifestaram suas experiências, dizendo que já tinham visto cerâmicas e líticos nas regiões em que viveram ou trabalharam, o que levantou interesse por parte dos ouvintes.

Durante a exposição, buscou-se ressaltar as práticas de valorização e preservação do Patrimônio Cultural, citando procedimentos adequados no caso de identificação de vestígios arqueológicos.

Em linhas gerais, o interesse do público esteve voltado aos tipos de materiais arqueológicos resgatados na região; nas definições de sítios, principalmente, os sítios líticos e de arte rupestre, visto que a região é uma referência na arqueologia brasileira.

A participação desse público se justifica por serem profissionais em contato direto com o espaço físico a ser transformado pela implantação das pequenas centrais hidroelétricas.

**PCH TAMBORIL**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

**MUNICÍPIO DE ARENÓPOLIS-GO**

**AÇÕES EDUCATIVAS - ESCOLA ESTADUAL ALFREDO NASSER**



**ESCOLA ESTADUAL ALFREDO NASSER**



**FIXAÇÃO DE BANNERS**



**REUNIÃO COM A DIREÇÃO DA ESCOLA**



**APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS**



**PÚBLICO PARTICIPANTE**



**EXPLANAÇÃO DAS TIPOLOGIAS DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS REGIONAIS**



**APRESENTAÇÃO DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO - EXPOSIÇÃO DIDÁTICA**

FORTE: GRIPHUS, 2013

Prancha 21: Educação Patrimonial realizada na Escola Estadual Alfredo Nasser, Arenópolis

**PCH TAMBORIL**  
**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**  
**MUNICÍPIO DE PALESTINA DE GOIÁS-GO**  
**AÇÕES EDUCATIVAS - ESCOLA ESTADUAL ANA ALGEMIRA DO PRADO**



**DIREÇÃO DA ESCOLA APRESENTANDO A EQUIPE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**



**PÚBLICO PARTICIPANTE**



**EXPOSIÇÃO ORAL AO PÚBLICO PARTICIPANTE**



**APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS**



**EXPOSIÇÃO DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO**



FONTE: GRIPHUS, 2013

Prancha 22: Educação Patrimonial realizada na Escola Estadual Ana Algemira do Prado, Palestina de Goiás



**PCH TAMBORIL**  
**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**  
**ATIVIDADES EDUCATIVAS NO CANTEIRO DE OBRAS**

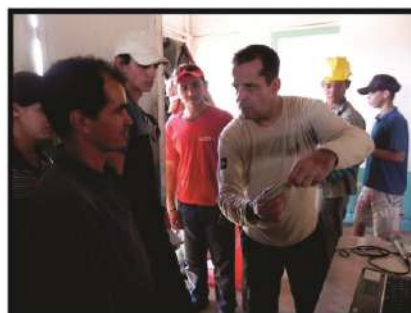


**CANTEIRO DE OBRAS DE PCH**



**APRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE AOS  
TÉCNICOS E TRABALHADORES**

**FOLDER INFORMATIVO**



**PÚBLICO PARTICIPANTE**

**APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO**



**ATIVIDADE EDUCATIVA DIRECIONADA AOS TRABALHADORES DO EMPREENDIMENTO**

FONTE: GRIPHUS, 2013

Prancha 23: Educação Patrimonial realizada no Canteiro de Obras

### **13. GUARDA DO MATERIAL**

O material arqueológico proveniente dos sítios arqueológicos Tamboril e Vaca Morta, localizados no município de Palestina de Goiás foi devidamente acondicionado e será encaminhado para as salas de guarda do Instituto do Homem Brasileiro.

A organização do material arqueológico foi norteada por metodologias que pudessem fornecer dados claros e seguros, e acondicionamento adequado ao acervo, de modo que possa ser acessado por meio das listagens que o acompanham.

Os procedimentos metodológicos de organização do acervo seguiram os seguintes procedimentos:

- numeração sequencial das peças feita com tinta nanquim;
- registro das peças em ficha de inventário em ordem de numeração sequencial
- anexação de etiqueta junto ao material arqueológico com informações da procedência de campo para facilitar futuras consultas (Nome do sítio, etapa da pesquisa, georreferenciamento das peças; designação da intervenção; nível onde as peças foram encontradas);
- organização das coleções por sítios arqueológicos e, dentro dos sítios, por natureza dos materiais arqueológicos;
- adequação do acondicionamento às condições de fragilidade e conservação de cada material.

Os procedimentos de organização do acervo pretendeu dar condições para que este possa ser utilizado em outros estudos acadêmicos, científicos ou ainda em exposições museológicas.

## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

Como vimos ao longo deste Relatório final, devido à implantação desta PCH, foi realizada uma primeira etapa de levantamento arqueológico que identificou sítios arqueológicos. Diante do risco eminente de destruição do patrimônio decorrente do fato do empreendimento estar no início do processo de implantação procedeu-se o resgate arqueológico dos sítios localizados na ADA do empreendimento.

Conforme já foi mencionado, em escala regional esta área parece ter sido território de caçadores coletores que ocupavam o entorno dos rios próximos a fontes de matéria-prima para o lascamento. Alguns desses sítios deixaram sinais de toda uma sequência técnica da produção de artefatos característica de planos-convexos. Estas indústrias líticas poderiam estar relacionadas ainda aos sítios abrigados estudados a partir do Projeto Caiapônia (SCHMITZ, 1987). Conforme anteriormente mencionado, os planos-convexos foram associados à produção Tecno-Complexo Itaparica.

Apesar das análises não serem conclusivas elas demonstram o potencial da área dentro da abordagem regional de grupos caçadores coletores que foram sucedidos por agricultores ceramistas.

Evidentemente que esta é apenas uma das interpretações possíveis para a área em questão. Novas pesquisas podem reafirmar ou mesmo alterar os cenários ocupacionais definidos. Neste sentido os trabalhos de levantamento e resgate, que contaram com total apoio dos empreendedores, permitiu a salvaguarda do patrimônio arqueológico e a possibilidade de se reassessar a qualquer momento todo o conhecimento que foi produzido.

Como temos, o conhecimento sobre os processos de ocupação humana, mesmo que fragmentado, da área diretamente afetada pela implantação da PCH Tamboril, só foi possível graças aos trabalhos de

levantamento e resgate. Visto que os trabalhos associados ao resgate arqueológico na área da PCH Tamboril associada às pesquisas realizadas na PCH Renic permitiram o conhecimento das dinâmicas de ocupação humana na região bem como e principalmente a salvaguarda do patrimônio envolvido, de acordo com a Portaria IPHAN nº230 que dispõe sobre as normas para o licenciamento ambiental no que tange à arqueologia.

Em virtude dos fatos acima expostos de maneira sucinta, e embasados no resultado do levantamento prospectivo e resgates preventivos, realizados nessas áreas, solicitamos a liberação das mesmas para licença de operação do empreendimento no que concerne ao Patrimônio Arqueológico e Cultural, em conformidade com os preceitos da Portaria IPHAN nº 230 de 17/12/2002, que tem como foco a apreciação e o acompanhamento das pesquisas arqueológicas, destacando os procedimentos necessários para a obtenção das licenças ambientais, compatibilizando os interesses das esferas públicas na proteção do Ambiente Cultural, sendo que o posicionamento final deve ser dado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Respeitando a autoridade do IPHAN, como órgão que representa e assegura a proteção do patrimônio arqueológico, aguardamos a deliberação sobre as ações que poderão ser empreendidas nesse sentido.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

- ARNOLD, D. E. **Ceramic theory and cultural process**. CUP, Cambridge, 1985.
- ATAÍDES, J. M. A chegada do colonizador e os Kayapó do Sul. IN: **Índios de Goiás: Uma perspectiva histórico-cultural**. Editora da UCG. Goiânia, Goiás, 2006.
- ATAÍDES, J. M. **Sob o signo da violência: Colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central**. Editora da UCG. Goiânia, Goiás, 1998.
- BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil. Brasília/Goiás**. Goiânia: CODEPLAN/UCG, 1988.
- BORDIGNON, M. **Róia e Baile: Mudança Cultural Bororo**. Campo Grande: UCDB, 2001.
- CASTILHO, M. A. **Os índios Bororo e os salesianos na missão dos Tachos**. Campo Grande: UCDB, 2000.
- CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- COLBACCHINI, P. A. e ALBISETTI, P. C. **Os Bororos Orientais, Orarimogodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso. São Paulo, SP: Companhia e Editora nacional, 1942.**
- COQUEIRO, F. **Meruri na visão de um ancião Bororo: Memórias de Frederico Coqueiro**. Campo Grande: UCDB, 2001.
- COSTA, K. **Meia Ponte: Impactos sócio-ambientais da mineração de ouro na província de Goiás 1881-1887**. (Dissertação de Mestrado). Brasília: UNB, 1995.
- CROCKER, C. Reciprocidade e Hierarquia entre os Borôro Orientais. IN: SCHADEN, Egon. **Leituras de Etnologia Brasileira**. Cia Editora Nacional, São Paulo, SP, 1976.

DANTAS, V.J.; LIMA, T. A. **Pausa para um banquete: análise de marcas de uso em vasilhames pré-histórico do Sítio Justino, Canindé do São Francisco, Sergipe.** São Cristóvão: MAX-UFS, PETROBRAS, CHESF, 2006.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus Municípios.** Secretaria de Educação. Cuiabá, Mato Grosso. 2001.

FUNES, E. A. Goiás 1800-1850: **Um período de transição da mineração à agropecuária.** Goiânia: Ed. UFG, 1986.

ALMEIDA, F.; ARAÚJO, A. C. e AUBRY, T. Capítulo 8: Paleotecnologia lítica: dos objetos aos comportamentos. In: **Paleotecnologia lítica: dos objectos aos comportamentos.** Lisboa: Núcleo de Paleotecnologia, 2001.

BOËDA, E. Détermination des unités techno-fonctionnelles de pièces bifaciales provenant de la couche acheuléenne C3 base du site de Barbas I, in D. Cliquet (dir.), Les industries à outils bifaciaux du Paléolithique moyen de l'Europe occidentale. **Actes de la table ronde internationale organisée à Caen (Basse-Normandie – France) - 14 et 15 octobre 1999,** ERAUL, Liège, pp. 51-75, 2001.

NOVAIS CAIUBY, S. "As casas na organização social do espaço Bororo". In: NOVAIS CAIUBY, Silvia (org.). **Habitacões Indígenas.** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

GOVERNO DE GOIÁS. **Mapa geológico do estado de Goiás e Distrito Federal,** UNB: Brasília, 2000.

FERREIRA, J. A. **Notícia sobre os índios de Mato grosso.** Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

FOGAÇA, E. e LOURDEAU, A. Uma Abordagem Tecno-Funcional e Evolutiva dos Instrumentos Plano-Convexos (lesmas) da Transição Pleistoceno/Holoceno no Brasil Central. **Fundamentos VII,** Anais do II Simpósio Internacional "O Povoamento das Américas", dezembro, 2008.

HORTA, M. de L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999, p.6.

INIZAN, M-L.; REDURON, M.; ROCHE, H.; TIXIER, J. **Techonologie de la Pierre Taillée**. Meudon: CREP, 1995.

**MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJU**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia/ Fundação Pró Memória. Rio de Janeiro, RJ, 1984.

MELLO, P. J. de C. Capítulo 2: O que a técnica tem a nos ensinar ? In: **Análise de Sistemas de Produção e da Variabilidade Tecno-Funcional de Instrumentos Retocados**: As Indústrias Líticas de sítios a céu aberto do Vale do Rio Manso (MT-BR). Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUC-RS. pp. 42-101, 2005.

NASCIMENTO, M. A. L. S. Geomorfologia do Estado de Goiás. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia: UFG, 1991.

POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. Editora da universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1976.

PROUS, A.; ALONSO, M.; PILÓ, H.; XAVIER, L.; LIMA, A.; SOUZA, G. Os machados pré-históricos no Brasil: descrição de coleções brasileiras e trabalhos experimentais, fabricação de lâminas, cabos, encabamento e utilização. **Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, n. 2, Canindé de São Francisco: UFS, 2002, pp. 161-236.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB. 1992.

RIBEIRO, B. G. **Suma etnológica brasileira**, volume 2. Editor, Darcy Ribeiro. Ed. Vozes 1986.

RIBEIRO, J. F. e WALTER, B. M. T. (Fitofisionomias do bioma cerrado. In: SANO, S. M. e ALMEIDA, S. P. (Ed.) **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina. 1998.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. (2007). O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado. PDF. Disponível em: [ar/libros/ecologia/ribeiro](#). Acesso 11/02/08

RIZZINI, C. T. 1979. **Tratado de Fitogeografia do Brasil**. Editora Hucitec – Edusp. São Paulo.

RICE, P. M. Overview and prospect. In: **Pots and potters**. Los Angeles, Institute of Archaeology, University of California, 1984.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à província de Goiás**. Editora da universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1975.

SCHADEN, E. **Leituras de Etnologia Brasileira**. Cia Editora Nacional, São Paulo, SP, 1976.

SCHMITZ, P. I. **Caiapônia: arqueologia nos cerrados do Brasil Central**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, UNISINOS, 1986.

SINOPOLI, C. M. **Approaches to Archaeological Ceramics**. New York: Plenum Press, 1991.

SORESSI, M.; GENESTE, J-M. Special Issue: Reduction Sequence, Chaîne Opératoire, and Other Methods: The Epistemologies of Different Approaches to Lithic Analysis. **PaleoAnthropology**, pp. 334–350, 2011.

TELLES, M. A. **Relatório final do Projeto de Levantamento do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área Diretamente Afetada pela implantação da PCH Jacaré – municípios de Arenópolis e Iporá – GO**. Goiânia: GRIPHUS, 2013 a.

TELLES, M. A. **Relatório final do Projeto de Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta da PCH Santo Antônio: Arenópolis, Palestina de Goiás e Ivolânida - GO**. Goiânia: GRIPHUS, 2013 b.



TELLES, M. A. **Relatório final do Projeto de Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta da PCH Renic:** Arenópolis, Palestina de Goiás - GO. Goiânia: GRIPHUS, 2013 c.

TELLES, M. A. **Relatório final do Projeto de Levantamento e Patrimônio Arqueológico da Área de Influência Direta da PCH Tamboril nos Municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás, GO.** Goiânia: GRIPHUS, 2010.

VIERTLER, R. B. **A duras penas:** um histórico das relações entre índios Bororo e "civilizados" no Mato Grosso. Universidade de São Paulo, SP, 1990.

\_\_\_\_\_. A formação da sociedade Bororo: mitologia e considerações etno-históricas. In: **Revista de Antropologia.** Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1986.

\_\_\_\_\_. **A refeição das almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo, Mato Grosso.** Hucitec/Edusp, São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. Contribuições arqueológicas etno-arqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. IN: **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

WÜST, I. **Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás – tentativa de análise espacial.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo/ Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1983.

WÜST, I. **Continuidade e mudança. Para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo/ Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1990.

## Home pages

[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Leal\\_CRAA.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Leal_CRAA.pdf), acesso em 25 de Agosto de 2013.

<http://www.goiania.go.gov.br/html/seplam/index.htm>, acesso em 19 de Agosto de 2013

[www.biblioteca.ibge.gov.br](http://www.biblioteca.ibge.gov.br) , acesso em 19 de Agosto de 2013.

<http://www.socioambiental.org/pib/epi/kayapo>, acesso em 22 de junho de 2013

<http://www.apsp.org.br/saudesociedade> , acesso em 22 de junho de 2013

[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/indio\\_brabo.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/indio_brabo.pdf), acesso em 22 de junho de 2013

<http://www.socioambiental.gov.br>, acesso em 22 de junho de 2013

<http://www.funai.gov.br>, acesso em 22 de junho de 2013

Perfil demográfico dos índios Bororo de Mato Grosso, 1993-1996. Disponível em:[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_825.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_825.pdf), acesso em 22 de junho de 2013

# *ANEXOS*



Nº 43, terça-feira, 5 de março de 2013  
Ministério da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL  
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO  
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA No - 11, DE 4 DE MARÇO DE 2013

Projeto: Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de  
Influência Direta da PCH Tamboril

Anexo I nº 24 - Processo nº. 01516.001923/2011-01 - Arqueólogo Coordenador: Márcio Antônio Telles, Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro, Área de Abrangência: Municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás, Estado de Goiás, Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I -Expedir PERMISSÃO sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I desta Portaria.

II -Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II desta Portaria.

III -Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo III a esta Portaria.

IV -Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V -Condicionar a eficácia das presentes permissões, auto rizações e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

VI -Os Relatórios e quaisquer outros materiais provenientes das pesquisas abaixo relacionadas ficam obrigados a inserir a logomarca do Iphan, conforme Marca e Manual de Aplicação disponível no endereço eletrônico [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).


VII -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

GRIPHUS CONSULTORIA LTDA						
PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PCH TAMBORIL						
FICHA DE NUMERAÇÃO DE MATERIAL CERÂMICO						
SÍTIO TAMBORIL			SIGLA : TA			
Sondagem	UTM		Nível	Nº Inicial	Nº Final	Frag. S/N
	X	Y				
TB-07	446360	8172336	0-10	1	1	0
TB-07	446360	8172336	10-20	2	3	0
TB-08	446422	8172361	0-10	4	7	5
TB-08	446422	8172361	10-20	8	16	16
TB-12	446487	8172281	0-10	17	17	1
TB-13	446501	8172267	0-10	18	19	0
TB-14	446516	8172247	0-10	20	20	0
TB-14	446516	8172247	10-20	21	21	1
TB-15	446534	8172228	0-10	22	25	4
TB-16	446553	8172212	0-10	26	26	0
TB-18	446585	8172171	0-10	27	28	7
TB-19	446602	8172153	0-10	29	44	12
TB-19	446602	8172153	10-20	45	48	9
TB-19	446602	8172153	20-30	49	50	3
ATBA-19	446557	8172110	0-10	51	63	18
ATBA-19	446557	8172110	10-20	64	68	4
ATBA-19	446557	8172110	20-30	69	69	0
ATBA-19	446557	8172110	30-40	70	70	0
ATBB-19	446556	8172110	10-20	71	89	12
ATBB-19	446556	8172110	0-10	90	104	18
ATBB-19	446556	8172110	20-30	105	114	0
ATBB-19	446556	8172110	30-40	115	120	0
ATBC-19	446556	8172111	0-10	121	142	13
ATBD-19	446556	8172111	10-20	143	146	2
ATBD-19	446557	8172111	0-10	147	154	8
ATBD-19	446557	8172111	10-20	155	159	2
ATBD-19	446557	8172111	20-30	160	170	6
ATBD-19	446557	8172111	30-40	171	171	0
ATBD-19	446557	8172111	40-50	172	172	0
TB-20	446612	8172142	0-10	173	173	2
TB-21	446632	8172116	0-10	174	174	0
TB-21	446632	8172116	10-20	175	175	0
TB-26	446715	8172018	0-10	176	177	0
TB-28	446747	8171984	0-10	178	179	0
TB-28	446747	8171984	10-20	180	180	0
TB-33	446827	8171890	10-20	181	181	0
TB-34	446584	8172136	0-10	182	182	0

TB-36	446547	8172100	0-10	183	183	0
TB-37	446530	8172119	0-10	184	184	0
TB-40	446553	8172173	0-10	185	185	1
TB-41	446530	8172157	10-20	186	186	0
TB-46	446620	8172208	0-10	187	188	0
TB-33	446656	8172224	0-10	189	189	0
TB-34	446656	8172241	10-20	190	190	0
TB-35	446673	8172257	0-10	191	192	1
TB-36	446710	8172294	0-10	193	193	0
TB-37	446398	8172344	0-10	194	194	1
TB-38	446386	8172388	10-20	195	195	0
TB-39	446442	8172433	0-10	196	196	0
TB-40	446462	8172449	0-10	197	197	0

<b>GRIPHUS CONSULTORIA LTDA</b>						
<b>PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PCH TAMBORIL</b>						
<b>FICHA DE NUMERAÇÃO DE MATERIAL LÍTICO</b>						
<b>SÍTIO Tamboril</b>				<b>SIGLA TA</b>		
<b>SONDAGEM</b>	<b>UTM</b>		<b>NÍVEL</b>	<b>Nº INICIAL</b>	<b>Nº FINAL</b>	<b>S/ NUMERAR</b>
	<b>X</b>	<b>Y</b>				
TB-35	44656	8172117	2	1	1	
TB-73	446442	8172433	1	2	2	
ATB-A	446557	8172110	3	3	3	
ATB-B	446556	8172111	1	4	4	
ATB-C	446556	8171111	1	5	5	



GRIPHUS CONSULTORIA LTDA						
PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PCH TAMBORIL						
FICHA DE NUMERAÇÃO DE MATERIAL LÍTICO						
SÍTIO Vaca Morta			SIGLA VM			
SONDAGEM	UTM		NÍVEL	Nº INICIAL	Nº FINAL	S/ NUMERAR
	X	Y				
VM-35	447771	8171448	1	1	1	
VM-47	447434	8171358	3	2	6	2
VM-A	447408	8171369	2	7	11	
VM-B	447407	8171369	1	12	12	
VM-B	447407	8171369	2	13	18	
VM-C	447407	8171370	1	19	19	
VM-C	447407	8171370	2	20	27	9
VM-D	447408	8171370	2	28	34	

GRIPHUS CONSULTORIA LTDA						
PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PCH TAMBORIL						
FICHA DE NUMERAÇÃO MATERIAL CERÂMICO						
SÍTIO VACA MORTA			SIGLA -VM			
SONDAGEM	UTM 22 K		NÍVEL	Nº INICIAL	Nº FINAL	S/NUMERAR
	X	Y				
VMA	447408	8171369	0-10	1	5	3
VMA	447408	8171369	10-20.	6	15	7
VMB	447407	8171369	0-10	16	16	0
VMB	447407	8171369	10-20.	17	24	0
VMC	447407	8171370	0-10	25	30	1
VMC	447407	8171370	10-20.	31	48	18
VMD	447408	8171370	0-10	49	69	12
VMD	447408	8171370	10-20.	70	85	22
VM-8	447572	8171666	10-20.	86	87	0
VM-10	447590	8171615	10-20.	88	88	0
VM-23	477684	8171307	0-10	89	92	3
VM-24	447690	8171285	0-10	93	93	0
VM-25	447654	8171220	0-10	94	96	4
VM-25	447654	8171220	10-20.	97	97	0
VM-26	447212	8171211	10-20.	98	98	3
VM-26	447212	8171211	20-30	99	99	0
VM-33	447719	8171437	0-10	100	100	1
VM-34	447745	8171442	0-10	101	101	0
VM-35	447771	8171448	0-10	102	106	0
VM-35	447771	8171448	10-20.	107	107	0
VM-47	447434	8171358	10-20.	108	108	2

VM-48	447406	8171352	0-10	109	110	0
VM-52	447306	8171338	0-10	111	111	0
VM-55	447448	8171419	0-10	112	112	0
VM-56	447444	8171445	0-10	113	115	0
VM-56	447444	8171445	10-20.	116	116	0
VM-60	447454	8171371	0-10	117	120	0
VM-63	447469	8171299	0-10			1



## LISTA DE PRESENÇA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESCOLA ALFREDO NASCER

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL			
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta das PCH Tamboril e PCH Rênic – Arenópolis e Palestina de Goiás – GO			
Data: 02/05/13 Unidade Escolar: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO NASCER ARENÓPOLIS-GO			
	NOME	IDADE	ANO
01	Jéssica Caetano S. da Silva	16	2013
02	Thayane Rodrigues Araújo	16	1º
03	Thayane Rodrigues Araújo	17	2º ano "B"
04	Eliene C. Rodrigues	28	3º "B"
05	Isamara Gomes Duarte	17	3º ano "B"
06	Juliana Pereira Santos	27	3º ano "B"
07	Andréa Freitas	16	3º ano "B"
08	Nara Nayane Ary Barroso	16	3º ano "B"
09	Mayra Marques Oliveira	16	3º ano "B"
10	Darlene Ferreira Santos	16	1º ano "B"
11	Leudmilla Dias dos Santos	17	1º ano "B"
12	Beatriz Anália Macedo Silva	16	2º Ano "B"
13	Larissa Rodrigues Machado	17	2º Ano "B"
14	Luizmaria Matias de Almeida	15	2º Ano "B"
15	Diogo D. de Oliveira	17	3º Ano "B"
16	Leonardo B. Santos Leite	15	2º ano "B"
17	Mateus Antonio Silva Leite	15	2º ano "B"
18	Thayane B. de Oliveira	15	2º Ano "B"
19	Sago Rodrigues dos Santos	17	2º ano "B"
20	Thayane Rodrigues Araújo	14	3º ano B
21	Carlaene Martins Goulart	14	1º ano B
22	Wilitânio A. Oliveira	18	1º ano B
23	Humberto Salvo A. Cruz	14	1º ano B

	NOME	IDADE	ANO
24	Roberto Carlos dos Santos	15	1º ano
25	Elson Eduardo J.P. Santos	14	1º ano
26	Jordana Rodrigues de Paula	14	3º ano "B"
27	Guinara Nunes de Lima	16	2º ano
28	Alcineia Sargela de Sales de Freitas	15	2º ano "B"
29	Stephane Nunes de Lima	15	2º Ano "B"
30	Nathália Cavurrel Pires	16	3º ano "B"
31	Luzmaria Martins	21	1º ano
32	Roberto Nunes de Jesus	17	3º ano "B"
33	Roberto Luiz Duarte	16	3º ano "B"
34	Luciana Nete de Oliveira	16	1º Ano "
35	Halder Rodrigues Mendes	16	3º ano
36	Erinego Renato de Castro	14	1º ano
37	Luciano Francisco Martins	18	1º ano
38	Rafael Souza Silva	17	1º ano
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
48			
49			

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL			
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta das PCH Tamboril e PCH Rênic - Arenópolis e Palestina de Goiás - GO			
Data 02/05/13. Unidade Escolar: E.E. ALFREDO NASCIMENTO ARENÓPOLIS-GO			
	NOME	IDADE	ANO
	Leonor G. d. Santos	13	8º ano
	Wellington Aguiar dos Anjos	13	8º ano B
	Lygia Henrique B. de Costa Silva	13	8º ano B
	Felipe Miranda dos Santos	13	8º ano B
	Romário Jesus dos Santos Seal	12	7º ano B
	Wilgner Charles dos Anjos	12	7º ano B
	Marite Cristiane de Jesus	13	6º ano B
	Gabriella Macedo da Silva	11	6º ano B
	Estela M. R. do O	11	6º ano B
	Gabriele R Garcia	11	6º ano B
	Bruna R da Cruz	11	6º ano "B"
	Érica Gomes de Sousa	10	6º ano "B"
	Ingrid Glaiane Xavier da D	11	6º ano "B"
	Tamary Rosanna F. de Jesus	13	9º ano "B"
	Isuanna Cristina Aguiar	15	9º ano "B"
	Ana Caroline Leite Sousa	13	6º ano "B"
	Cláudio Thiago Lima	16	9º ano "B"
	Marcelo Augusto	11	6º ano A
	Gabriel B. Santos	13	8º "A" -
	Sara Pereira Silva	13	8º "A"
	Schyllo Cristiane Almido C	12	8º "A"
	Ismael Alves Martins	12	8º "A"
	Ricardo Uelito Bueno	14	6º "A"

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL			
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta das PCH Tamboril e PCH Rênic - Arenópolis e Palestina de Goiás - GO			
Data: 02/05/13 Unidade Escolar: E.E. Alfredo Vasquez ARENÓPOLIS-GO			
	NOME	IDADE	ANO
	Leonardo Reis Nogueira Vilela	12	8º ano A
	Vagner Almeida Costa	12	6º ano Bº
	Paulo Franco	12	6º ano Bº
	matheus lucas		
	Sury Lopes	13	8º ano Bº
	Ronaldo		
	Vanderlei Demisio Souza	15	8º ano Bº
	Eleson Honorato de S. L. Filho	13	8º ano Bº
	matheus lucas de S. J. Maciel	13	8º ano B"
	Alessandro Vilela	16	8º ano B
	Digimerzen Araujo Santos	15	8º ano B
	Marcel Alves dos Santos	14	8º ano B
	Carlos Eduardo Araujo	12	8º ano B
	Wellington Lacerda dos Santos	11	6º ano B"
	Elivaldo Filho de R. Almeida	12	8º ano B
	Wesley Sotomayor R. de Souza	14	8º ano B
	Priscila Araujo Santos	13	8º ano B
	Jaqueira de Sousa Araújo	12	8º ano "B"
	Thata Taurone C. de Aguiar	16	8º ano "B"
	Emmanuel Roma Magalhães	17	8º ano "B"
	matheus		9º ano "B"
	Erilda M. Santos Silva	14	9º ano "B"
	Luciana R. da Cruz	14	9º ano "B"

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL			
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta das PCH Tamboril e PCH Rênic - Arenópolis e Palestina de Goiás - GO			
Data: 02/05/13. Unidade Escolar: E.E. Alfredo Vascel ARENÓPOLIS-GO			
	NOME	IDADE	ANO
	dominense pereira dos Santos	12	7º B"
	matheus santo dos Reis Oliveira	12	7º B"
	Lucas Batista Santos Leite	12	7º B"
	Leandro Agostinho dos Santos	12	7º B"
	Alcyr Messias Soares Rap	13	7º B"
	Goianilson Cunha Sibrá	12	7º B"
	Milaine Batista Gomeles	12	7º B"
	Anny Francilly T. de S.	13	7º B"
	Láira R. Sibrá Costa	12	7º B"
	João Victor da Costa	12	7º B"
	Eduardo Rezende Nunes	12	7º B"
	<del>Matheus Miranda</del>	16	9º B"
	Roberto Guedes V.B. Machado	13	9º B"
	Felipe Menez de Souza	15	9º B"
	Wanderlino P. B. Santos	17	9º B"
	Guilherme N. de Oliveira	17	9º B"

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL			
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta das PCH Tamboril e PCH Rênic – Arenópolis e Palestina de Goiás – GO			
Data: 07/05/13. Unidade Escolar: E.E. Alfredo Mascena ARENÓPOLIS-GO			
	NOME	IDADE	ANO
	Jorge do Al. Rodrigues dos Santos	14	9º ano "B"
	Kallin Cristina R. Garcia	14	9º "B"
	Ronaldo Alves Silva	13	9º "B"
	Francy Karolina F. de Jesus	13	9º "B"
	Suenny Cristina Guimarães	13	9º "B"
	Jonny Rodrigues de S.	14	9º "B"
	Allen Karle R. Duarte	13	9º B
	Thomaz Bueno dos Santos	17	9º B
	Válter Junior dos Santos	16	9º B
	Gustavo Oliveira Louço	14	9º B
	Gustavo Eurvinel Pires	14	9º A
	Laureno Malheiro Ferruzo	14	9º B

**PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

*Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta das PCH Tamboril e PCH Rênic – Arenópolis e Palestina de Goiás – GO*

Data: 02/05/13. Unidade Escolar: E. E. ALFREDO KASCH ARENÓPOLIS-GO

	NOME	IDADE	ANO
	Maryna Alves Pereira	14 anos	9º ano B
	Dandara Santos Miranda	15 anos	9º ano B
	Esterson Paulo Bussno de Amoraiz	15 anos	9º ano B
	Bruno Henrique Melo Sob	15 anos	9º ano B
	Cláudio Aguiar da Silva Lima	16 anos	9º ano B
	Pedro Domingos de Jesus	13 anos	9º ano B
	Wesley Samierick da Silva	14 anos	9º ano B
	Sarah Livia Chagas Santos	14 anos	9º ano B
	Claudio Araujo Lima	16 anos	9º ano "B"

## LISTA DE PRESENÇA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

### ESCOLA ANA ALGEMIRA DO PRADO

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL			
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta das PCH Tamboril e PCH Rênic - Arenópolis e Palestina de Goiás - GO			
Data: 03/05/13. Unidade Escolar: E. E. Ana Algemira do Prado			
Palestina de Goiás-GO			
	NOME	IDADE	ANO
01	Stirele Moreira da Silva	13	5º ano
02	Yana Lúcia de Jesus Ferreira	13	1º ano
03	Margara Airlina Silva Ferreira	13	1º ano
04	Jakeline Nascimento Sousa	15	1º ano
05	Gabriela Gonçalves Pereira Sousa	15	1º ano
06	Rebemerson F. Rodrigues	16	1º ano
07	Da Oliveira Bruno	15	1º ano
08	Geonne Karla Silva dos Santos	16	1º ano
09	Lucas Regis Bueno Souza	16	5º ano
10	Millena Dutra Rodrigues Oliveira	15	3º ano
11	Viviane Alves Ferreira	15	1º ano
12	Marcelo Cardoso Moura de Aguiar	15	1º ano
13	Mathews Felizardo Vieira	15	1º ano
14	NILLENIA GOMES ANDRADE	13	1º ano
15	MARCOS HENRIQUE TOMAIS DE JESUS	14	1º ano
16	Nilton Carlos Cunha Naciu	15	1º ano
17	Adriana Alves Silva	16	3º ano
18	Fan Araújo da Visitação	16	3º ano
19	Luukimar Guerreiro de Moraes	14	1º ano
20	Jonathan Vieira Leite	23	1º ano
21	Jane Leite Santos	22	1º ano
22	Lidiane Araújo da Visitação	18	2º ano
23	Édais de Jesus Bueno	17	3º ano



	NOME	IDADE	ANO
24	Georoma Nunes Lima	16	3º ano
25	Márcia Almeida Mendes de J.	16	3º ano
26	Georoma Soares da Silva	16	3º ano
27	Joyce Silva de Jesus	17	3º Ano
28	Mony Karolina Bangline Souza	19	2º Ano
29	Michelle Alves de Jesus	15	2º Ano
30	Daura Eloyze Souza Londero	15	2ª ano
31	Paulo Ricardo Peres Bueno	17	2º ano
32	Fabiane Dilela Juliao	17	3º Ano
33	Nabio Ulisses Silva Ferreira	15	2º Ano
34	Caixa Patricia Bueno	16	2º Ano
35	Andressa Iluzia Bueno	16	2º Ano
36	Thais Rodrigues	17	3º Ano
37	Dioromay Filipe M. dos Santos	16	3º Ano
38	Keterson William N. Pinas	17	2º Ano
39	Thayson Alves Ribeiro	16	2º Ano
40	Michael Faundes da Silva	17	2º ano
41	Leonardo Sousa Cavarel	15	2º Ano
42	Henrique Rodrigues da Silva	46	Professor
43	Elza Leoni da Silveira Souza	59	Professora
44	Leandro Alves Barros	17	2º A
45	Dijordy Beyond dos Santos	16	2º ano
46	Maiana Franciele do Melo Ribeiro	17	Bidoga
48			
49			

### TERMO DE RECEBIMENTO

Eu, Fernanda F. Guerra da Silva  
funcionário (a)/gestor (a), da (o) Ed. Est. Alfredo Nasser,  
declaro para os devidos fins que recebemos a quantia de 20 exemplares da  
cartilha "*Conhecendo o Patrimônio Cultural através da Arqueologia*" elaborado  
pelos empreendimentos: PCH Renic e Tamboril através de sua empresa  
consultora em Arqueologia a Griphus Consultoria LTDA.

Por ser verdade dato e assino.

Arenópolis, 02 de maio /abril/2013

Fernanda F. Guerra Silva

## LISTA DE PRESENÇA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL TRABALHADORES DO EMPREENDIMENTO

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL			
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênie - Arenópolis e Palestina de Goiás - GO			
Trabalhadores dos Empreendimentos			
Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Marcos Augusto Marais Sousa	24 anos	Assistente Departamento de Pessoal	Piranhas
Vanessa Boverde	26 anos	Enfermeira	Fernandópolis / GP
SILMAR GOMES SILVEIRA	55 ANOS	ADMINISTRADOR	AMORINÓPOLIS - GO
Phyllon Alves Lima	21 Anos	Emprego	Arenópolis - GO
Maiara Francielle de Melo Ribeiro	24 anos	Bióloga	Ipocá
Lucélia Jorge Gonçalves Costa	36 anos	trab. emprego	Paléstina GO
Ézarel Rodrigues de Souza	34	lavrador	Piranhas - GO
Walter Senecio Santos	28	Mateirista	Ipocá
João Cordero da Silva	20 anos	lavrador	São Domingos - GO
Lucilene Mendes dos Santos	49 anos	aux. s. Gerais	Polmeiras GO
Chairino Rosa Santana	20	AUX. SERV. GERAIS	Arenópolis - Goiás
Hugo Araújo dos Santos	19 Anos	Apartador	Arenópolis - GO
Raulson da Silva Costa	18	Apartador	Estância - SE
SILMAR DOS SOUZA	43	x LUBRIFICADOR	AREANÓPOLIS G.O

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênie – Arenópolis e Palestina de Goiás – GO  
Trabalhadores dos Empreendimentos

Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Mirala Augusto Marais Soares	24 anos	Assistente Departamento de Geral	Piranhas
Vanessa Boverde	26 anos	Enfermeira	Fernandópolis / SP
SILMAR GOMES SILVEIRA	55 ANOS	ADMINISTRADOR	AMERINO POLIS - GO
Thylian Alves Lima	21 Anos	Emprego	Arenópolis - GO
Maiana Franciele do Melo Ribeiro	24 anos	Bióloga	Ipocá
Cauclia Jorge Gonçalves Costa	36 anos	Doc. emprego	Palastina GO
Ezrel Rodrigues de Souza	34	lavrador	Piranhas - GO
Walter Ferreira Santos	28	Mateirista	Ipocá
Joel Cordero da Silva	20 anos	Apropriador	São Domingos - GO
Wycilene Mendes dos Santos	49 anos	aux. S. Gerais	Palmeiras GO
Elaine Rosa Santana	20	AUX. SERV. GERAIS	Arenópolis - Goiás
Hugo Araújo dos Santos	19 Anos	Apropriador	Arenópolis - GO
Ranilson da Silva Costa	18	Apropriador	Estância - SE
SILMAR DOS XOLIEIRA	43	x LUBRIFICADOR	AREANO POLIS G.O

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênic - Arenópolis e Palestina de Goiás - GO  
Trabalhadores dos Empreendimentos

Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Luiz matias neto	19	AX. Topografo	Goiania
Primo do Mo Feijoa Lima	22	AX: topografo	Sergipe
José T. de Jesus O.	30	M. de Construção	
Clécio DO PIPA	58	MOTOBISTA	
Joséhon Alves de Carvalho	26	Carpinteiro	MA
Julio Esar migrioto	29	Carpinteiro	MA
Alcindo do Luis Santos	23	Carpinteiro	maranhão
Ayudo Nunes de Sousa	38	FEIXOR	MA
Amerigo Dias Pereira	45	Carpinteiro	MA --
Marcos M. de Sousa Neto	32	Carpinteiro	MA
Wlfrido Nunes	44	ENC. OBRAS	DUQUE DE CAXIAS RJ
Charles Aurelio Farias Mendes	32	evento	Pinheiro MA
MACINDEL PEREIRA	29	Carpinteiro	PINHEIRO MA
José Barcellos das Santas Lima	18	Ajudante	Sergipe

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênic - Arenópolis e Palestina de Goiás - GO  
Trabalhadores dos Empreendimentos

Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Baio matias neto	19	AX. Topografo	Goiania
<del>Pedro do Nascimento Lima</del>	22	AX: topografo	Sergipe
<del>Francisco de Jesus do</del>	30	M. de Constr. Civil	
Cleci do PIPA	58	MOTERISTA	
Jaime Alves de Carvalho	26	Carpinteiro	MA
Julio Cesar Miranda	29	Carpinteiro	MA
Alvaro do Luz Santos	23	Carpinteiro	Maranhão
Ayudo Nunes de Sousa	38	FEIXOR	MA
Amerigo Dias Pereira	45	Carpinteiro	MA - -
Mauro M. de Sousa Neto	32	Carpinteiro	MA
W. Pini Nunes	44	ENC. OBRAS	DUQUE DE CAXIAS RJ
Charles Aurélio Farias Mendes	32	evento	Pinheiro MA
MACINDEL PEREIRA	29	Carpinteiro	PINHEIRO MA
Jose Basilleisan das Santas Lima	28	Ajudante	Sergipe

DATA: 04/05/13

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênie – Arenópolis e Palestina de Goiás – GO  
Trabalhadores dos Empreendimentos

Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Eurton Juliano Lima varis	38	Azule	Sergipe
Antonio pavaos Sastos filho	25	Servete	poçao pedda
Yasé Luis P. dos Santos	44	Cuiadar	Pilheiro: Ma
Jose Dinando maira	53	Cuadai	Pilheiro: ma
Celi	48	operador	Rodoterun
Antonio Gomes do Filho	58	Partituro	miamu
Dominos Oleguete Maty	51	MOTORISTA	RODOTERA
Filmore Izidoro da Silveira	22	Azule	RODOTERA
José Filho Ribeiro Penes	26	ENCARREGA FLORESTAL e <sup>Bombiamento</sup>	Fora Goiás
GILVAN José DOS SANTOS	50	OPERADOR DE ESCAVADORA	FLORINA SP
Domidos Ferrirada Silveira	53	carpinteiro	SA Faterzorg

**PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênie – Arenópolis e Palestina de Goiás – GO  
Trabalhadores dos Empreendimentos

Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Eustan Juliano Lima varis	38	Azuleiro	Suripe
Antonio povoa Sator filho	25	Servete	poças pedras
Yasé Luis P. dos Santos	44	Cuidador	Pilheiroima
José Fernando Moreira	53	Umadai	Pilheiroima
Celi	48	operador	Rodoterren
Antonio Gomes do Filho	58	Porteiro	niame
Domíngos Oliveira Matos	51	MOTORISTA	RODOTERRA
Filmore Izidoro da Silva	22	A Zule	RODOTERRA
José Filho Ribeiro Penes	26	ENCARREGA FLORESTAL e <sup>Bombiamen</sup>	TERRA GOIÁS
GILVAN José DOS SANTOS	50	OPERADOR DE ESCAVADORA	FLORINA SP
Domíngos Ferriz da Silva	53	carpinteiro	SA Katherine Jaz



DATA: 04/05/13

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênie - Arenópolis e Palestina de Goiás - GO  
Trabalhadores dos Empreendimentos

Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Agustelo Baudina da Costa	25	Pedreiro	SAGOMATENCO - MI
ADEMAR BUENO DO ALMEIDA	46	MOTORISTA	ARENÓPOLIS - GO
FRANCISCO IVANILDO	32		
David Barbosa da Moura	37	Servente	
Jedmarci Bueno de Lima	19	Atendente de serviços gerais	Arenópolis - GO
Vagner Moreira dos Santos	27	Atendente de serviços gerais	Arenópolis - GO
LUIZ CARLOS PEREIRA PEREIRA	54	OPERADOR MPA	Campo Gerais MG
Frank Souza Silva	23	motorista	Ipêra - GO
Givaldo da Silva Neto	18	Servente	Cetipi
José Wagner de Souza Aguiar	19	Servente	Serzipe
Lucas dos Santos	23	Servente	Serzipe
Raimundo Venâncio M. Freitas	52	FEITOR DE CONCRETO	Vigia - PA
Francisco Bezerra Neto	19	Servente	Serzipe
Rebeca Pêloacini Colodante Silva	22	Cozinheira	Serzipe

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL			
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênic – Arenópolis e Palestina de Goiás – GO			
Trabalhadores dos Empreendimentos			
Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Agustão Bernardino da Costa	25	Pedreiro	SAGOMATENÇA - MS
ADEMAR BUENO DE ALMEIDA	46	MOTOPISTA	ARENÓPOLIS - GO
FRANCISCO IVANILDO	32		
David Barbosa da Moura	37	Servente	
Paulo Marcos Bueno de Lima	19	Auxiliar de serviços gerais	Arenópolis - GO
Vagner Moura dos Santos	27	Auxiliar de serviços gerais	Arenópolis - GO
GUIZ CARLOS <del>PEREIRA</del> PEREIRA	54	OPERADOR MAQ.	Campos Gerais MG
Frank Souza Silva	23	motorista	Ipêra - GO
Gilberto da Silva Neto	18	Servente	Catolândia
José Wagner de Souza Digenes	19	Servente	Serfópe
Lucas das Santas	23	Servente	Serfópe
Raimundo Renato M. Freitas	52	FELTOR DE CONCRETO	Vigia - PA
Francisco Beyer de Azevedo	19	Servente	Serfópe
Rebeca Polociano Colodante Silva	22	Cozinheira	Serfópe

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênic - Arenópolis e Palestina de Goiás - GO  
Trabalhadores dos Empreendimentos

Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Drauzo Dória Silva	23	capiteiro	Suzano
Jose R do N. de Freitas Calveira	23		
José Garcia das S. B	29	motorista Alameda	
Angelo Henrique de Campos	26	op Escavadeira	Aporá
Daniel H. Scheiffer	22	SUP. ALMOXARIFADO	Do Q. d. A.
KLEISMAR R. BASILVA	38	MOTORISTA	BARRA DO GARÇAS
Calde R. Souza	26	Motorista	Aracá
VELVIS S. RODRIGUES	30	motorista	Goiás
Murilo de Jesus da Silva	34	motorista	Goiás
Waldri Lopes Moura de Freitas	51	operador	Goiás
CRISTIANO DE COSTA	29	MOTONISTA	IPOROA
DEUZIMAR OLIVEIRA SILVA			
Carlos Cesar B. de Luz	27	REFORMISTADOR	Arenópolis
quilton Alves da Silva	31		

PÚBLICO PRESENTE NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da área de Influência Direta PCH Rênic – Arenópolis e Palestina de Goiás – GO  
Trabalhadores dos Empreendimentos

Nome	Idade	Profissão	Naturalidade
Damo Dória Silva	23	capiteiro	Serzpo
Jose Adonon de Freitas Almeida	23		
Jussii Garcia das S. B	29	motorista Alvanço	
Angelo Henrique de Campos	26	OP Escovadeira	Iporá
DAVID H. SCHEIFFER	42	SUP. ALMOXARIFADO	Wald. AP
KLEISMAR R. DA SILVA	38	MOTORISTA	BARRA DO GARÇAS
Colde R. Souza	26	Motorista	Praça
VELVIS S. RODRIGUES	30	motorista	GOIAS
Muracho, Daniel da Silva	34	motorista	GOIAS
Waldri Lopes Pereira de Freitas	51	operador	GOIAS
CRISTIANO DE CASTRO	29	MOTORISTA	IPOIRÁ
DEUZIMAR OLIVEIRA DA SILVA			
Carlos Cesar B. de Luz	27	REFORMISTAS	Arenópolis
Spilton Alves da Silva	31		

**TERMO DE RECEBIMENTO**

Eu, Diego Salomão Blanco  
funcionário (a)/gestor (a), da (o) Tamboril / Cornuiba,  
declaro para os devidos fins que recebemos a quantia de 300 exemplares da  
cartilha “*Conhecendo o Patrimônio Cultural através da Arqueologia*” elaborado  
pelos empreendimentos: PCH Renic e Tamboril através de sua empresa  
consultora em Arqueologia a Griphus Consultoria LTDA.

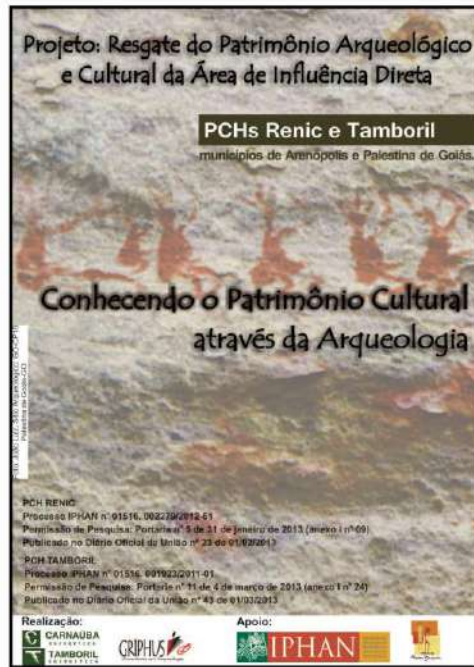
Por ser verdade dato e assino.

Arenópolis 04 <sup>Maio</sup> 2013



**PCH RENIC**

PRANCHA: FOLDER, TAMANHO 15X21 CM



CAPA

**Arqueologia**  
A Arqueologia busca entender as sociedades humanas passadas e os sistemas socioculturais a partir da cultura material e imaterial apropriada, transformada e consumida pelo homem.

**Sítio Arqueológico**  
Local onde se atesta a presença de sociedades humanas através da presença de vestígios materiais ou de modificações intencionais na paisagem (no ambiente).

**Arqueólogo**  
Arqueólogos são cientistas que investigam vestígios deixados pelas antigas civilizações.

**Levantamento arqueológico**  
Esta fase consiste na descoberta ou não de sítios arqueológicos. Através de intervenções sistemáticas no solo da área onde será implantado qualquer empreendimento. Sendo assim o arqueólogo busca vestígios em profundidade e superfície que comprovem a existência ou não de sítio arqueológico.

**Resgate arqueológico realizado nas PCHs Renic e Tamboril**

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

**Classificação dos Sítios Arqueológicos**

**01 Sítio Lítico**  
Locais que apresentam vestígios arqueológicos em pedra lascada ou polida.

**02 Sítio Cerâmico**  
Locais que apresentam vestígios arqueológicos tais como fragmentos ou vasilhamas de cerâmica.

**03 Sítio Lítico-Cerâmico**  
Apresentam vestígios arqueológicos em cerâmica como também em pedra (lascada ou polida).

**04 Sítio com Arte Rupestre**  
Locais como abrigos, cavernas ou paredes, que apresentam pinturas ou gravuras produzidas na rocha.

**05 Sítio de entenas pretas**  
Locais formados a partir das ações cotidianas de grupos pré-históricos, cujo o modo de vida envolvia atividades que favoreciam o acúmulo de restos orgânicos no solo.

**06 Sítio Sambaquis**  
São «colinas artificiais» constituídas basicamente de conchas, ossos de peixes e sepulcros. Geralmente são encontrados nas regiões costeiras, mas há também os sambaquis fluviais, que são próximos aos rios.

**07 Sítio Histórico**  
Locais onde apresentam vestígios que indicam a chegada dos colonizadores europeus, ou seja, após o descobrimento do Brasil.

**08 Geoglifos**  
São constituídos de figuras feitas no chão, geralmente com mais de quatro metros de extensão, em áreas ou regiões planas. Sua construção pode se dar pela disposição organizada de sedimentos (como pedras, cascalho ou terra), criando um desenho em relevo positivo, ou pela retirada de sedimentos superficiais de modo a expor uma rocha subjacente, criando um relevo negativo. Em ambos os casos a formação da imagem se dá pelo fito de que a região trabalhada se destacará do solo natural do local, formando o desenho.

TIPOLOGIA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BRASILEIRO.

**Patrimônio Cultural na Constituição Federal**

O Patrimônio Cultural brasileiro de acordo com a Constituição Federal, é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: formas de expressão, modos de fazer, criar e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Artigo 216, Constituição Federal, 1988).

O Patrimônio Cultural significa a memória e a identidade dos grupos sociais, que se traduz na cultura e práticas tradicionais de cada povo. Representa a expressão e testemunho da criação humana ou da evolução da natureza, como sítios arqueológicos, monumentos, manifestações festivas, celebrações, modos de fazer, criar e viver. É a referência dos valores históricos, artísticos, científicos ou técnicos que homens e mulheres constituíram e, ainda constroem, ao longo dos tempos. Divide-se em três categorias: patrimônio material, imaterial e natural, formando assim, o «ambiente cultural» em que os sujeitos sociais estão inseridos.

LEGISLAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO.

**Patrimônio Material**  
Chamados de «documentos históricos», os muros, as paredes, muralhas, casas de adobe, de taipa, entre outros monumentos, esses bens contribuem para o fortalecimento da memória e identidade da comunidade local.

**Patrimônio Imaterial**  
Consideramos como manifestações da cultura tradicional e popular, o Patrimônio Imaterial se define pelas expressões orais, artes de espetáculos, rituais, atos festivos, além de conhecimentos e usos relacionados com a natureza e as técnicas artesanais tradicionais.

**Patrimônio Natural**  
Entendemos que o patrimônio natural possui forte ligação com a cultura. Assim, além de influenciar na própria produção ideológica, o patrimônio natural guarda parte de nossa memória, preservando o passado evolutivo humano como pinturas e outros registros rupestres. Além de sua utilização passamos a nos conhecer melhor e a colaborarmos para a preservação de muitas espécies e ecossistemas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO

**Sítios Arqueológicos resgatados na área de influência direta da PCH Renic**

**Sítio Canaã, município de Arenópolis-GO**  
Área de localização do sítio, Sondagem, Escavação e resgate.

**Sítio Filó, município de Arenópolis-GO**  
Material arqueológico em superfície (lítico), Escavação e resgate.

**Sítio Renic, município de Palestina de Goiás-GO**  
Rio Bonito, proximidades do sítio Renic-5, Análise de material arqueológico, Escavação e resgate.

**Sítio Renic, município de Palestina de Goiás-GO**  
Realização de obras de propagação e saneamento, Escavação e resgate.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS RESGATADOS NA PCH RENIC

**Desenho de manifestação de Arqueologia**

Pinturas rupestres encontradas no sítio GO-CP16, Palestina de Goiás - Goiás.

DESENHOS ILUSTRATIVOS DE PINTURAS RUPESTRES DA REGIÃO DE PALESTINA DE GOIÁS.

## PCH RENIC

PRANCHA: BANNERS, TAMANHO 1,0 X 1,5M

### Educação Patrimonial

Projeto: Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta

#### PCHs Renic e Tamboril

municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás.

**Contexto Histórico**

As Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs Tamboril e Renic estão inseridas nos municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás, ambos localizados na região oeste do estado de Goiás. O início da povoação dessa região está vinculada à atividade de mineração aurífera nos séculos XVII e XVIII, no entanto sua efetiva ocupação é impulsionada somente após a abertura de rotovias, quando a região assume uma economia baseada na agropecuária moderna e na extração mineral.

**Arenópolis**  
A formação do Município de Arenópolis inicia-se na metade do século XIX, com a vinda para a região de fazendeiros atraídos pela quantidade de terras ricas e férteis, propícias à agricultura e criação do gado. Com a edificação de algumas casas forma-se o pequeno Povoado de Azeite, em referência ao que banha a região. Em 1971, o povoado eleva-se a categoria de Distrito do Piranhas. Quase dez anos após, em 1982, desmembra-se de Piranhas e é elevado a município com a denominação de Arenópolis.

**Paléstina de Goiás**  
Paléstina de Goiás inicia-se na década de 1930, após doação de terras por parte de um fazendeiro da região para a edificação de uma Igreja “Igreja Presbiteriana do Brasil” com sede em Jabal (GO), logo em seguida nas imediações foram edificadas algumas residências que cercam o templo inicial ao pequeno povoado. Por volta do ano de 1945 foi construído um campo de aviação ao lado da igreja, para que o povoado pudesse receber a visita de um médico que mensalmente vinha da cidade de Rio Verde (GO). Inicialmente o povoado constitui parte do território de Caladônia e em 1968, eleva-se a categoria de Distrito, através da Lei Estadual nº 10.404 de 1987, foi elevada a município onde teve acrescentado ao nome “de Goiás”, denominando-se Paléstina de Goiás. Assentamento o município destaca-se, pela seropopulação e também pelo seu patrimônio Cultural, principalmente pelas suas ruínas inseridas em seu território.

**Contexto Etno-histórico**

De acordo com os dados etno-históricos os grupos indígenas que habitavam a região do oeste goiano no séc. XVIII, são compostos pelas etnias: Bororo e os Kayapó, ressaltando que outros grupos podem ter ocupado esta área em períodos pretéritos, ou seja, antes do contato com os colonizadores.

**Os Kayapó**  
As fontes Etno-Históricas pesquisadas por Almeida (1998) indicam a existência de dois grupos Kayapó no séc. XIX: os Kayapó do Norte (Setentrional) e os Kayapó do Sul (Meridional). Os do Norte ocupavam a região norte do Mato Grosso e sul do Pará, já os do Sul em uma área que abrangia o município de Carnaúba-MS e a região sul do Goiás, incluindo o entorno do cidades como Pirenópolis, Goiás e Luzitânia, chegando ao estado de São Paulo próximo ao rio Paraná, passando pelo atual Triângulo Mineiro (ATLAS, 1998, p. 63). Pertencem à família linguística Macro-Jê (RODRIGUES, 1987) e no século XVIII, com a exploração aurífera na Capitania de Goiás os registros se tornam mais abundantes e precisos sobre os Kayapó do Sul.

Arthur Ramos apud Almeida (1998) cita que o grupo era chamado de Uirapora ou Uirapora pelos índios Tupi, já os bandeirantes os denominavam de Biterinos, pois usavam a “bitarica”, que é uma arma semelhante a um tubo em seus ataques e que esses eram legítimos guerreiros.

Aparentemente os Kayapó viviam em sete terras indígenas, localizadas na região norte do estado do Mato Grosso e sul do Pará.

**Os Bororo**  
Também conhecidos como Coxipóris, Anacócosis, Amas, Guaieté, Coroados, Ferenon, de subdenominação Bôe, os estudos linguísticos desenvolvidos por Lowie (1946) incluem na mesma família linguística os Bororo e os Dikiké. Nimuendajú (1987) classifica todos os Bororo, inclusive os Uirapora, como pertencentes à família linguística Dikiké. As fontes históricas informam que o contato inicial dos Bororo com os colonizadores ocorreu no século XVII, quando as “bandeiras paulistas” vieram da cidade de Belém numo à região da bacia do rio Araguaia onde ocuparam pelos rios Taquari e São Lourenço, em direção ao rio Paraguai. Em meados do século XVIII o contato intensificou-se com as Bandeiras Paulistas e com o descoberto do ouro no região de Cuiabá, nesse período a exploração aurífera foi responsável pela divisão do grupo em Bororo Ocidentais e Bororo Orientais (SERPA, 2001).

**Realização:** CARNÁUBA TAMBORIL ARQUEOLOGIA, GRIPHUS

**Apoio:** IPHAN

CONTEXTO HISTÓRICO E ETNO-HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS AID.

### Educação Patrimonial

Projeto: Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta

#### PCHs Renic e Tamboril

municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás.

**Etapas para obtenção de Licença Ambiental**  
Procedimentos realizados nas áreas das PCHs Renic e Tamboril

**\* Diagnósticos Arqueológicos dos Empreendimentos (PCHs Renic e Tamboril) - Licença Prévia**  
Os diagnósticos arqueológicos buscam uma avaliação preliminar do potencial arqueológico da área onde serão instalados os empreendimentos. A metodologia utilizada foi a verificação de pontos preferenciais, cortes de ataroz, vales e caminamentos por toda a extensão da área de pesquisa. Os resultados dos trabalhos dos diagnósticos identificaram vestígios naturais associados às ocupações pretéritas da área.

**\* Levantamentos Prospectivos e Culturais dos Empreendimentos (PCHs Renic e Tamboril)**  
O Levantamento arqueológico procurou através de intervenções no solo (prospeção) identificar registros arqueológicos tanto em superfície quanto em sub-superfície. A prospeção proporcionou o detalhamento ambiental da matriz arqueológica e a realização de coletas amostrais sistemáticas permitindo avaliar a extensão dos registros arqueológicos existentes. Nessas ocasiões foram realizadas linhas de poços testas ao longo das Áreas de Influência Direta-AID dos referidos empreendimentos, resultando na identificação de um total de 07 sítios arqueológicos (Carambeba, L.Rios, Lito-Cerâmico). Sendo que na PCH Renic foram cadastrados os sítios arqueológicos (Sítio Carambeba, Sítio Est. Sítio Renic1, Sítio Renic2 e Sítio Renic3) e na PCH Tamboril foram identificadas 02 sítios arqueológicos (Sítio Tamboril e Sítio Vaca Morta).

**\* Resgate Arqueológico**  
O Resgate arqueológico é a fase onde se é realizada a coleta direta dos vestígios encontrados nos sítios arqueológicos identificados nas áreas dos empreendimentos.

**PCH Renic**  
Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta, Portaria IPHAN nº 5 de 31 de janeiro 2013 (Anexo I nº 08)

**PCH Tamboril**  
Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta, Portaria IPHAN nº 11 de 4 de março 2013 (Anexo I nº 24)

**Realização:** CARNÁUBA TAMBORIL ARQUEOLOGIA, GRIPHUS

**Apoio:** IPHAN

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS REALIZADOS NAS ÁREAS DO EMPREENDIMENTO.

### Educação Patrimonial

Projeto: Resgate do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Área de Influência Direta

#### PCHs Renic e Tamboril

municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás.

**Patrimônio Cultural**  
O Patrimônio Cultural remete a memória e a identidade dos grupos sociais, que se traduz na cultura e práticas tradicionais de cada povo. Representa a expressão e testemunho da criação humana ou da evolução da natureza, como sítios arqueológicos, monumentos, manifestações festivas, celebrações, modos de fazer, criar e viver. Sendo assim é a referência dos valores históricos, artísticos, científicos ou técnicos que homens e mulheres construíram e, ainda, constroem, ao longo dos tempos. Divide-se em três categorias: patrimônio material, imaterial e natural, formando assim, o “ambiente cultural” em que os sujeitos sociais estão inseridos.

**Patrimônio Material**  
Chamados de “documentos históricos”, os muros, as paredes, murais, casas de adobe, de taipa, entre outros monumentos, esses bens contribuem para o fortalecimento da memória e identidade da comunidade local.

**Patrimônio Imaterial**  
Considerados como manifestações de cultura tradicional e popular, o patrimônio imaterial se define pelas expressões orais, artes de esportivos, rituais, atos festivos, além de conhecimentos e usos relacionados com a natureza e as técnicas artesanais tradicionais. Esses bens, que se transmitem de geração em geração, devem ser mantidos constantemente pelas comunidades e grupos, com objetivo de despertar sentimentos de identidade e coesão, contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e a criatividade humana.

**Patrimônio Natural**  
Entendem-se que o patrimônio natural possui forte ligação com a cultura, assim além de influenciar na própria produção desta, o patrimônio natural guarda parte de nossa memória, preservando o passado evolutivo humano, com pinturas e outros registros rupestres. Além de sua utilização passamos a nos conectar melhor e colaborar mais para com a preservação de muitas espécies e ecossistemas.

**Realização:** CARNÁUBA TAMBORIL ARQUEOLOGIA, GRIPHUS

**Apoio:** IPHAN

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

## **FICHAS DE REGISTRO DE SÍTIOS**